



Programa de
Pós-Graduação em
Linguística

OS SENTIDOS DE ESCRAVO EM MEMÓRIAS PÓSTUMAS DE BRÁS CUBAS

SÃO CARLOS
2019



Universidade Federal de São Carlos

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

OS SENTIDOS DE ESCRAVO EM MEMÓRIAS PÓSTUMAS DE BRÁS CUBAS

GILBERTO EGYDIO DOS SANTOS JÚNIOR

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para a obtenção do Título de Doutor em Linguística.

Orientador: Profa. Dra. Soeli Maria Schreiber da Silva

São Carlos - São Paulo - Brasil
2019



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Linguística

Folha de Aprovação

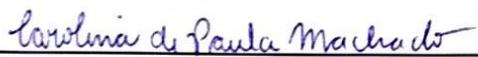
Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Tese de Doutorado do candidato Gilberto Egydio dos Santos Júnior, realizada em 23/08/2019:



Profa. Dra. Soeli Maria Schreiber da Silva
UFSCar



Profa. Dra. Maria Silvia Cintra Martins
UFSCar



Profa. Dra. Carolina de Paula Machado
UFSCar



Profa. Dra. Ana Claudia Nascimento
ETEC



Prof. Dr. Osvaldo Félix da Silva
CQ

Certifico que a defesa realizou-se com a participação à distância do(s) membro(s) Carolina de Paula Machado e, depois das arguições e deliberações realizadas, o(s) participante(s) à distância está(ão) de acordo com o conteúdo do parecer da banca examinadora redigido neste relatório de defesa.

GILBERTO EGYDIO DOS SANTOS JÚNIOR

Dedicado aos meus pais, Gilberto
Egydio dos Santos e Vera Cecília de
Oliveira dos Santos.

Agradecimento

Agradeço aos professores doutores Osvaldo Felix da Silva e Carolina de Paula Machado pela decisiva contribuição realizada na qualificação deste trabalho, além do agradecimento ao Prof. Dr. Roberto Leiser Baronas que me indicou o caminho da ciência.

Agradeço aos professores doutores Ricardo Moutinho Rodrigues da Silva, Maria Silvia Cintra Martins, Dirceu Cleber Conde e Ana Cláudia Nascimento pelo aceite ao convite de participação na banca de defesa desta tese.

Agradeço também aos leitores de primeira hora, Rodrigo Abujamra, Paulo Rogério Blandino, Lauro Freitas Rodrigues, Matheus Urenha, Michel da Silva Coelho Lacombe, Antonio Lavacca, Ramiro Roque Antunes Barreira, Luciana Egydio dos Santos e, especialmente, à minha noiva, Beatriz Caroline Barra.

Em destaque, meu agradecimento à minha orientadora, Prof^a Dr^a Soeli Maria Schreiber da Silva, pela dedicação, carinho e brilhante intervenção neste trabalho.

Resumo

Este trabalho tem por objetivo uma análise semântica, de base enunciativa, levando em consideração a história, o político e o social para se entender *Os Sentidos de Escravo em Memórias Póstumas de Brás Cubas*, de Machado de Assis. Para isso, esse estudo é realizado com base nos procedimentos de textualidade, os quais analisam a reescrituração e articulação, de acordo com Guimarães (2018), verificando as relações de determinação da palavra escravo no texto. Como ferramenta metodológica, utilizaremos o dispositivo Domínio Semântico de Determinação (DSD), Guimarães (2007), para identificação da designação de escravo em Brás Cubas. Além disso, a partir da noção de político em Rancière (1996), mais especificamente pela abordagem de Guimarães (2005), observaremos a normatividade que acontece dentro do espaço enunciativo do texto, sendo este um fator de interferência na significação de escravo no romance.

Palavras Chave: Semântica; Designação; Machado; Memórias Póstumas; Escravo; Literatura; Acontecimento.

Abstract

This work aims at a semantic analysis, with an enunciative basis, taking into account the history, the political and the social to understand *The Senses of Slave in The Posthumous Memoirs of Brás Cubas*, by Machado de Assis. For that, this study is carried out based on textuality procedures, which analyze rewriting and articulation, according to Guimarães (2018), verifying the relations of determination of the word slave in the text. As a methodological tool, we will use the Semantic Domain of Determination (DSD) device, Guimarães (2007), to identify the slave designation in Brás Cubas. In addition, from the notion of politician in Rancière (1996), more specifically by the Guimarães approach (2005), we will observe the normativity that happens within the enunciative space of the text, being this a factor of interference in the meaning of slave in the novel.

Keywords: Semantics; Designation; Machado; The Posthumous Memoirs of Bras Cubas; Slave; Literature; Event.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| OS SENTIDOS DE ESCRAVO EM MEMÓRIAS PÓSTUMAS DE BRÁS CUBAS | 1 |
| CONSIDERAÇÕES INICIAIS | 9 |
| 1. REFERÊNCIA E SENTIDO..... | 17 |
| 1.1 O PARADOXO DE FREGE | 19 |
| 1.2 SENTIDO E ENUNCIÇÃO..... | 20 |
| 1.3 A DEFINIÇÃO DE SIGNO EM SAUSSURE | 24 |
| 1.4 A OBJETIVIDADE LINGUÍSTICA..... | 28 |
| 1.5 TRÊS AUTORES, UMA OBRA..... | 31 |
| 1.6 O SIGNO IDEOLÓGICO EM BAKHTIN | 34 |
| 1.7 A ENUNCIÇÃO EM BENVENISTE..... | 38 |
| 1.8 A TEORIA DOS ATOS DE FALA | 42 |
| 1.9 A DIVISÃO DO LOCUTOR EM DUCROT | 52 |
| 1.10 A NOÇÃO DE ACONTECIMENTO EM PÊCHEUX | 61 |
| 2. POLÍTICO NA ENUNCIÇÃO | 70 |
| 2.1 POLÍCIA E POLÍTICA..... | 70 |
| 2.2 POLÍTICO | 74 |
| 2.2 ESPAÇO DE ENUNCIÇÃO E A CENA ENUNCIATIVA | 76 |
| 2.3 CENA ENUNCIATIVA | 78 |
| 2.4- ARTICULAÇÃO E REESCRITURAÇÃO | 89 |
| 2.5 MODOS DE REESCRITURAÇÃO..... | 93 |
| 2.6 DOMÍNIO SEMÂNTICO DE DETERMINAÇÃO | 95 |
| 3. A ASCENDÊNCIA DE MACHADO | 97 |
| 3.1- PROPAGANDA DA CAIXA | 98 |
| 3.2- O CENSOR E O CHEFE DE REPARTIÇÃO..... | 101 |
| 3.3- A PERSONAGEM LITERÁRIA..... | 104 |
| 3.4- CRÍTICA LITERÁRIA..... | 106 |
| 3.5- MACHADO NOS NOTICIÁRIOS | 111 |
| 3.6- AS CORES DE MACHADO | 116 |
| 3.7 A VERDADEIRA COR DE MACHADO | 122 |
| 4. UM CUBAS! | 127 |
| 4.1- PUBLICAÇÃO..... | 127 |
| 4.2- PRIMEIRA OBRA REALISTA | 129 |
| 4.3- O ESCRITOR UNIVERSAL | 132 |

| | |
|---|-----|
| 4.4- ESTRUTURA E CRÍTICA DO LIVRO | 133 |
| 4.5- O VERGALHO | 137 |
| 4.6- REFLEXÕES SOBRE O VERGALHO | 139 |
| 4.7- UNIVERSALIZAÇÃO DA ESCRAVIDÃO | 141 |
| 5. SENTIDOS DE ESCRAVIDÃO EM BRÁS CUBAS | 145 |
| 5.1 BRÁS CUBAS | 145 |
| 5.2 CAPÍTULO X / NAQUELE DIA | 153 |
| 5.3 CAPÍTULO XI / O MENINO É PAI DO HOMEM | 154 |
| 5.4 CAPÍTULO XII / UM EPISÓDIO DE 1814 | 162 |
| 5.5 CAPÍTULO XIII / UM SALTO | 166 |
| 5.6 CAPÍTULO XV / MARCELA | 167 |
| 5.7 CAPÍTULO XVII / DO TRAPÉZIO E OUTRAS COISAS | 168 |
| 5.8 CAPÍTULO XXIII / TRISTE, MAS CURTO | 170 |
| 5.9 CAPÍTULO XXV/ NA TIJUCA | 172 |
| 5.10 CAPÍTULO XXIX / A VISITA | 174 |
| 5.11 CAPÍTULO XL / NA SEGE | 176 |
| 5.12 CAPÍTULO XLVI / A HERANÇA | 177 |
| 5.13 CAPÍTULO LXV / OLHEIROS E ESCUTAS | 182 |
| 5.14 CAPÍTULO LXVIII / O VERGALHO | 183 |
| 5.15 CAPÍTULO LXIX / UM GRÃO DE SANDICE | 189 |
| 5.16 CAPÍTULO CXXIII / O VERDADEIRO COTRIM | 191 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 197 |
| Referências | 201 |

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Mesmo antes do início deste doutorado, em 2015, a UEHPOSOL (Unidade de Pesquisas em Estudos Históricos, Políticos e Sociais da Linguagem) já estudava diversas referências textuais à escravidão. Desta maneira, como integrante deste grupo de pesquisa, esta tese é parte de um conjunto de trabalhos que têm estudado a palavra *escravo* por meio da *Semântica do Acontecimento*¹, tendo como instrumento o *Domínio Semântico de Determinação*².

Para Guimarães (2007), estudar a palavra *escravo* e seus cognatos, nesta abordagem, significa entender que a construção de sentidos de uma palavra se realiza dentro de um texto, na relação desta com outras palavras do mesmo texto. Segundo o autor, haveria uma divisão entre referência e designação, quando referência seria o que a palavra particulariza no mundo e a designação o modo como esta particularização se realizaria. Dessa forma, o que garantiria o sentido de uma palavra seria a possibilidade dela se relacionar com outras, sendo que o sentido só poderia ser construído por esta possibilidade de relação.

Assim, com tema e metodologia predefinidos, restava decidir, ainda na fase de projeto do doutorado, em qual unidade textual buscaríamos os sentidos de *escravo*.

Após algumas alterações, optamos, definitivamente, pela análise dos *Sentidos de Escravo em Memórias Póstumas de Brás Cubas*.

¹ GUIMARÃES, Eduardo. *Semântica do Acontecimento* (2005).

² Guimarães (2007) propõe o conceito de Domínio Semântico de Determinação (DSD), que se constitui em um procedimento analítico, referente às proposições levantadas na *Semântica do Acontecimento*, para se alcançar a significação de palavras na língua em funcionamento.

A justificativa dessa escolha estaria na importância histórica e literária do livro. Escrito em 1881, *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1994), de Machado de Assis, estreia nosso Realismo, trazendo em suas páginas momentos que escrevem a escravidão antes da abolição em 1888.

É em *Brás Cubas* que acontece um dos retratos mais conhecidos do regime escravocrata na literatura nacional, quando, no capítulo *O Vergalho*, é descrita a cena de um alforriado, Prudêncio, agredindo um escravo, que ele mesmo havia comprado.

Nosso pressuposto é o de que haveria nesta cena o deslocamento de uma ordem que opõe branco ao negro para outra, na qual o homem livre se opõe ao escravo. Assim, ampliara-se a significação desta lógica hierárquica não só como um aspecto resultante da diversidade, em desigualdade, étnica, mas como um elemento que permeia todas as relações sociais, conforme aponta Faoro:

A liberdade, casada à emancipação econômica, fez de Prudêncio um homem responsável para com a instituição, adotando-a, nas suas normas e valores, interiormente. Deu-lhe, também, o meio de cobrar, no degrau inferior, o funcionamento da ordem social, cuja base é a hierarquia. A hierarquia que se define rigidamente entre escravo e homem livre, se prolonga, com maior flexibilidade, na autoridade entre governantes e governados e nas relações de classe. (FAORO, 1974, p. 338)

Em princípio, aconteceria, então, uma universalização da temática da escravidão neste episódio, quando, segundo Werlang, “há a obsessão pela dominação, que está livre de cor ou classe e é inerente de todo sujeito corrompido pela ânsia de império e superioridade que rege a sociedade” (2013, p. 41).

A transposição de um evento local a uma significação universal seria uma característica frequente na obra de Machado, o que faz o autor carioca ser considerado por muitos como um escritor universal.

Esta seria uma das razões que, segundo Wood, faria Machado ser uma leitura relevante na atualidade e em outros lugares fora do Brasil.

Eu diria que Machado é nosso contemporâneo porque suas preocupações ressurgem em todo lugar, como formações de nuvens ou protestos políticos, e porque não temos certeza sobre quem ele é. Suas obras são como aqueles “livros omissos” que Bento Santiago nos recomenda. Os provérbios e ruínas que acabo de evocar – o jogo de aparência e desejo, o mundo de contingências difusas – têm domicílio no Brasil de Machado, mas também topamos com eles em outros lugares e provavelmente não vamos parar de reencontrá-los. Não que o mundo não tenha mudado ou que os países não sejam diferentes entre si. Mas a mudança e a diferença têm formas históricas precisas, e Machado soube agarrá-las em movimento. (WOOD, 2006, p. 504-510)

Apesar de Schwarz (2000) se opor às considerações de Wood (2006), propondo uma interpretação mais nacionalizada de Machado, é inegável que o autor de *Brás Cubas*, à medida que se torna mais conhecido no exterior, é cada vez mais comparado a outros escritores que também seriam considerados universais, como afirma Silva:

Todos os estrangeiros que leram Machado se encantaram com sua prosa. Ele já foi comparado em grandeza a referências solares das letras mundiais, como Dostoiévski, Gogol, Tchekov e Kafka. O famoso crítico Harold Bloom falou mais de perto ao próprio coração de Machado, comparando-o a Laurence Sterne, o escritor e clérigo irlandês que o brasileiro admirava. Philip Roth disse que Machado é o nosso Beckett. (SILVA, 2019)

Todavia, é válido destacar que, em nossa abordagem, não nos limitaremos somente à análise de *O Vergalho*, tampouco observaremos esta passagem isoladamente, sendo nosso propósito reconhecer como se realizam os sentidos de *escravo* dentro de um espaço enunciativo que acontece na obra enquanto unidade textual.

Segundo Guimarães (2007), para se reconhecer o significado de uma palavra seria necessário entender como esta significa em um enunciado e como este também significa enquanto enunciado de um texto. Com isto, o sentido do

enunciado e o da palavra aconteceriam relacionados à unidade em que estão inseridos.

Por este motivo, seria determinante para compreensão do sentido da palavra *escravo*, o texto ao qual este signo pertence; sendo a designação, o modo como um vocábulo particulariza uma referência, construída na sua relação com outras palavras que pertencem a uma mesma unidade textual.

Portanto, não haveria, em nosso entendimento, um sentido estável para o vocábulo *escravo*, semelhante ao que seria o sentido dicionarizado de uma palavra, embora, para Guimarães (2007), as palavras aconteçam sob um efeito de estabilidade, ou seja, aparentam ser estáveis.

Neste sentido, a significação de *escravo*, estudada aqui, não se limitaria a uma compreensão única de seu referencial, mas pelo modo como esta palavra recortaria a realidade, sua designação, sendo necessário entender o processo enunciativo em que ela acontece para se chegar aos seus sentidos.

Entende-se, desta maneira, que, ao significar em um texto, e não isoladamente, o modo como um vocábulo recorta a realidade seria determinado pelo funcionamento da língua em um espaço enunciativo, onde as palavras se ressignificam:

A questão que interessa observar ainda é que só é possível particularizar, referir, porque as palavras designam, assim como no processo constante da enunciação, a cada vez que se refere, produzem-se designações. (GUIMARÃES, 2007, p. 82)

Portanto, mesmo que a referência da palavra *escravo* seja semelhante em relação a outros textos em que ela aconteça, sua independência seria relativa, quando o modo de significação é dependente da relação de um vocábulo com os outros elementos da unidade textual da qual fazem parte. Conseqüentemente, a

significação de *escravo* aconteceria como resultado das relações desta palavra com outras palavras e enunciados escritos em um mesmo texto.

Contudo, é importante não confundir a designação com uma contextualização da palavra em aspecto situacional. Não se trata aqui de uma tentativa de entendimento do posicionamento que o escritor, durante a vida, manifestou em relação à escravidão. Logo, ainda que seja relevante ao trabalho aspectos da vida do autor analisado, este tipo de abordagem não estaria na primeira ordem desta tese, pois, em nosso método de estudo, isto não contribuiria significativamente para o entendimento da designação de *escravo* que acontece no texto. Por exemplo, o fato de Machado, quando censor de teatro³, vetar uma peça, sugerindo a mudança no texto, por haver o matrimônio de uma mulher branca da aristocracia com um negro, ou, pelo contrário, o conhecimento de que este mesmo autor, quando ocupou cargo de chefia no Ministério da Agricultura, ao cuidar da aplicação da lei do ventre livre⁴, procurou estender seu entendimento para beneficiar a população negra; seria de baixa relevância para compreensão do modo como a palavra *escravo* recorta a realidade em *Memórias Póstumas de Brás Cubas*.

Deste modo, diferente de boa parte de trabalhos acadêmicos envolvidos com a questão da escravidão na obra de Machado, como *Machado Afrodescendente*, Duarte (2007), entre tantos outros, não há aqui a busca de um entendimento mais geral de qual teria sido a relação da vida e obra do autor com a escravatura.

³ Entre março de 1862 e março de 1864, Machado de Assis trabalhou como censor do Conservatório Dramático Brasileiro. Segundo o próprio autor, os deveres do Conservatório seriam: "Dois são, ou devem ser os fins desta instituição; o moral e o intelectual". (ASSIS, 1994, p. 6)

⁴ Machado de Assis na condição de chefe da 2ª Seção do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, entre as décadas de 1870 e 1880. Segundo Sidney Chalhoub (2003) Machado foi responsável por importantes pareceres em favor dos escravos.

Assim, embora não se questione o valor e importância dos trabalhos que relacionam o sentido da obra à vida do autor, é traçado, nesta análise, um objetivo diverso, que seria o de entender a construção de sentidos da palavra *escravo*, a partir de uma perspectiva enunciativa, em uma importante obra literária, cuja data de publicação é anterior à abolição da escravatura no Brasil.

Por outro lado, é preciso tomar cuidado para que estas considerações sobre a não relevância da relação vida e obra em nossa análise gere o entendimento de que este seria um trabalho objetivo, sem a contemplação do sujeito.

Na verdade, a avaliação do sujeito em nosso modelo teórico é fundamental. A questão é que, para nós, este sujeito não seria um ser empírico, plenamente responsável por seu dizer.

Com isto, ao assumir a *Semântica do Acontecimento* (2005), adotamos como premissa o funcionamento da língua, o que significa entender os sentidos de *escravo* além da simples referência, sendo necessária a observação da palavra em um acontecimento que se realiza dentro do espaço enunciativo da obra, onde os falantes acontecem divididos pelo real da língua.

Os espaços de enunciação são espaços de funcionamento de línguas, que se dividem, redividem, se misturam, desfazem, transformam por uma disputa incessante. São espaços “habitados” por falantes, ou seja, por sujeitos divididos por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer. (GUIMARÃES, 2005, p. 18)

À vista disso, Guimarães (2005), propõe a enunciação, que é a língua posta em funcionamento, como fator preponderante para compreensão do sentido. No entanto, diferente do que postula Benveniste (1988), ela aconteceria sem a centralidade de um sujeito, pois, para Guimarães: “Enuncia-se enquanto ser afetado pelo simbólico e num mundo vivido através do simbólico” (2005, p. 11). Isto significa que a língua não se realizaria como um sistema independente de seus

falantes, mas em um processo enunciativo, que, por acontecer em uma divisão hierárquica entre locutores, é afetada pelo político.

Para mim uma língua é dividida, de tal modo que ela é uma e é diferente disso. E esta divisão diz respeito exatamente à relação dos falantes com a língua, de tal modo que os falantes se identificam exatamente por essa divisão [...] E esta divisão é marcada por uma hierarquia de identidades. Ou seja, esta divisão distribui desigualmente os falantes segundo os valores próprios desta hierarquia. (GUIMARÃES, 2005, p. 21)

Não seria esta divisão uma relação entre dois ou mais sistemas linguísticos⁵, mas uma relação de dizeres. Desta maneira, ao se realizar em uma cena enunciativa configurada pela divisão entre falantes, a intencionalidade do autor seria relativizada. Por consequência, ao adotar tal procedimento metodológico, não seria possível entender *Memórias Póstumas de Brás Cubas* pela intenção de seu autor, sendo analisada, apenas, a materialidade histórica que o afeta.

Nesta direção, é proposto um exame enunciativo cujo objetivo é o de apresentar os sentidos de *escravo* na mais importante obra literária brasileira do período que antecedeu a abolição da escravatura, sendo, assim, um, entre outros trabalhos do grupo de pesquisa UEHPOSOL, que visa ao entendimento de como *escravo* é significado em uma determinada unidade textual.

Feitas estas considerações, apresentamos a tese em cinco capítulos: *Referência e Designação*, no qual é esboçado, em perspectiva histórica, o desenvolvimento dos estudos que envolvem a significação, quando diversos autores propõe uma ruptura na relação de sinonímia que havia entre sentido e referência; *Político na Enunciação*, em que há uma apresentação dos conceitos específicos que sustentam a teoria e metodologia de pesquisa, como a noção de

⁵ Sistema linguístico em uma perspectiva estruturalista, como em Saussure (1995).

político e a abordagem enunciativa proposta por Guimarães (2018); *A Ascendência de Machado de Assis*, pesquisa a respeito do debate em torno da origem africana de Machado, aspecto que, de alguma forma, é tangente ao tema deste trabalho; *Um Cubas !*, capítulo com vista à apresentação dos aspectos que envolvem a produção, recepção e relevância literária da obra; *Sentidos de Escravo em Brás Cubas*, análise abalizada nos pressupostos da *Semântica do Acontecimento* (2018) para observar os sentidos de escravo no texto, quando esta é dividida em acordo com os capítulos do livro, sendo apresentados apenas aqueles em que acontecem reescrituras de *escravo*.

1. REFERÊNCIA E SENTIDO

A associação entre referência e sentido já foi algo tão comum em estudos de língua que é frequente a consideração de uma relação de sinonímia entre estes termos, estando tal perspectiva em conformidade com os pressupostos de teorias semânticas tradicionais. Neste molde, a língua seria considerada um meio para representação do mundo.

Em outra extremidade estaria a concepção de estruturalistas, os quais optaram por recortar a relevância da referência em um modelo de língua como sistema, logo, não entendendo esta como um fator diretamente relacionado aos diferentes fenômenos linguísticos.

No entanto, à medida que reflexões filosóficas e elaborações teóricas foram sendo desenvolvidas, houve consistentes questionamentos tanto à ideia de língua limitada à descrição, como da exclusão da referência na abordagem linguística.

Em função destas variáveis, acreditamos que seja adequado demonstrar, além da metodologia específica adotada em nossa análise, qual será nosso posicionamento frente à consideração da referência.

A relevância desta questão pode ser vista quando até mesmo um autor experiente como Guimarães (2009), criador da Semântica do Acontecimento, perspectiva teórica adotada nesta tese, menciona, em seus principais trabalhos, uma ponderação revelando seu posicionamento teórico em relação à referência e ao sentido. Segundo o autor, esta consideração se faz ainda mais necessária ao se tratar de um estudo semântico.

De nossa parte consideramos que a construção de sentido, enquanto um funcionamento eminentemente linguístico (enquanto uma relação de linguagem com linguagem), é que, ao funcionar simbolicamente, estabelece a conexão com as coisas. Desse modo

nos colocamos numa posição que se distingue, de modo geral, de duas outras: uma, como a estruturalista, que considera que só é possível tratar da linguagem enquanto estrutura, sistema, e assim nada do que é exterior ao linguístico interessa; uma outra, como as posições referencialistas (cognitivistas ou não), que considera que o que a linguagem significa é simplesmente o que ela descreve das coisas existentes. (GUIMARÃES, 2009, p. 49,50)

Neste sentido, não seria exagero considerar que o aspecto referencial seja um ponto fundamental a ser observado em diversas abordagens linguísticas. Por este motivo, desenvolveremos, a partir do entendimento de diferentes autores, as razões que nos levam a considerar a língua não limitada ao que ela descreve, tampouco a que se possa tratá-la de maneira alheia à questão da referência, como propõe Saussure (1995).

Concomitante a isso, apresentaremos brevemente algumas das concepções defendidas por Guimarães para uma melhor percepção do fator enunciativo como decisivo à realização do sentido. Deste modo, é nosso objetivo elucidar elementos os quais tornem possível a compreensão de que, muito além do interesse pela significação referencial de *escravo* em Machado, busca-se a percepção dos sentidos na medida em que estes seriam afetados pelo funcionamento da linguagem no romance *Memórias Póstumas de Brás Cubas*.

Logo, nesta etapa, nosso foco é tornar evidente que, por adotar uma metodologia correspondente às correntes teóricas enunciativas, não trataremos esta análise pelo viés de uma abordagem semântica estruturada na relação referência igual a sentido, quando haveria um embasamento teórico dedicado à limitação da significação sob um ponto de vista estritamente referencial, nem em uma proposta de língua enquanto sistema, a qual, em direção oposta ao entendimento de base enunciativa, afasta a compreensão do sentido como um aspecto próprio da linguagem em funcionamento.

1.1 O PARADOXO DE FREGE

Curiosamente, um dos primeiros trabalhos a apontar um problema na fusão referência e sentido é de Frege, filósofo alemão adepto à corrente referencialista. Em suas análises, Frege (2011) constatou que a limitação do sentido à referência era um modelo teórico ineficiente para cuidar de alguns casos de linguagem. Como exemplo, o autor destaca situações nas quais palavras diferentes, mas com o mesmo referente, apresentam sentidos distintos, mesmo estando em frases semelhantes.

[...] o pensamento da frase “a estrela da manhã é um corpo iluminado pelo sol” é diferente daquele da frase “a estrela da tarde é um corpo iluminado pelo sol”. Alguém que não saiba que a estrela da manhã é a estrela da tarde poderia tomar um pensamento por verdadeiro e o outro por falso. O pensamento não pode ser então a referência da frase e deveremos antes concebê-lo como o seu sentido. (FREGE, 2011, p. 27)

Assim, para Frege (2011), se o sentido fosse exatamente o mesmo que a referência, este tipo de evento não seria possível, o que, em seu entendimento, revela-se um problema. Sua proposta para solução deste paradoxo foi a de estabelecer uma divisão entre referência e sentido.

A referência de um nome próprio é o próprio objeto que designamos com ele; a representação que então temos é totalmente subjetiva; entre os dois reside o sentido, que não é subjetivo como a representação, mas por certo não é o próprio objeto. (FREGE, 2011, p. 25)

No texto *Sobre o sentido e a referência*, para explicar a diferença entre sentido e referente, Frege (2011) faz uma analogia à perspectiva de alguém que vê a Lua pelo telescópio, sendo a própria Lua o referente e a imagem o sentido.

A seguinte analogia talvez seja apropriada para ilustrar essas relações. Alguém observa a Lua através de um telescópio. Comparo a própria Lua com a referência; ela é o objeto da observação, que é veiculado pela imagem real construída no interior do telescópio pela lente objetiva e pela imagem na retina do observador. Aquela comparo com o sentido, esta com a

representação ou a intuição. A imagem no telescópio é apenas parcial; ela é dependente do lugar; mas ela é por certo objetiva, uma vez que vários observadores podem fazer uso dela. Pode-se mesmo orientar várias pessoas a fazer uso dela ao mesmo tempo. Mas em relação à imagem na retina cada um teria a sua própria. (FREGE, 2011, p. 25)

Ainda que façamos uso de um arcabouço teórico distinto do desenvolvido por Frege (2011), convergimos na concepção de que o sentido não seja uma sinonímia de referência. Por esta razão, afastando-nos da formulação pensada por aquela que seria a semântica tradicional, desenvolveremos nesta tese uma pesquisa dos sentidos de *escravo* em *Brás Cubas* visto por um entendimento ampliado de significação, uma vez que, para nós, concorre à significação das palavras, o próprio funcionamento linguístico.

1.2 SENTIDO E ENUNCIÇÃO

Ao considerar o funcionamento linguístico como algo que necessariamente é realizado na enunciação, semelhante ao que postula Benveniste (1988), Guimarães aponta para a importância que há em se observar a mesma em uma análise linguística. Deste modo, faz-se decisivo, para esta pesquisa, o exame de aspectos enunciativos da linguagem para que seja possível avaliar como acontece a língua em *Brás Cubas* e, assim, mediante análises, reconhecer os sentidos de *escravo* no texto. Em função disso, faremos algumas considerações preliminares.

Um primeiro elemento a ser visto neste tipo de abordagem seria o conceito de *espaço de enunciação*. Destacado por Guimarães (2018), sua importância estaria no fato de que, segundo o autor, este conceito formaria a concepção que dá sustentação à ideia de língua e de falante, quando tanto a primeira, quanto a segunda, não seriam entidades abstratas, mas eventos históricos que se

apresentam na realização da linguagem. Subentende-se, por esta razão, que o falante não seria um ser empírico, ou mesmo psicológico, mas um ser que seria constituído nas relações de linguagem, o que leva Guimarães (2018) tratar-lhe como uma figura linguística.

Define, assim, Guimarães (2018) que o *espaço de enunciação* seria um espaço difuso de relações entre línguas e falantes. Uma relação entre línguas pelo fato de não haver uma língua única, quando, a partir do pressuposto de que para existir uma língua seja necessário um falante, ao mesmo tempo que falantes estejam distribuídos no real de modo desigual, a língua também seria dividida.

Assim não há línguas sem outras línguas, e não há falantes sem falantes e vice-versa. Um aspecto importante na configuração do espaço de enunciação é que as línguas do espaço de enunciação são distribuídas de modo desigual, não se é falante das línguas deste espaço da mesma maneira. (GUIMARÃES, 2018, p. 23, 24)

Essa desigualdade no dizer faz com que Guimarães (2018) entenda o *espaço de enunciação* como um espaço político, de disputa, onde falantes, que são agenciados, buscam afirmar seu pertencimento.

Desta forma, Guimarães (2018), em linhas gerais, aponta para uma ideia a qual o falante ocuparia um lugar no interdiscurso, semelhante ao que propõe a Análise do Discurso, sendo válido ressaltar que esta concepção de locutor afasta a pesquisa de um entendimento de falante neutro, tanto como acontece na semântica dita referencialista, quanto nas correntes estruturalistas, ambas apontadas aqui como oposição teórica.

Outra consideração relevante, diretamente vinculada a esta questão de *espaço de enunciação*, como pressuposto aqui adotado, é a noção de

acontecimento. Para Guimarães (2018), o *acontecimento* seria uma ruptura em sua própria ordem⁶, sendo a ordem o que faz significar o *acontecimento*.

Por exemplo, o 7 a 1⁷ sofrido pela seleção brasileira de futebol terá diferença se significado como parte da história do técnico Felipão⁸ ou como parte da atual gestão da CBF⁹. Se a ordem deste *acontecimento*, 7 a 1, for a da carreira do atual técnico do Palmeiras, constrói-se uma significação de superação, dada a recente conquista do campeonato brasileiro por Felipão. Por outro lado, o 7 a 1 como parte do histórico da atual gestão da CBF significará ainda como fracasso e desconfiança, em decorrência dos pífios resultados da seleção brasileira pós-Copa no Brasil. Percebe-se que embora aparente se tratar de um mesmo evento, 7 a 1 é diferente de 7 a 1, sendo a ordem destes *acontecimentos* o que faz significá-los.

Nesta perspectiva, o *acontecimento*, aqui observado, não pode ser confundido com uma ocorrência empírica, semelhante ao que descrevemos anteriormente na compreensão da cena enunciativa, quando o falante não pode ser visto como fonte de seu dizer. Portanto, o 7 a 1 não deve ser entendido exclusivamente sob um ponto de vista referencial, mas como parte de uma ordem que o significa.

Com isto, Guimarães (2018) pressupõe que a temporalidade do *acontecimento* estaria fora do tempo cronológico, quando seria o próprio *acontecimento* o fator que instaura seu passado, presente e uma latência de futuro. Logo, cada *acontecimento* seria constituído por uma temporalidade própria.

⁶ Guimarães 1999.

⁷ Derrota histórica sofrida pela seleção brasileira na Copa do Mundo de 2014.

⁸ Felipão, técnico campeão mundial com a seleção em 2002, ficou marcado pela derrota por 7 a 1 para Alemanha na Copa realizada no Brasil em 2014. Voltando a trabalhar no Brasil em 2018, sagrou-se campeão brasileiro como técnico do Palmeiras.

⁹ Confederação Brasileira de Futebol.

Ainda no exemplo do 7 a 1, não seria, então, o caso de considerá-lo como um evento estanque, restrito a um marco referencial localizado em uma compreensão espaço-temporal, quando no acontecimento ocorre uma temporalidade de sentidos. É desta maneira que a temporalidade do 7 a 1 como parte da história do treinador de 2014 é diferente da temporalidade do *acontecimento* 7 a 1 como parte de uma ordem relacionada à gestão atual da CBF.

Será pela importância do *acontecimento* na construção de uma teoria de base enunciativa, a qual tem como objetivo o estudo dos sentidos, que Guimarães (2005) irá chamá-la de Semântica do Acontecimento.

Como já mencionado, todo esforço empreendido para localizar nosso posicionamento teórico vem de uma realidade em que, mesmo podendo se afirmar que aconteça uma consolidação de estudos linguísticos com ênfase em aspectos enunciativos da língua, há, ainda, um forte resquício que limitaria a ideia de sentido como sinônimo de referência. Esta ausência de reflexão sobre o sentido se daria, muito provavelmente, por conta do longo percurso e importância do estudo e normatização da língua em uma abordagem gramatical, sendo esta aplicada e difundida na educação básica¹⁰.

Por outro lado, soma-se a esta ausência, o considerável número de estudos acadêmicos que de alguma forma isolam o sentido ao aspecto referencial. O caso mais notável seria o do Curso Geral de Linguística de Saussure (1995).

¹⁰ Tal consideração não se trata de uma crítica ou sugestão de mudança da metodologia de ensino de língua materna nas escolas regulares. Não é nosso objetivo, além de não desenvolvermos a competência necessária para este tipo de intervenção.

1.3 A DEFINIÇÃO DE SIGNO EM SAUSSURE

Naquele que teria sido o surgimento da linguística moderna, Saussure (1995) ao construir uma teoria visando ao estudo da língua em uma perspectiva científica, determinou o entendimento de sentido como algo essencialmente referencial, o que pode ser visto em sua clássica definição de signo.

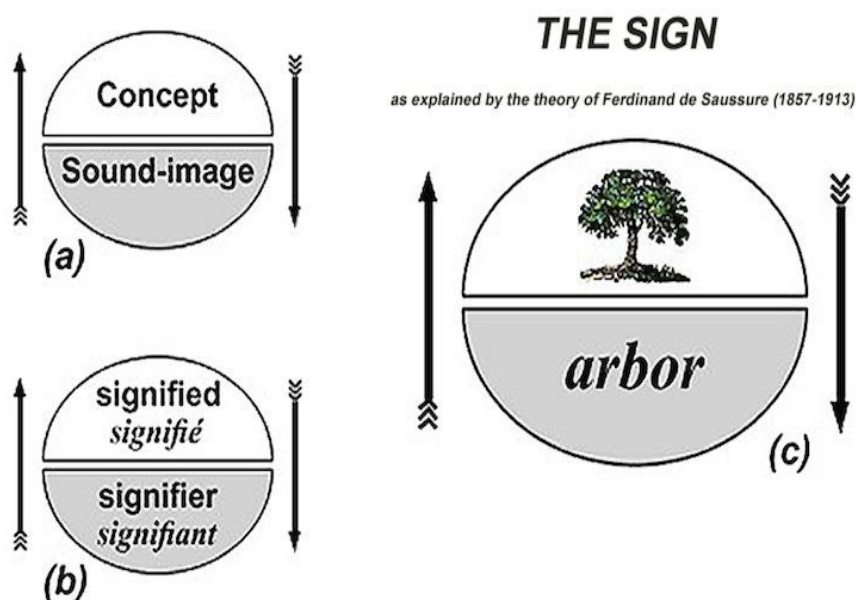


Figura 1 (LEITE, 2012)

Para Saussure (1995) "conceito" seria o mesmo que sentido, ou seja, o significado. Já a "imagem acústica" seria a impressão psíquica de um som.

O signo linguístico não é uma coisa e uma palavra, mas um conceito e uma imagem acústica. Esta não é o som material, coisa puramente física, mas a impressão (empreinte) psíquica desse som, a representação que dele nos dá o testemunho de nossos sentidos; tal imagem é sensorial e, se chegamos a chamá-la "material", é somente neste sentido, e por oposição ao outro termo da associação, o conceito, geralmente mais abstrato. (SAUSSURE, 1995, p. 80)

Estes dois elementos (significante / significado) seriam, segundo o autor, inseparáveis em uma relação de interdependência, quando a ausência de

significante impediria a realização do significado, ao mesmo tempo que sem significado não haveria significante.

Esses dois elementos estão intimamente unidos e um reclama o outro. Quer busquemos o sentido da palavra latina *arbor*, ou a palavra com que o latim designa o conceito "árvore", está claro que somente as vinculações consagradas pela língua nos parecem conformes à realidade, e abandonamos toda e qualquer outra que se possa imaginar. (SAUSSURE, 1995, p. 80)

Para o nosso trabalho, referente à distinção que há entre o CLG (SAUSSURE, 1995) e nossa filiação teórica, o aspecto mais importante a ser observado no signo de Saussure (1995) é o de que sua origem semântica seria arbitrária, sendo esta determinação aceita socialmente por convenção.

O laço que une o significante ao significado é arbitrário ou então, visto que entendemos por signo o total resultante da associação de um significante com um significado, podemos dizer mais simplesmente: o signo linguístico é arbitrário. (SAUSSURE, 1995, p. 81, 82)

Esta presunção da arbitrariedade do sentido orientaria a um entendimento da significação como componente alheio às relações linguísticas, o que torna possível seu recorte em um modelo de língua como sistema.

Para Saussure (1995), o único reconhecimento a uma significação não arbitrária seria o caso de palavras com descendência onomatopaica. No entanto, estas palavras perderiam esta característica ao serem incorporadas ao sistema linguístico, assumindo, assim, as mesmas características das demais palavras.

O contraditor se poderia apoiar nas onomatopeias para dizer que a escolha do significante nem sempre é arbitrária. Mas elas não são jamais elementos orgânicos de um sistema linguístico. Seu número, além disso, é bem menor do que se crê. Palavras francesas como *fouet* ("chicote") ou *glas* ("dobre de sinos") podem impressionar certos ouvidos por sua sonoridade sugestiva; mas para ver que não têm tal caráter desde a origem, basta remontar às suas formas latinas (*fouet* derivado de *fāgus*, "faia", *glas* = *classicum*); a qualidade de seus sons atuais, ou melhor, aquela que se lhes atribui, é um resultado fortuito da evolução fonética. (SAUSSURE, 1995, p. 83)

Ademais, ao citar o termo semiologia, Saussure (1995) chega a reconhecer a possibilidade de um estudo voltado ao sentido, contudo, segundo o autor, este não seria um estudo propriamente linguístico, mas uma abordagem mais ampla de linguagem, a qual seria da responsabilidade de psicólogos.

Pode-se, então, conceber uma ciência que estude a vida dos signos no seio da vida social; ela constituiria uma parte da Psicologia social e, por conseguinte, da Psicologia geral; chamá-la-emos de Semiologia (do grego *sêmeion*, "signo"). Ela nos ensinará em que consistem os signos, que leis os regem. Como tal ciência não existe ainda, não se pode dizer o que será; ela tem direito, porém, à existência; seu lugar está determinado de antemão. A Linguística não é senão uma parte dessa ciência geral; as leis que a Semiologia descobrir serão aplicáveis à Linguística e esta se achará dessa maneira vinculada a um domínio bem definido no conjunto dos fatos humanos. (SAUSSURE, 1995, p. 33)

Percebe-se que embora o autor considere o estudo das relações humanas necessário à compreensão do sentido, ele acredita que esta abordagem não seria imperativa a uma análise linguística.

Tais direcionamentos e considerações em Saussure (1995) seriam consequência da busca por uma teoria que fosse integralmente objetiva. É por esta razão que aspectos enunciativos, além de outros elementos subjetivos da língua, como a questão da variabilidade linguística, serão recortados da teoria saussuriana, o que Bakhtin (2006) irá classificar, de modo crítico, como um objetivismo abstrato.

Logo, ao adotar uma corrente linguística de base enunciativa, distanciamonos, nesta tese, daquilo que é estipulado pela teoria de Saussure (1995), não sendo importante para nós a compreensão de um enunciado estanque, recortado do tempo, quando, realmente, visamos à análise de sentidos que são produzidos a partir da relação locutor e interlocutor.

Conseqüentemente, será objeto de nosso interesse, o próprio processo enunciativo. Por conseguinte, buscaremos as formas como o sujeito é constituído

pela língua e como se dá a divisão no político, quando há locutores distribuídos desigualmente dentro de um espaço enunciativo, sendo que, para nós, só há significação na língua posta em funcionamento, ou seja, só há sentido por haver uma relação entre sujeitos.

Com o propósito ilustrativo, uma mostra relevante à consideração do processo enunciativo na construção do sentido está em Benveniste (1988), quando este aponta para a necessidade do entendimento da língua em funcionamento, pois haveria palavras que só teriam significado ao serem observadas na realização da enunciação, caso das palavras com marcas de desinência.

Por exemplo, os significados de *eu*, *tu*, *ele*, *nós*, só podem ser compreendidos, ou melhor, preenchidos, com vista ao locutor e interlocutor em situação enunciativa. Embora pareça uma evidência rudimentar, ao analisar este tipo de palavra, Benveniste (1988) consegue comprovar a existência de formas na língua que só podem ter a significação preenchida em situação de uso por falantes reais.

Nota-se, então, uma oposição clara de Benveniste (1988) em relação a Saussure (1995), pois, para o autor sírio-francês não seria possível recortar o sujeito da língua por ser essa relação uma propriedade fundamental para a realização do sentido, não sendo a significação o mero fruto de uma manifestação arbitrária. Expresso em outras palavras, no entendimento de Benveniste (1988), a língua é necessariamente subjetiva.

Nesta direção, com o foco na caracterização das singularidades de uma análise enunciativa, esboçaremos algumas teorias para evidenciar semelhanças e contrastes. Desta maneira, será possível mostrar como diversos estudos linguísticos, posteriores a Saussure (1995), de alguma forma, consideraram ser

importante adotar, em sua base de análise, aspectos subjetivos da linguagem, os quais teriam sido recortados pelo mestre de Genebra no Curso Geral de Linguística (SAUSSURE, 1995).

1.4 A OBJETIVIDADE LINGUÍSTICA

Em conformidade ao que foi citado anteriormente, apresentaremos, neste momento, aqueles que teriam sido os três recortes¹¹ realizados por Saussure (1995) no Curso de Linguística Geral (CLG), mostrando que tal procedimento teria sido a base necessária para uma concepção de língua restrita ao aspecto estrutural no qual o autor teria procurado moldá-la a um estado que a limitaria à extensão de um objeto, como aponta Schreiber.

Ao escolher a língua como objeto da linguística, fez um corte teórico em que o modo de ver o funcionamento da linguagem compõe-se sob a forma da dicotomia. Preferiu considerar a língua como um sistema e propôs-se a realizar a teoria de sua descrição. (SCHREIBER, 1988, p. 9)

Um destes recortes seria a retirada da interferência do tempo no processo linguístico. Assim, embora reconhecesse que a língua sofre variações com o passar do tempo, Saussure (1995) retira este aspecto de sua análise ao dividir os estudos de língua em diacrônicos e sincrônicos, sendo o primeiro dedicado a análise das transformações linguísticas no tempo, enquanto o segundo, em uma concepção de estabilidade linguística, busca um entendimento da língua fora do tempo, focando a compreensão daqueles que seriam seus aspectos universais. Por pretender o

¹¹ A consideração a estes recortes no CLG parte da leitura crítica consolidada sobre a principal obra de Saussure (1995), no entanto, é necessário destacar que há autores, entre eles Fiorin e Flores (2013), que, nos últimos anos, questionam esta leitura do Curso.

desenvolvimento de uma ciência, logo, universal, será proposto no CLG um estudo voltado aos aspectos da língua em uma compreensão sincrônica da mesma.

[...] esse cruzamento das duas ordens de fenômenos relativos ao mesmo objeto, preferimos falar de Linguística sincrônica e de Linguística diacrônica. É sincrônico tudo quanto se relacione com o aspecto estático da nossa ciência, diacrônico tudo que diz respeito às evoluções. Do mesmo modo, sincronia e diacronia designarão respectivamente um estado de língua e uma fase de evolução. (SAUSSURE, 1995, p. 96)

Outro recorte saussuriano será a exclusão do sujeito como parte inerente a realização de um estudo linguístico, evitando, assim, o que seria uma “interferência” subjetiva, oposta ao fazer científico. Para isso, Saussure (1995) propõe uma divisão entre língua e fala, sendo este um movimento que divide o sistema linguístico do uso individual da língua.

Buscando facilitar o entendimento deste processo, Saussure (1995) comparou tal evento a uma partida de xadrez, em que as regras, estáveis, seriam semelhantes às determinações do sistema linguístico, enquanto a fala corresponderia às jogadas, ou seja, as escolhas realizadas pelo falante dentre as permitidas pelo sistema. Com isto, Saussure (1995) relativizaria a importância da relação enunciativa no processo de significação.

Mas de todas as comparações que se poderiam imaginar, a mais demonstrativa é a que se estabeleceria entre o jogo da língua e uma partida de xadrez. De um lado e de outro, estamos em presença de um sistema de valores e assistimos às suas modificações. Uma partida de xadrez é como uma realização artificial daquilo que a língua nos apresenta sob forma natural. (SAUSSURE, 1995, p. 104)

O terceiro recorte implementado por Saussure (1995) foi o de apagar a importância da referência para o entendimento do funcionamento linguístico. Assim, a denotação de uma palavra não causaria uma ruptura que comprometeria as regras predeterminadas pelo sistema. Logo, o fato de um vocábulo particularizar “gato” ou “cachorro” não seria relevante à realização de um enunciado, importando

apenas o valor funcional da palavra no sistema. É neste recorte que, de modo mais claro, a significação no signo saussuriano seria limitada à referência, a algo que seria externo a ela, portanto, de menor valor linguístico.

[...] comparação com o jogo de xadrez fará compreendê-lo melhor. Nesse jogo, é relativamente fácil distinguir o externo do interna; o fato de ele ter passado da Pérsia para a Europa é de ordem externa; interna, ao contrário, é tudo quanto concerne ao sistema e às regras. Se eu substituir as peças de madeira por peças de marfim, a troca será indiferente para o sistema; mas se eu reduzir ou aumentar o número de peças, essa mudança atingirá profundamente a "gramática" do jogo. (SAUSSURE, 1995, p. 32)

Nota-se, assim, a dedicação ao implemento de uma metodologia que limitasse a língua a um objeto, em conformidade com o padrão científico do período, sendo a delimitação deste objeto a maior preocupação em Saussure (1995).

Seria, então, essa obstinação por um objeto que fez Saussure (1995) isolar a língua de qualquer aspecto subjetivo, propondo, assim, a divisão entre língua(sistema) e fala(individualidade), a exclusão da variação linguística ao projetar um estudo sincrônico da língua e um entendimento de signo em que a significação é limitada à referência. Deste modo, pode-se afirmar sobre o modelo saussuriano que a consideração de marcas subjetivas afastaria a análise de um estudo que possa ser chamado de linguístico.

Ainda que controversa, esta busca em fazer do estudo de língua um estudo científico seria a principal contribuição de Saussure para as demais teorias linguísticas, sendo esta, certamente, a razão de sua obra ainda servir como referência em diversos trabalhos, seja para corroborar com seu pensamento, seja para questioná-lo.

Assim, embora seja notável a divergência entre o posicionamento teórico adotado nesta tese em relação ao proposto por Saussure (1995), é preciso ressaltar a importância do CLG para o surgimento de uma ciência que estude a língua, o que

torna relevante o contraste aqui apresentado, principalmente na consideração que Saussure (1995) faz do signo dividido da referência.

1.5 TRÊS AUTORES, UMA OBRA

Mesmo que este subcapítulo aparente se tratar de um apêndice, a apresentação de elementos que envolvem a produção do Curso de Linguística Geral tem aqui uma proposta audaciosa, que é a de mostrar Saussure como oposição ao CLG.

Desta maneira, embora não seja segredo que o principal trabalho de Saussure surgiu em uma obra póstuma, editada e escrita por dois supostos discípulos, Charles Bally e Albert Sechehaye, haveria ainda aspectos que permanecem obscuros, como afirma Bouquet.

Uma história editorial singular propiciou que o Curso de Linguística Geral, publicado em 1916, impusesse sua marca fundadora à linguística e às ciências humanas, ainda que essa obra póstuma, que pretendia reconstruir o conteúdo do pensamento de Saussure, desfigurasse-o em pontos essenciais. (BOUQUET, 2009, p. 161)

Com isto, Bouquet (2009) acredita que se por um lado haveria mérito no trabalho realizado por Bally e Sechehaye, há também a possibilidade destes autores terem distorcido o que de fato pressupunha Saussure.

Charles Bally e Albert Sechehaye possuem nesse caso uma dupla responsabilidade: a de ter produzido a obra mais marcante da linguística no século XX – o que a princípio não deveria ser objeto de crítica – mas também a de ter impedido por um longo tempo o acesso a um pensamento original, infinitamente mais sutil e mais forte, por vezes apresentando-se em contradição com a sua “vulgata”. Ainda hoje, apesar de os manuscritos encontrados em 1996 virem renovar em profundidade o conhecimento das teses de Saussure, a confusão perdura em numerosos espíritos quanto às diferenças entre os textos originais e o Curso de Linguística Geral. (BOUQUET, 2009, p. 162)

Logo, ainda seria válida a pergunta: O que Saussure realmente pensava sobre linguística?

Arrivé (2010), por meio da análise de manuscritos descobertos em 1996, publicados sob o título de *Escritos de Linguística Geral* (2004), busca respostas para essa pergunta, quando, semelhante ao que ocorrera em outras situações nas quais originais de Saussure foram revelados, haveria a constatação de um distanciamento entre as ideias originais do autor em relação as produzidas no CLG por Bally e Sechehaye.

Segundo Arrivé (2010), a divergência seria aparente, pois, enquanto nos manuscritos existiria um Saussure reticente, ciente de que haveria problemas a serem resolvidos, no Curso há um Saussure preciso, responsável pela eliminação de qualquer traço de subjetividade na língua.

Seria esta diferença de estilo a maior evidência entre o autor dos manuscritos e o CLG, mostrando, assim, que a obra mais conhecida de Saussure não estaria limitada ao que ele de fato teria proposto.

Com isto, Arrivé (2010) sugere que Bally e Sechehaye teriam proposto soluções para aquilo que ainda era visto como incerto por Saussure, tratando-se o CLG de uma versão “corrigida” da teoria saussuriana.

Um exemplo da divergência entre os manuscritos e o CLG apresentada por Arrivé (2010) seria a de que Saussure (2004) não teria evitado o sujeito social, logo, não seria sua a opção por um sujeito imaginário, como apregoa o CLG. Consequentemente, haveria um equívoco em considerar que Saussure só estaria interessado pela parole, como afirma o próprio mestre genebrino.

A linguagem é um fenômeno; é o exercício de uma faculdade que existe no homem. A língua é o conjunto de formas concordantes que esse fenômeno assume numa coletividade de indivíduos e numa época determinada. O mal-entendido em que caiu, no início,

a escola fundada por F[rantz] Boop, foi atribuir às línguas um corpo e uma existência imaginários, fora dos indivíduos falantes. (SAUSSURE, 2004, p. 115)

Bouquet fará menção a outro exemplo de discrepância entre Saussure (2004) e o CLG (SAUSSURE, 1995), envolvendo a questão da natureza do signo.

O “arbitrário do signo” está extremamente mal colocado pelas 16 passagens do Curso que o tematizam. Nem uma única dessas passagens deixa de trair a formulação original de Saussure. (BOUQUET, 2009, p. 170)

Para Bouquet, de acordo com as anotações do próprio Saussure (2004) não seria o signo arbitrário, mas somente o significante. Deste modo, a arbitrariedade em Saussure (2004) seria apenas para sustentar a ideia de que a imagem acústica não teria vínculo com o que ela representa, como acontece com os sinais.

[...] os pretensos editores não estavam atentos à ambiguidade da palavra signo – pela qual Saussure evoca tanto a entidade bifacial quanto a face única significante – e, assim, não são coerentes com a escolha terminológica (signo, significante, significado) que eles reivindicam e aplicam em toda parte: de fato, nestes 9 casos, eles mantêm o termo signo remetendo-se à entidade global no contexto do livro, enquanto que nas anotações dos estudantes (que acompanharam as aulas de Saussure), a ocorrência deste termo, anterior à introdução da designação tripla signo/significante/significado, denota claramente somente o significante. Por conta deste fato, o texto de 1916 dá a impressão de que, ao falar do arbitrário do signo, Saussure está considerando uma entidade linguística global enquanto que, contrariamente nos enunciados, percorrendo todas as passagens, só se mencionava o arbitrário do significante (ou arbitrário interno do signo). (BOUQUET, 2009, p. 171)

Há uma série de outros desvios entre os originais de Saussure e a versão escrita por Bally e Sechehaye, contudo, mesmo o número limitado de diferenças apresentado aqui seria o suficiente para abalar a estrutura teórica montada no CLG.

Deste modo, não deixa de ser curioso entender o que teria motivado Bally e Sechehaye a seguirem em frente com a publicação da obra, ainda mais tendo acesso a poucos textos escritos pelo punho de seu professor. Com tantas

mudanças, não seria absurdo que Bally e Sechehaye assinassem o livro, fazendo a referência necessária ao que fosse realmente de Saussure.

No entanto, aparentemente, houve pressão política, por parte da Universidade de Genebra, para a publicação da obra em nome de Saussure, por conta de seu nome ser conhecido na Europa, havendo, portanto, expectativa pela publicação de sua teoria.

Assim, naquilo que teria sido uma jogada editorial, mesmo sob o protesto da família e outros discípulos de Saussure, os organizadores do CLG, com o respaldo da Universidade de Genebra, optaram por uma versão “finalizada” da obra, em detrimento da publicação direta dos originais que possuíam.

De todo modo, ainda que Arrivé e Bouquet evidenciem de forma tão contundente a oposição entre os originais de Saussure e a versão do Curso, ambos não intencionam retirar o valor já consolidado de uma das obras fundadoras da Linguística Moderna. Assim, tampouco seria nosso objetivo apagar a importância do CLG na construção de outras teorias, até quando são apontados seus supostos equívocos.

Todavia, reafirmamos o quanto é valiosa, para uma tese de base enunciativa, a argumentação de que, ao próprio Saussure, seria relevante a consideração do aspecto social e enunciativo dentro da linguística.

1.6 O SIGNO IDEOLÓGICO EM BAKHTIN

Outra proposta de signo que merece consideração é a do russo Mikhail Bakhtin, autor que, em um trabalho realizado no final dos anos 20, aproximadamente dez anos após a publicação do CLG, criticou o objetivismo

implementado por Saussure (1995), pois, segundo Bakhtin (2006), um modelo de língua pensado como sistema seria, em sua essência, uma representação abstrata.

A base para esta contestação seria a de que, de acordo com Bakhtin (2006), há no aspecto social o caráter fundamental para o funcionamento linguístico, pois, em suma, a língua seria amoldada às necessidades da realização de uma interação social. Conseqüentemente, o recorte da subjetividade objetivado por Saussure (1995) teria criado uma língua que não é língua.

A verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas linguísticas nem pela enunciação monológica e isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da interação verbal, realizada através da enunciação ou das enunciações. A interação verbal constitui assim a realidade fundamental da língua. (BAKHTIN, 2006, p. 74)

Assim, ao reconhecer a necessidade de consideração do processo linguístico em uma situação real, Bakhtin (2006) se opõe a um modelo de signo pensado simplesmente como um sinal estático e estável que refere algo no mundo. Desta maneira, ainda que o autor reconhecesse que haveria um número limitado de situações em que um signo poderia ser usado, seria o seu caráter de variabilidade e flexibilidade que o tornaria realizável às situações necessárias ao locutor. Com isto, Bakhtin (2006) evidencia que um signo estático não teria função, invalidando a convenção de neutralidade pensada por Saussure (1995).

[...] para o locutor o que importa é aquilo que permite que a forma linguística figure num dado contexto, aquilo que a torna um signo adequado às condições de uma situação concreta dada. Para o locutor, a forma linguística não tem importância enquanto sinal estável e sempre igual a si mesmo, mas somente enquanto signo sempre variável e flexível. Este é o ponto de vista do locutor. (BAKHTIN, 2006, p. 86)

Por meio deste posicionamento, o autor russo dará ênfase ao caráter ideológico do signo, sendo que este aconteceria em uma relação dialógica, quando seria a palavra o meio pelo qual o social adentra no interior do indivíduo, ao mesmo

tempo que funcionaria, em direção contrária, do interior ao exterior, como caminho para exposição do psiquismo.

O signo ideológico tem vida na medida em que ele se realiza no psiquismo e, reciprocamente, a realização psíquica vive do suporte ideológico. A atividade psíquica é uma passagem do interior para o exterior; para o signo ideológico, o processo é inverso. O psíquico goza de extraterritorialidade em relação ao organismo. É o social infiltrado no organismo do indivíduo. E tudo que é ideológico é extraterritorial no domínio socioeconômico, pois o signo ideológico, situado fora do organismo, deve penetrar no mundo interior para realizar sua natureza semiótica. Desta maneira, existe entre o psiquismo e a ideologia uma interação dialética indissolúvel: o psiquismo se oblitera, se destrói para se tornar ideologia e vice-versa. (BAKHTIN, 2006, p. 56)

Desta maneira, ao relacionar o signo ao processo psíquico, percebemos que, para Bakhtin (2006), este seria essencialmente subjetivo, logo ideológico. Isto significaria que toda palavra remeteria necessariamente a um juízo de valor.

[...] não são palavras o que pronunciamos ou escutamos, mas verdades ou mentiras, coisas boas ou más, importantes ou triviais, agradáveis ou desagradáveis, etc. A palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial. É assim que compreendemos as palavras e somente reagimos àquelas que despertam em nós ressonâncias ideológicas ou concernentes à vida. (BAKHTIN, 2006, p. 98,99)

Por esta razão, seria equivocada a apreciação de um sistema linguístico pretensamente imutável, quando haveria nesta concepção uma inversão na ordem de valor, visto que, para Bakhtin (2006), não seria o sistema que determina o sujeito, mas o sujeito quem determina a língua. Rememorando a comparação do jogo de xadrez, feita no CLG (1995), não haveria um conjunto de regras comuns aos jogadores, sendo que cada enxadrista, ao realizar um movimento, criaria regras que são adequadas às suas necessidades. Assim, a mutabilidade é vista como condição para situações reais de fala.

Na realidade, o locutor serve-se da língua para suas necessidades enunciativas concretas (para o locutor, a construção da língua está orientada no sentido da enunciação da fala). Trata-se, para ele, de

utilizar as formas normativas [...] num dado contexto concreto.
(BAKHTIN, 2006, p. 93,94)

Este signo dialógico, que ao mesmo tempo é interior e exterior, põe em destaque o valor da enunciação, não reduzindo a mesma a um simples ato mecânico, quando, muito além de um processo fisiológico, haveria no componente histórico a garantia da interação social.

As relações dialógicas são irreduzíveis às relações lógicas ou às concreto-semânticas, que por si mesmas carecem de momento dialógico. Devem personificar-se na linguagem, tornar-se enunciados, converter-se em posições de diferentes sujeitos expressas na linguagem para que entre eles possam surgir relações dialógicas. (BAKHTIN, 1995, p. 183)

É importante apontar que em um período ainda muito influenciado por um objetivismo teórico, como vimos nas adaptações de Bally e Sechehaye para uma “adequada” versão da teoria de Saussure, Bakhtin (2006) orientou a visão sobre a língua em direção ao seu caráter subjetivo, social e histórico, fazendo com que o autor russo desconstruísse os três recortes saussurianos.

Assim, mesmo sendo uma obra do início do século 20, possui ainda muito vigor a postulação de um signo de caráter subjetivo, com significação amplamente flexível, sendo este o fator necessário para a possibilidade de seu uso. Além disso, a valorização dada pelo autor russo à enunciação, a partir do caráter dialógico do signo e reconhecimento do processo enunciativo como origem de todo desenvolvimento linguístico, faz com que haja alguma afinidade entre seu pensamento e a teoria aplicada nesta tese, embora Guimarães (2018) pontue, claramente, que a relação enunciativa não seria dialógica, mas política.

1.7 A ENUNCIÇÃO EM BENVENISTE

Embora tenha apresentado uma oposição discreta à Saussure (1995), principalmente se comparado à Bakhtin (2006), Émile Benveniste, ao refletir sobre a presença do homem na língua, será um dos primeiros autores a esboçar uma teoria enunciativa. Com isto, o autor sírio-francês ganha destaque por, em uma época na qual havia um discurso orientado à exclusão do sujeito, apontar a importância de uma abordagem que considere aspectos enunciativos da língua. Por esta razão, Benveniste pode ser considerado como um autor que também se opôs a um dos recortes de Saussure (1995).

No entanto, mesmo com alguma divergência, Benveniste reconhece o mérito de Saussure (1995) que, ao propor o esquema para um entendimento do signo de forma bilateral, teria sido decisivo para a formalização de uma ciência social.

Dizemos aqui que Saussure pertence para sempre à história do pensamento europeu. Precursor das doutrinas que de cinquenta anos para cá transformaram a teoria da linguagem, lançou ideias inesquecíveis sobre a faculdade mais alta e mais misteriosa do homem e, ao mesmo tempo, propondo no horizonte da ciência e da filosofia a noção de “signo” como unidade bilateral, contribuiu para o advento do pensamento formal nas ciências da sociedade e da cultura, e para a constituição de uma semiologia geral. (BENVENISTE, 1988, p. 49)

Todavia há considerável discordância entre estes autores quando examinamos a questão da significação em Benveniste. Tal aspecto pode ser observado na concepção de distinção, que o autor sírio-francês considera existir, entre o princípio de significação na semiótica e o que acontece na semântica, pois, para Benveniste (1989), enquanto a semiótica cuidaria das características peculiares das unidades linguísticas, a semântica faria referência à compreensão global do enunciado.

Esta distinção em Benveniste indica que não seria possível compreender a significação global do enunciado a partir, apenas, do entendimento de cada unidade, como afirma o autor:

A mensagem não se reduz a uma sucessão de unidades que devem ser identificadas separadamente; não é uma adição de signos que produz o sentido, é, ao contrário, o sentido (o “intencionado”), concebido globalmente, que se realiza e se divide em “signos” particulares, que são PALAVRAS. (BENVENISTE, 1989, p. 65)

Assim, para Benveniste, a significação de um texto não seria o resultado de uma soma de sentidos individuais, mas uma construção complexa, a ponto de seu sentido não derivar de um sistema de mera decomposição.

Ela não se deixa dividir, mas decompor; suas unidades são elementos de base em número limitado, cada um diferente do outro, e suas unidades se agrupam para formar novas unidades, e estas por sua vez poderão formar outras ainda, de um nível cada vez superior. (BENVENISTE, 1989, p. 225)

Deste modo, embora Benveniste reconheça que ao signo semiótico seja possível atribuir um certo número de sentidos, tal perspectiva seria inviável para as frases, como afirmou o autor: “um inventário dos empregos de uma palavra poderia não acabar; um inventário dos empregos de uma frase não poderia nem mesmo começar” (BENVENISTE, 1988, p. 139).

Haveria, portanto, uma vultuosa dispersão da proposta concebida pelo CLG (1995), quando Benveniste não coaduna com o entendimento da língua como instrumento de comunicação a partir da palavra, sendo que, em seu propósito enunciativo, esta aconteceria por meio de frases.

A frase, criação indefinida, variedade sem limite, é a própria vida da linguagem em ação. Concluímos que se deixa com a frase o domínio da língua como sistema de signos e se entra num outro universo, o da língua como instrumento de comunicação, cuja expressão é o discurso. (BENVENISTE, 1988, p. 139)

Logo, esta concepção de signo, na qual a possibilidade de sentido é multiplicada em situação de uso, seja em frases, seja em textos, rompe com a ideia de arbitrariedade do sentido, como visto no CLG (1995), pelo fato de que um signo limitado à uma convenção impositiva de arbitrariedade não atenderia a necessidade de uso do falante. Por esta razão, Benveniste (1988) dirá que a relação de sentido com a palavra é uma relação necessária, ou seja, toda palavra precisa ter, necessariamente, sentido. Qual será, exatamente, este sentido? Para Benveniste, não haveria como prever.

Quem diz sistema diz a organização e adequação das partes numa estrutura que transcende e explica os seus elementos. Tudo aí é tão necessário que as modificações do conjunto e do pormenor se condicionam reciprocamente. A relatividade dos valores é a melhor prova de que dependem estreitamente uns dos outros na sincronia de um sistema sempre ameaçado, sempre restaurado. Isso se deve a que todos os valores são de oposição e não se definem a não ser pela sua diferença. Opostos, conservam-se em mútua relação de necessidade. (BENVENISTE, 1988, p. 59)

Semelhante, em algum aspecto, ao entendimento teórico de Guimarães (2007), o modelo de signo proposto por Benveniste evidencia como o sentido de uma palavra é afetado por outro dentro de uma unidade textual, o que nos leva à percepção de que para compreendê-lo seria preciso considerá-lo como parte de uma unidade textual.

Além disso, ao formular que a língua, como meio, só seja possível em funcionamento, Benveniste aponta para prioridade que a enunciação teria na consideração de um estudo linguístico, como o autor indica em seu estudo dos dêiticos.

Uma frase participa sempre do “aqui e agora”; algumas unidades de discurso são aí unidas para traduzir uma certa ideia interessante, um certo presente de um certo locutor. (BENVENISTE, 1989, p. 230)

Assim, segundo Benveniste, o modelo proposto por Saussure (1995), o qual não observa a relevância da realização enunciativa, por meio de uma ideia de língua enquanto sistema, incorre no defeito de limitar as possibilidades de compreensão daquela que seria a própria natureza linguística.

Quando Saussure introduziu a ideia de signo linguístico, ele pensava ter dito tudo sobre a natureza da língua; não parece ter visto que ela podia ser outra coisa ao mesmo tempo, exceto no quadro da oposição bem conhecida que ele estabelece entre língua e fala. Compete-nos tentar ir além do ponto a que Saussure chegou na análise da língua como sistema significante. (BENVENISTE, 1989, p. 224)

Neste sentido, vemos a questão de vocábulos dêiticos, desenvolvida por Benveniste (1988), como uma de suas primeiras análises a mostrar de forma mais evidente a necessidade do processo enunciativo para significação. Nela, o autor demonstra que de alguns vocábulos, como os dêiticos, só teriam a significação preenchida por meio da enunciação, ou seja, com a língua em uso, não se tratando, portanto, de palavras com uma referência objetiva externa à língua.

Por exemplo, no caso dos pronomes pessoais *Eu* e *Tu*, quais seriam os seus sentidos mediante uma referência? Como sabemos, por serem pessoas do discurso, a única possibilidade de vislumbrar uma referência para estas palavras acontecerá na observação da relação dos sujeitos na enunciação.

Tratamos muito levemente e como incontestável a referência ao “sujeito que fala” implícita em todo esse grupo de expressões. Despoja-se da sua significação própria essa referência se não se discerne o traço pelo qual se distingue dos outros signos linguísticos. Assim, pois, é ao mesmo tempo original e fundamental o fato de que essas formas “pronominais” não remetam à “realidade” nem a posições “objetivas” no espaço ou no tempo, mas à enunciação, cada vez única, que as contém, e reflitam assim o seu próprio emprego. (BENVENISTE, 1988, p. 280)

Para Benveniste (1988), estes signos “vazios” seriam uma solução disponível na língua para realização de uma comunicação intersubjetiva, sendo os

vocábulos com esta característica os responsáveis por marcar qual a posição do sujeito na fala.

A partir desta percepção, Benveniste argumenta em direção à consideração do caráter subjetivo da língua como elemento primordial para sua realização, ao mesmo tempo que invalida modelos estruturados de modo a conceber um sistema objetivo para a língua, semelhante à Saussure (1995).

A importância da sua função se comparará à natureza do problema que servem para resolver, e que não é senão o da comunicação intersubjetiva. A linguagem resolveu esse problema criando um conjunto de signos “vazios”, não referenciais com relação à “realidade”, sempre disponíveis, e que se tornam “plenos” assim que um locutor os assume em cada instância do seu discurso. (BENVENISTE, 1988, p. 280)

Ainda sobre a relevância da subjetividade como elemento necessário para o estudo da língua em Benveniste, o autor fará importantes apontamentos em relação à questão da performatividade como componente inerente ao fator linguístico, aspecto desenvolvido principalmente por Austin.

1.8 A TEORIA DOS ATOS DE FALA

A relevância da performatividade em linguística, por muito tempo, foi colocada em segundo plano, afinal, enquanto nas abordagens referencialistas a performance era limitada ao teste de verdadeiro ou falso, no entendimento de língua como estrutura, ela simplesmente foi ignorada.

A centralidade da performance como fator preponderante na significação linguística só acontecerá com o desenvolvimento da teoria dos Atos de Fala, sendo o inglês John Austin o seu principal fundador.

Antecedendo a esta proposta de estudo, a perspectiva semântica de até então se limitava a tratar de enunciados descritivos, nos quais a veracidade era o único valor performativo a ser verificado. No entanto, Wittgenstein, na segunda parte de sua obra, constatou que submeter um enunciado à verificação de verdadeiro ou falso não seria o suficiente para esgotar todas as formas de realização da língua, sendo necessário observar, durante a execução de um enunciado, se são atendidas suas condições de uso.

Pode-se, para uma grande classe de casos de utilização da palavra 'significação' – se não para 'todos' os casos de sua utilização - explicá-la assim: a significação de uma palavra é seu uso na linguagem. E a 'significação' de um nome elucidada-se muitas vezes apontando para o portador. (WITTGENSTEIN, 1984, p. 28)

Para Wittgenstein (1984), existiriam condições sociais que seriam inerentes à realização satisfatória do processo linguístico, o que ele irá conceber como “jogos de linguagem”.

Nesta perspectiva, Wittgenstein (1984) irá considerar que não se deve indagar qual seria o sentido de uma palavra, mas, sim, qual seria seu uso. Devido a isto, o autor acreditava que, por ter a função de meio para a realização da interação social, a palavra não poderia ser vista fora de sua condição de uso.

Por este motivo, Wittgenstein (1984) rompe com o posicionamento teórico no qual há o entendimento da língua como meio de representação do mundo, cuja ênfase recaia no aspecto referencial.

Em convergência à segunda parte da obra de Wittgenstein, Austin (1990) constata que haveria situações linguísticas cuja significação seria equivalente a uma ação. Esta ideia poderia ser percebida em ocasiões nas quais duas pessoas estão prestes a contrair matrimônio. Nestes casos, ao enunciar *sim*, elas não estariam simplesmente descrevendo ou relatando alguma informação, mas

realizando uma ação que as tornará casadas. Isto ocorreria em outras situações, como exemplifica Austin:

(b) "Batizo este navio com o nome de Rainha Elizabeth" – quando proferido ao quebrar-se a garrafa contra o casco do navio. (c) "Lego a meu irmão este relógio" - tal como ocorre em um testamento. (d) "Aposto cem cruzados como vai chover amanhã." Estes exemplos deixam claro que proferir uma dessas sentenças (nas circunstâncias apropriadas, evidentemente) não é descrever o ato que estaria praticando ao dizer o que disse, nem declarar que o estou praticando: é fazê-lo. Nenhum dos proferimentos citados é verdadeiro ou falso; considero isto tão óbvio que sequer pretendo justificar. De fato, não é necessário justificar, assim como não é necessário justificar que " Poxa! " não é nem verdadeiro nem falso. Pode ser que estes proferimentos "sirvam para informar", mas isso é muito diferente. Batizar um navio é dizer (nas circunstâncias apropriadas) as palavras "Batizo, etc.". Quando digo, diante do juiz ou no altar, etc., "Aceito", não estou relatando um casamento, estou me casando. (AUSTIN, 1990, p. 24,25)

Percebendo este contraste entre formas de enunciado, em um primeiro momento, Austin (1990) opta por uma classificação desenvolvida na oposição entre dois tipos de atos de fala. Haveria os atos constatativos e os performativos, sendo os constatativos realizados em enunciados descritivos, enquanto os performativos se dariam em enunciados equivalentes a uma ação.

No caso dos performativos, ao reconhecer que a validação destes não poderia acontecer por meio da verificação de verdadeiro ou falso, Austin (1990) teria sido obrigado a propor um diferente modo de valoração do enunciado.

Deste modo, por serem atos semelhantes a ações, ao invés do teste verdadeiro ou falso, Austin (1990) desenvolveu para a classificação do ato performativo os conceitos de felicidade e infelicidade.

Seriam atos com valor de felicidade aqueles que concretizam seu propósito, enquanto infelizes seriam as sentenças que, por algum motivo, não teriam alcançado seu objetivo.

Ainda no exemplo do casamento, imaginemos que a cerimônia fosse regida por um médico, o qual não possui qualquer vínculo com religião ou cartório. Ao proferir a sentença “Eu vos declaro marido e mulher”, estará realizando um ato performativo infeliz, pois, neste caso, o locutor, mesmo reconhecido como autoridade na área de saúde, não teria respaldo social para legitimar uma sentença matrimonial.

Já um enunciado performativo com valor de felicidade seria o caso de um prefeito que tivesse decretado estado de calamidade no município. Por se tratar de um chefe do poder executivo, haveria a prerrogativa de que esta enunciação fosse considerada legal.

Para trabalhar esta questão da legitimidade, Austin procurou esboçar um esquema elencando o que seriam as condições necessárias para realização de um ato performativo classificado como feliz.

(A.1) Deve existir um procedimento convencionalmente aceito, que apresente um determinado efeito convencional e que inclua o proferimento de certas palavras, por certas pessoas, e em certas circunstâncias; e além disso, que

(A.2) as pessoas e circunstâncias particulares, em cada caso, devem ser adequadas ao procedimento específico invocado.

(B.1) O procedimento tem de ser executado, por todos os participantes, de modo correto e

(B.2) completo.

(Γ.1) Nos casos em que, como ocorre com frequência, o procedimento visa às pessoas com seus pensamentos e sentimentos, ou visa à instauração de uma conduta correspondente por parte de alguns dos participantes então aquele que participa do procedimento, e o invoca deve de fato ter tais pensamentos ou sentimentos, e os participantes devem ter a intenção de se conduzirem de maneira adequada, e, além disso,

(Γ.2) devem realmente conduzir-se dessa maneira subsequentemente. (AUSTIN, 1990, p. 31)

Quanto ao enunciado que não concretiza a ação planejada, ou seja, com valor de infelicidade, segundo Austin, este ainda deveria ser considerado

performativo, pois, em uma série de possibilidades que ocasionassem a infelicidade do ato, haveria ainda consequências causadas pelo enunciado.

Quando o proferimento for um desacerto, o procedimento invocado é esvaziado de sua autoridade e assim nosso ato (casar, etc.) é nulo ou sem efeito. Em tais casos dizemos que nosso ato foi tão-somente intencionado ou, ainda, que foi uma mera tentativa; ou usamos expressões como: "foi uma forma de união" em oposição a "casamos". Por outro lado, nos casos de tipo r dizemos que o ato malogrado foi "professado" ou "vazio", em vez de dizer que foi "pretendido" ou "nulo". Dizemos que não foi levado a cabo ou que não foi consumado, em vez de chamá-lo de nulo ou sem efeito. Mas apresso-me a acrescentar que tais distinções não são rígidas e fixas e, mais particularmente, que termos como "pretendido" e "professado" não resistirão a um exame mais rigoroso. Duas palavras finais acerca dos atos nulos ou sem efeito. O fato de um ato ser nulo ou sem efeito não quer significar que nada tenha sido feito; pelo contrário, muitas coisas podem ter sido feitas. Através deles podemos ter cometido um ato de bigamia, sem termos realizado o ato pretendido, a saber, casar. Isto porque, a despeito do nome, o bígamo não se casa duas vezes. (Em resumo, a álgebra do casamento é booleana*.) Além disso, sem efeito, aqui, não significa o mesmo que "sem consequências, resultados ou efeitos" (AUSTIN, 1990, p. 31)

Logo, do mesmo modo que um enunciado constatativo não perderia essa característica por se mostrar falso, um performativo, ainda que infeliz, manteria também seu "status" de performatividade, pois de alguma forma realizaria alguma mudança, como observou o autor nos exemplos descritos.

Aliás, teria sido a partir da consideração da performance em enunciados que seriam infelizes que Austin (1990) percebeu a quão sinuosa era a divisão entre enunciados constatativos e performativos. Por esta razão, o autor rompe com esta partição, ampliando a questão da performatividade na fala, mesmo em sentenças que não seriam explicitamente performativas.

A partir disso, Austin propõe uma consideração mais abrangente para aqueles enunciados que seriam atos de fala, quando, segundo o autor, uma sentença pode se desenvolver em três níveis de locução. Seriam eles:

Ato Locutório; equivalente ao pronunciamento de uma sentença.

A esse ato de "dizer algo" nesta acepção normal e completa chamo de realização de um ato locucionário, e ao estudo dos proferimentos desse tipo e alcance chamo de estudo de locuções, ou de unidades completas do discurso. (AUSTIN, 1990, p. 85)

Ato Ilocutório; além da significação, há uma intenção para que algo seja realizado.

Podemos dizer que realizar um ato locucionário é, em geral, *eo ipso*, realizar um ato ilocucionário, como me proponho denominá-lo. Para determinar que este ato ilocucionário é realizado dessa forma temos que determinar de que maneira estamos usando a locução, ou seja:

- perguntando ou respondendo a uma pergunta,
- dando alguma informação, ou garantia ou advertência,
- anunciando um veredito ou uma intenção,
- pronunciando uma sentença,
- marcando um compromisso, fazendo um apelo ou uma crítica,
- fazendo uma identificação ou descrição (AUSTIN, 1990, p. 88)

Ato Perlocutório; refere-se aos efeitos produzidos, consequência daquilo que foi pronunciado.

Dizer algo frequentemente, ou até normalmente, produzirá certos efeitos ou consequências sobre os sentimentos, pensamentos, ou ações dos ouvintes, ou de quem está falando, ou de outras pessoas. E isso pode ser feito com o propósito, intenção ou objetivo de produzir tais efeitos. [...] Chamaremos a realização de um ato deste tipo de realização de um ato perlocucionário ou perlocução. (AUSTIN, 1990, p. 89,90)

Como exemplos, Austin apresenta duas frases, desenvolvendo seus desdobramentos e, assim, dividindo cada etapa em um destes níveis.

Ato (A) ou Locução

Ele me disse "Atire nela!" querendo dizer com "atire" atirar e referindo-se a ela por "nela".

Ato (B) ou Ilocução

Ele me instigou (ou aconselhou, ordenou, etc.) a atirar nela.

Ato (C.a) ou Perlocução

Ele me persuadiu a atirar nela.

Ato (C.b)

Ele me obrigou a (forçou-me a, etc.) atirar nela.

Exemplo 2:

Ato (A) ou Locução

Ele me disse, "Você não pode fazer isso".

Ato (B) ou Ilocução

Ele protestou contra meu ato.

Ato (C.a) ou Perlocução

Ele me conteve, me refreou.

Ato (C.b)
Ele me impediu, fez-me ver a realidade, etc.
Ele me irritou. (AUSTIN, 1990, p. 90)

Ainda sobre as classificações dos níveis em um ato de fala, para ajudar em sua definição, Austin propõe como esquema a realização de três enunciados que evidenciariam este processo.

Da mesma maneira podemos distinguir o ato locucionário " ele disse que ..." do ato ilocucionário "ele argumentou que ..." e do ato perlocucionário "ele me convenceu que ... ". (AUSTIN, 1990, p. 90)

Com isto, o ato locucionário seria o mesmo que dizer algo, enquanto o ato ilocucionário uma proposta de ação a partir do que foi dito, por fim o ato perlocucionário aconteceria quando houvesse a intenção de provocar efeitos como convencer alguém.

Feitas essas considerações, podemos concluir que para Austin (1990) a divisão constativo e performativo não seria válida pelo fato de que toda forma de dizer configura, de certa maneira, um ato de fala que pode ser classificado, além de seu significado descritivo, por sua intenção e desdobramentos.

No entanto, Benveniste irá contestar esta dissolução, quando ele mesmo teria verificado casos em que a questão da performatividade seria pertinente à linguagem. Em sua análise, colocada em contraste, a expressão *eu juro* se mostraria performativa, enquanto *ele jura* seria meramente descritiva.

A enunciação *je jure* é o próprio ato que me compromete, não a descrição do ato que eu cumpro. Dizendo *je promets*, *je garantis*, *prometo* e *garanto* efetivamente. As consequências (sociais, jurídicas, etc.) do meu juramento, da minha promessa se desenrolam a partir da instância de discurso que contém *je jure*, *je promets*. A enunciação identifica-se com o próprio ato. (BENVENISTE, 1988, p. 292)

Este tipo de consideração levou Benveniste a formular que enunciados performativos só teriam realidade quando identificados como tal.

um enunciado performativo não tem realidade a não ser quando autenticado como ato, porém, nem todo ato é um ato performativo, pela ausência da autoridade que o constitui” (BENVENISTE, 1988, p. 301)

Quanto à questão da autoridade, esta seria uma configuração enunciativa, ou seja, o locutor deveria preencher as condições necessárias em uma situação de enunciação para validação da performatividade ao falar.

enunciações proferidas por aqueles a quem pertence o direito de enunciá-los. Essa condição validade, relativa à pessoa que enuncia e à circunstância da enunciação, deve ser preenchida sempre que se trate de performativo. O critério está aí e não na escolha dos verbos. (BENVENISTE, 1988, p. 301,302)

Outro aspecto relevante do entendimento de Benveniste, seria que a questão da performatividade não se apresentaria como uma característica do tipo de verbo, como tivera formulado Austin (1990), mas uma questão que envolve a autoridade do sujeito na situação de enunciação.

Essa condição, porém, não se dá no sentido do verbo: é a "subjetividade" do discurso que a torna possível. Pode ver-se a diferença substituindo-se je jure por il jure. Enquanto je jure é um compromisso, il jure é apenas uma descrição, no mesmo plano de il court, il fume [= "ele corre, ele fuma"]. Vê-se aqui, em condições próprias dessas expressões, que o mesmo verbo, segundo seja assumido por um "sujeito" ou esteja colocado fora da "pessoa", toma um valor diferente. (BENVENISTE, 1988, p. 293)

À parte do entendimento de Benveniste (1988), Searle (1969) propõe a manutenção da classificação dos atos performativos. No entanto, ele se afasta de Austin (1990) no que tange à divisão entre atos locucionários, ilocucionários e perlocucionários, pois, segundo Searle (1969), significar e dizer seriam realizações indissociáveis.

A partir deste pressuposto, Searle irá conceber o ato ilocucionário como ato completo, ao ser composto por significado e intenção.

In speaking I attempt to communicate certain things to my hearer by getting him to recognize my intention to communicate just those things. I achieve the intended effect on the hearer by getting him to

recognize my intention to achieve that effect, and as soon as the hearer recognizes what it is my intention to achieve, it is in general achieved. (SEARLE, 1969, p. 43)

Com isto, Searle pressupõe que toda enunciação seja uma ação com intencionalidade, sendo a compreensão do ouvinte sobre as intenções do locutor o equivalente à concretização do ato de fala.

The sentence then provides a conventional means of achieving the intention to produce a certain illocutionary effect in the hearer. If a speaker utters the sentence and means it he will have intentions(a), (b), and (c). The hearer's understanding the utterance will simply consist in those intentions being achieved. And the intentions will in general be achieved if the hearer understands the sentence, i.e., knows its meaning, i.e., knows the rules governing its elements. (SEARLE, 1969, p. 48)

Logo, ao entender que toda enunciação possui intenção, Searle (1969) apontará essa como decisiva para o sentido. Por esta razão, o também filósofo inglês irá estabelecer uma classificação dos atos de fala de acordo com a intencionalidade do enunciado.

Atos Assertivos: seriam aqueles que colocam o ouvinte à condição de validação da sentença enunciada, pois esta representa situações referentes a uma realidade verificável como verdadeira. Por exemplo, na frase “Bolsonaro é o presidente do Brasil”, temos um enunciado passível de verificação como verdade.

Atos Diretivos: tem por objetivo induzir o interlocutor a uma determinada atitude. Os verbos que orientam conduta, tais como *pedir*, *mandar*, *orientar*, entre outros, seriam as formas características deste ato de fala. A condição de felicidade nesse caso seria a de gerar a situação desejada, como quando um professor pede ao estudante que ele leia o livro e este corresponde ao que foi pedido.

Atos Comissivos: refere-se ao sentido que é determinado pelo comprometimento do locutor na fala, como no caso de uma promessa ou ameaça.

Como acontece em situações nas quais fumantes prometem que vão parar de fumar. O grau de compromisso do falante irá significar neste tipo de frase.

Atos expressivos: acontece em manifestações de apreço, como discursos em solenidades ou mesmo um pedido de desculpa. Aqui a condição de performatividade está relacionada à sinceridade do locutor.

Atos declarativos: na dependência da real representatividade do locutor, são enunciados que podem realizar mudanças no mundo. Por exemplo, a sentença judicial proferida por um juiz ou uma declaração de guerra por um presidente.

Outro aspecto relevante da teoria de Searle (1969) é a questão da força ilocucional. Ela se realizaria por meio da entonação do locutor, da ordem das palavras, do acento tônico, entre outras variações que interferem na significação do enunciado. Assim, para Searle (1969), mesmo enunciados iguais, mas com força ilocucional distinta, teriam sentidos diversos. Por exemplo, um pedido de socorro em voz baixa não teria a mesma força ilocucional que um feito em desespero. Reforça-se, deste modo, a ideia de que a intencionalidade afetaria o sentido.

Em relação ao pressuposto teórico adotado nesta tese, a principal distinção entre nosso entendimento e o da teoria dos atos de fala estaria na concepção de sujeito. Enquanto para estes autores pragmáticos, há a presunção de um locutor unívoco que se apresenta no seu discurso como fonte do dizer, para nós, o locutor encontra-se dividido na enunciação, como formula Ducrot (1987).

Ainda assim, a consideração dos atos de fala ganha relevância em nosso trabalho por revelar uma forte argumentação contrária à proposta de língua enquanto sistema, quando Austin e Searle demonstram que a consideração do falante seria basilar para o desenvolvimento do sentido na linguagem.

Além disso, vale reiterar que, ao considerar a existência do caráter ilocucional, há uma desconstrução da língua como meio limitado à descrição do mundo, sendo ela, na verdade, a origem de parte dos fatos que acontecem na realidade, ou seja, Austin demonstra que língua também é mundo.

1.9 A DIVISÃO DO LOCUTOR EM DUCROT

Como já mencionado, ao realizar uma tese em uma abordagem enunciativa, faz-se essencial a elucidação da concepção de locutor aqui pretendida. Por este motivo, torna-se interessante a apresentação da teoria polifônica de Ducrot (1987), ainda mais quando esta traz um dos princípios que servirá como referência para a *Semântica do Acontecimento*, Guimarães (2005).

Notadamente, é grande o número de estudos linguísticos e de outras perspectivas teóricas que apregoam o sujeito como fonte de seu dizer. Neste entendimento, o sujeito seria concebido como uma personalidade unívoca, sendo reconhecido como origem do discurso, compreendido, assim, como único responsável por sua fala.

No entanto, diversos autores argumentam sobre o funcionamento da língua a partir de uma ruptura com este tipo de locutor, quando o sujeito, na verdade, seria dividido em uma manifestação polifônica, no que seria o reconhecimento da existência de diferentes vozes em um mesmo enunciado.

Quem primeiro irá tratar a questão da polifonia é Bakhtin. O filósofo russo percebeu este fenômeno ao estudar a obra literária de Dostoiévski. Nela notou que, embora o autor fosse Dostoiévski, haveria no texto outras vozes que não poderiam ser a do autor, pois estas não compartilhavam a mesma visão de mundo.

A voz do herói sobre si mesmo e o mundo é tão plena como a palavra comum do autor; não está subordinada à imagem objetificada do herói como uma de suas características, mas tampouco serve de intérprete da voz do autor. Ela possui independência excepcional na estrutura da obra, é como se soasse ao lado da palavra do autor coadunando-se de modo especial com ela e com as vozes plenivalentes de outros heróis. (BAKHTIN, 1995, p. 5)

Assim, embora haja quem reconheça o narrador como fonte do discurso, parece inegável que esse locutor possa se dividir em diversas vozes estranhas a si, conforme menciona Bakhtin (1995).

É a partir do entendimento de Bakhtin (1995) que Ducrot (1987) irá desenvolver sua teoria polifônica, questionando a identificação de um sujeito unívoco, concebido como fonte do discurso.

Ducrot destaca a importância da teoria polifônica de Bakhtin (1987) para o reconhecimento das várias categorias e vozes presentes em um discurso literário. No entanto, para Ducrot, Bakhtin teria limitado sua teoria polifônica aos textos literários.

[...] mas esta teoria de Bakhtine (sic), segundo meu conhecimento, sempre foi aplicada a textos, ou seja, a sequências de enunciados, jamais aos enunciados de que estes textos são constituídos. De modo que ela não chegou a colocar em dúvida o postulado segundo o qual um enunciado isolado faz ouvir uma única voz. (DUCROT, 1987, p. 181)

Com isto, Ducrot (1987) entende que haveria margem para ampliação do conceito de polifonia, desenvolvendo este nas mais diversas situações de enunciação, até mesmo considerando a possibilidade da existência de diferentes representações de sujeito em um só enunciado.

Correspondendo a esta ideia, para Ducrot (1987), uma forma de polifonia, aconteceria nos casos de discurso direto, quando haveria uma pluralidade de responsáveis pelo enunciado. Por exemplo, na frase “Lionel me disse: eu vou para casa.”.

Percebe-se que, embora haja, em um só enunciado, dois pronomes na primeira pessoa do singular, *me* e *eu*, estes remeteriam a locutores distintos. Assim, enquanto o *me* estaria se referindo ao que seria um locutor L1, o *eu* apontaria para um locutor L2.

Desta maneira, Ducrot (1987) demonstraria que um enunciado atribuído a um locutor poderia, ao mesmo tempo, ser atribuído a outro locutor.

Todavia, mesmo que esses dois locutores se apresentassem como origem do discurso, haveria, ainda assim, uma hierarquia entre eles, pois, enquanto L2 seria responsável por parte do enunciado, *eu vou para casa*, L1 seria responsável pelo enunciado como um todo.

Vale lembrar que, do ponto de vista empírico, a enunciação é realizada por um único sujeito, concebido como origem do dizer, mas, para Ducrot, ainda que este se apresente como fonte do discurso, ele não poderia ser entendido como um falante empírico, pois, em conformidade com o que foi demonstrado, ao se dividir, haveria a impossibilidade de sua realização unívoca.

[...] mesmo que não se leve em conta, no momento, o discurso relatado direto, ressaltar-se-á que o locutor, designado por eu, pode ser distinto do autor empírico do enunciado, de seu produtor – mesmo que as duas personagens coincidam habitualmente no discurso oral. Há de fato casos em que, de uma maneira quase evidente, o autor real tem pouca relação com o locutor, ou seja, com o ser apresentado no enunciado como aquele a quem se deve atribuir a responsabilidade da ocorrência do enunciado. (DUCROT, 1987, p. 182)

Deste modo, Ducrot considera a possibilidade da dupla enunciação no discurso direto, a partir da convivência entre o locutor, enquanto ser responsável¹² pelo enunciado, e o locutor que representa a origem da sentença, sendo estes

¹² [...] um ser que é, no próprio sentido do enunciado, apresentado como seu responsável, ou seja, como alguém a quem se deve imputar a responsabilidade deste enunciado. (DUCROT, 1987, p. 182)

locutores representados, respectivamente, pela letra “L” e “λ”, ressaltando que “L” e “λ” podem assumir posições distintas como sujeitos falantes.

[...] L é o responsável pela enunciação, considerado unicamente enquanto tendo esta propriedade. λ é um pessoa "completa", que possui, entre outras propriedades, a de ser a origem do enunciado – o que não impede que L e λ sejam seres de discurso, constituídos no sentido do enunciado, e cujo estatuto metodológico é, pois, totalmente diferente daquele do sujeito falante (este último deve-se a uma representação "externa" da fala, estranha àquela que é veiculada pelo enunciado). (DUCROT, 1987, p. 188)

Com isto, ao apresentar um modelo de locutor dividido na cena enunciativa, Ducrot (1987) admite a existência de um “ser” discursivo, o que seria uma evidência do caráter polifônico da língua. Dessa forma, a argumentação aconteceria, inevitavelmente, em relações subjetivas e intersubjetivas.

Em princípio, no caso do discurso indireto, Ducrot (1987) considera que não haveria polifonia por não acontecer o fenômeno da dupla enunciação, quando não seria construída a imagem de um outro locutor, além do responsável pelo enunciado.

Todavia, Ducrot não limitaria os casos de polifonia às estruturas que são evidentemente polifônicas, como as que acontecem no discurso direto. A partir da noção de enunciador, Ducrot irá constatar uma forma de polifonia menos aparente, na qual as vozes destes enunciadores não apareceriam expressas como as vozes dos locutores.

[...] o sentido do enunciado, na representação que ele dá da enunciação, pode fazer surgir aí vozes que não são as de um locutor. Chamo de ‘enunciadores’ estes seres que são considerados como se expressando através da enunciação, sem que para tanto lhe atribuam palavras precisas; se eles ‘falam’ é somente no sentido em que a enunciação é vista como expressando seu ponto de vista, sua posição, sua atitude, mas não, no sentido material do termo, suas palavras. (DUCROT, 1987, p. 192)

A questão central para a percepção dos enunciadores seria a de que estes apresentassem posições diversas das ligadas ao locutor. Para ilustrar o que seria o enunciador, Ducrot estabelece uma analogia com os personagens de teatro, em que a fala da personagem não se apresentaria materializada pelo autor.

[...] o locutor, responsável pelo enunciado, dá existência, através deste, a enunciadores de quem ele organiza os pontos de vista e as atitudes. E sua posição própria pode se manifestar seja porque ele se assimila a este ou aquele dos enunciadores, tomando-o por representante (o enunciador é então atualizado), seja simplesmente porque escolheu fazê-los aparecer, e que sua aparição mantém-se significativa, mesmo que ele não se assimile a ele (a existência discursiva que lhes é dada assim, o fato de que alguém assume uma certa posição, dá importância a esta posição, mesmo para aquele que não a leva na própria conta [...] como o enunciador não é responsável pelo material linguístico [sic] utilizado, que é atribuído ao locutor, do mesmo modo não se vê atribuída à personagem de teatro a materialidade do texto escrito pelo autor e dito pelos atores. (DUCROT, 1987, p. 193)

Em um primeiro momento, Ducrot (1987) irá destacar os enunciadores em locutores que realizam atos ilocutórios, quando, nestes casos, o desdobramento do sentido de uma sentença viria, necessariamente, de uma significação que estaria além do aspecto referencial.

Assim, ao trabalhar com a noção de atos ilocutórios, Ducrot (1987) entenderia como decisivo o caráter interativo da língua, sendo os atos ilocutórios correspondentes a atos jurídicos, visto que, quando realizados, criam uma obrigação socialmente normatizada ao interlocutor. Uma pergunta, por exemplo, obrigaria, salvo as chamadas *perguntas retóricas*, à elaboração de uma resposta, por parte do interlocutor. Do mesmo modo, uma ordem cobraria a execução do que foi ordenado.

Por exemplo, um pai perguntando à filha:

- Você não vai à escola?

Segundo o que é postulado por Ducrot (1987), poderíamos fazer as seguintes considerações: haveria um sujeito, falante, que pronuncia a frase, um locutor, a quem é atribuída a responsabilidade do enunciado, e um enunciador que exige uma resposta do alocutário.

Ainda neste exemplo, poderíamos constatar outros enunciadores, quando notamos o posicionamento de um enunciador que orienta a ir à escola e outro que cobra a justificativa para a ausência no dia letivo.

Logo, para Ducrot (1987), também aconteceria a polifonia na enunciação, além dos casos em que haveria mais de um locutor, quando fosse possível notar a existência de dois tipos de sujeito: o locutor; entendido como o responsável pelo que é dito, e os enunciadores, sendo estes a origem dos pontos de vista que constituem este locutor.

Concomitante à divisão locutor e enunciador, corresponderia a divisão alocutário e destinatário, em que a enunciação seria dirigida ao alocutário, enquanto os efeitos do ato ilocutório recairiam sobre o destinatário.

Para Pires (2012), ao reconhecer a presença de diferentes pontos de vista em um enunciado, Ducrot (1984) aponta para o aspecto argumentativo da linguagem, não considerando a língua, apenas, como um meio para descrever o mundo, mas como um modo de representar o mundo à nossa maneira.

Embora tal concepção possa causar algum estranhamento ao opor argumentação à realidade, Plantin (2008), no capítulo *Situação dos Estudos de Argumentação: De Deslegitimações a Reinvenções*, ao propor, em uma perspectiva histórica, os modos de pensar a argumentação em sua relação com a ciência, constata que esta oposição argumentação/realidade realiza-se em diversos momentos da história.

Para Plantin (2008), haveria uma dualidade na argumentação que a levaria a esta contradição. Assim, por um lado, “Ela (argumentação) é probatória, isto é, visa fornecer, se não a prova, pelo menos uma prova melhor”. Nesta perspectiva, podendo sintetizar diferentes conhecimentos, a argumentação funcionaria como um instrumento para se evidenciar a realidade. Por outro lado, essa capacidade de se amoldar a diferentes situações fará com que muitas vezes a argumentação não funcione como um caminho para o entendimento da realidade, mas como um instrumento para realizar a realidade que queremos.

Seria a partir da percepção deste caráter no processo argumentativo que os sofistas, na Grécia Antiga, estabeleceriam uma relação de hierarquia entre realidade e retórica, sendo a segunda mais importante que a primeira, pois a realidade não estaria obrigatoriamente vinculada à verdade, quando, mediante uma boa argumentação, poderíamos mudar nosso entendimento do que seria verdadeiro. Possivelmente, foi esta a razão que levou os sofistas a se afastarem dos filósofos naturais, os quais buscavam os acontecimentos imutáveis da natureza, o que, nesta relação, seria considerado algo meramente descritivo; enquanto os sofistas, ao dominarem a arte da argumentação, assim, persuadindo as pessoas, poderiam fazer a verdade corresponder ao seu interesse.

Este nível de descompromisso com a verdade faria com que os sofistas passassem a ter má reputação na sociedade grega, o que ressignificaria a palavra *sofista*, que, de *sábio*, passaria a sinônimo de *charlatão*.

Segundo Plantin (2008), no que teria sido uma disputa com a retórica sofista, Platão e Aristóteles buscaram uma correção para aquilo que entendiam como mal uso da argumentação, assim, propuseram um deslocamento da

argumentação, que iria da retórica para a lógica. Este modelo, desenvolvido por estes filósofos gregos, perdurou por muitos anos.

No entanto, o nível de especificidade a que chegaria a ciência na segunda metade do século XIX colocou em xeque a perspectiva de síntese proposta pela argumentação realizada na lógica. Será neste contexto que, ao adentrar na formalidade, a argumentação deixará de ser relacionada a arte do bem dizer, passando a ser um ramo da matemática, como aponta Plantin (2008): “A lógica, tornando-se formal, é definida como um ramo da matemática e não mais como uma arte do pensamento capaz de governar o bom discurso na linguagem natural”.

Além da arte retórica ser retirada das grades curriculares acadêmicas, o que é descrito por Plantin (2008), tal transformação também seria evidenciada no movimento literário realista, que, em tom crítico, ironiza a eloquência dedicada dos românticos, notadamente os da terceira geração, em discursos que tentavam persuadir o público pela emoção.

Outro aspecto a ser observado é a ressignificação da argumentação como disciplina autônoma, não sendo mais entendida, exclusivamente, como parte da retórica ou da lógica. Assim, conforme indica Plantin (2008), a argumentação passaria a ser estudada como um fenômeno da linguagem.

Ducrot (1984) evidencia este caráter argumentativo como sendo algo próprio da linguagem ao reconhecer marcas argumentativas no enunciado. Uma destas marcas será apontada por Ducrot (1984) como operadores argumentativos, os quais seriam responsáveis pelo direcionamento do ponto de vista nos enunciados.

Por exemplo, o conectivo *mas* será considerado pelo autor como um operador argumentativo, sendo sua principal característica a de inverter a direção

argumentativa apontada por um primeiro enunciador, tornando válido o direcionamento de um segundo enunciador.

Na sentença “Meu time jogou bem, mas perdeu.”, há inicialmente um enunciador, no trecho “Meu time jogou bem”, que orienta ao entendimento que jogar bem leva um time à vitória, no entanto, por meio do operador argumentativo *mas*, na segunda oração, acontece outro enunciador que inverte o argumento do primeiro enunciador, levando à conclusão que jogar bem não é o suficiente para vencer.

Já no caso do conectivo *portanto*, segundo Ducrot (1984), teríamos um operador que mantém a direção argumentativa do primeiro enunciador. Logo, na frase “Estou sem dinheiro, portanto não vou ao show.”, há um primeiro enunciador que orienta à conclusão não posso gastar. Na sequência, um segundo enunciador corresponde ao que foi argumentado pelo primeiro ao reiterar que não gastará dinheiro não indo ao evento.

Percebe-se que ao compreender, a partir da polifonia, a argumentação como resultado de diversos pontos de vista presentes no enunciado por meio de um locutor que não é unívoco, Ducrot (1984) desconstrói o entendimento da língua como mero instrumento descritivo, quando, em verdade, esta aconteceria como uma manifestação que expõe a visão de mundo de um ser discursivo.

Além disso, reiteremos que a fragmentação do locutor na polifonia de Ducrot (1987) é uma importante referência para a concepção de sujeito na *Semântica do Acontecimento*, de Guimarães (2005), em que o locutor também acontece dividido.

1.10 A NOÇÃO DE ACONTECIMENTO EM PÊCHEUX

Amplamente difundida e desenvolvida por Michel Foucault, a noção de acontecimento é, possivelmente, um dos conceitos que mais tem influenciado as teorias e pesquisas em ciências humanas.

Sendo um dos primeiros teóricos a pensar a noção de acontecimento, Foucault (2008) rejeitaria a consideração do mesmo como sinônimo de descrição. O problema desta relação, para o autor, estaria no fato de que esta representaria uma forma de metodologia descritiva da história, conseqüentemente, apagando uma série de eventos que seriam responsáveis pela constituição daquilo que seria recortado pelo próprio acontecimento.

Em direção diversa a esta, ao reconhecer o acontecimento como um efeito de diferentes relações discursivas, Foucault entenderia este como meio de oposição ao estruturalismo.

Admite-se que o estruturalismo tenha sido o esforço mais sistemático para eliminar, não apenas da etnologia, mas de uma série de outras ciências e até da história, o conceito de acontecimento. Eu não vejo quem possa ser mais anti-estruturalista do que eu. Mas o importante é não se fazer com relação ao acontecimento o que se fez com relação à estrutura. Não se trata de colocar tudo num certo plano, que seria o do acontecimento, mas de considerar que existe todo um escalonamento de tipos de acontecimentos diferentes que não têm o mesmo alcance, a mesma amplitude cronológica, nem a mesma capacidade de produzir efeitos. (FOUCAULT, 2008, p. 6)

É com esta noção de acontecimento que Foucault desconstrói o fato como verdade absoluta. No entanto, com preocupação em não redundar em um modelo estruturalista, o autor chama a atenção à necessidade de se buscar, além do acontecimento, aquilo que o constitui, revelando suas características e natureza, podendo o acontecimento se realizar em uma ordem política, econômica, religiosa ou outra. Assim, ao dar mais importância às relações sociais, notadamente

conflituosas, Foucault irá relativizar a importância da referência e da estrutura linguística.

O problema é ao mesmo tempo distinguir os acontecimentos, diferenciar as redes e os níveis a que pertencem e reconstituir os fios que os ligam e que fazem com que se engendrem, uns a partir dos outros. Daí a recusa das análises que se referem ao campo simbólico ou ao campo das estruturas significantes, e o recurso às análises que se fazem em termos de genealogia das relações de força, de desenvolvimentos estratégicos e de táticas. Creio que aquilo que se deve ter como referência não é o grande modelo da língua e dos signos, mas sim da guerra e da batalha. A historicidade que nos domina e nos determina é belicosa e não linguística. Relação de poder, não relação de sentido. (FOUCAULT, 2008, p. 6)

Consequentemente, ao atenuar o aspecto linguístico, Foucault (2008) desestabiliza o sentido como elemento estático, quando o acontecimento, mesmo sendo inteligível, deve ser observado em toda sua complexidade e diversidade de características.

Por esta razão, o autor aponta para impossibilidade de análise do acontecimento por meio de metodologias estruturalistas, as quais reduzem as relações a uma forma pretensamente universal, caso da dialética e da semiótica.

A história não tem "sentido", o que não quer dizer que seja absurda ou incoerente. Ao contrário, é inteligível e deve poder ser analisada em seus menores detalhes, mas segundo a inteligibilidade das lutas, das estratégias, das táticas. Nem a dialética (como lógica de contradição), nem a semiótica (como estrutura da comunicação) não poderiam dar conta do que é a inteligibilidade intrínseca dos confrontos. A "dialética" é uma maneira de evitar a realidade aleatória e aberta desta inteligibilidade reduzindo-a ao esqueleto hegeliano; e a "semiologia" é uma maneira de evitar seu caráter violento, sangrento e mortal, reduzindo-a à forma apaziguada e platônica da linguagem e do diálogo. (FOUCAULT, 2008, p. 6)

Semelhante a Foucault (2008), um dos principais fundadores da Análise do Discurso, Michel Pêcheux, em seu livro *Discurso: Estrutura ou Acontecimento*, propõe o entendimento do discurso não só por meio de uma materialidade

constituída de significante e significado, como formulou Saussure, embora o autor reconheça que o discurso aconteceria de maneira estruturada.

Pêcheux acreditaria que para se alcançar a compreensão do discurso seria necessário considerar a estrutura e o acontecimento em conjunto, sem que com isso se sobreponha a estrutura ao acontecimento, como realizaria um método estruturalista.

Para ilustrar a validade do reconhecimento do acontecimento, Pêcheux (2006) usa como exemplo o discurso proferido na celebração de vitória da eleição à presidência de François Mitterrand em 1981 na França. “On a gagné”, cantado pelos eleitores que comemoravam na praça da Bastilha a improvável vitória de Mitterrand, seria para Pecheux um deslizamento daquilo que seria um cântico esportivo para um acontecimento político.

A materialidade discursiva desse enunciado coletivo é absolutamente particular: ela não tem nem o conteúdo nem a forma, nem a estrutura enunciativa de uma palavra de ordem de uma manifestação ou de um comício político. On a gagné [Ganhamos], cantado com um ritmo de uma melodia determinados (on-a-gagné/dó-dó-dó-sol-dó) constitui a retomada direta no espaço do acontecimento político, do grito coletivo dos torcedores de uma partida esportiva cuja equipe acaba de ganhar. Este grito marca o momento em que a participação passiva do espectador-torcedor se converte em atividade coletiva gestual e vocal, materializando a festa da vitória da equipe, tanto mais intensamente quanto ela era mais improvável. (PÊCHEUX, 2006, p. 21)

Para Pêcheux (2006), este deslizamento revela que o discurso, muitas vezes, ocorre em uma relação de equívoco e opacidade. Equívoco porque seria contraditório o uso de uma estrutura estabilizada no discurso esportivo ser usada em uma cena política. Isto é perceptível quando analisamos este mesmo enunciado em contraste. Logo, se é aparentemente simples responder a pergunta “ganharam o quê?” em um evento esportivo, isto não se daria no campo político, pois o que se ganha não seria algo absoluto.

Por exemplo, na última eleição para presidente, eleitores com camisetas da seleção comemoraram a vitória de Bolsonaro na eleição para presidente no Brasil. Depois de alguns meses na presidência, a aprovação do presidente marca 33%, segundo Datafolha (2019). Será que seus eleitores, neste novo momento, ainda diriam “ganhamos”? Afinal, o que seria ganhar para um eleitor? Seria ganhar o candidato no qual ele votou ou a vitória do melhor candidato à eleição? Tais questionamentos não caberiam em uma situação esportiva.

O fato desta contradição não ser aparente no discurso é um dos motivos que levará Pêcheux (2006) a afirmar a condição de opacidade da língua. Além disso, contribuindo para a opacidade no discurso, deve-se observar outros elementos como a assujeitamento e a memória discursiva.

Também em oposição à ideia do falante como fonte do dizer, Pêcheux (2006) pensará o sujeito como um efeito do próprio discurso, sendo ele constituído por um viés ideológico, mediante a natureza social da língua, que resulta em uma formação discursiva, como observa Orlandi:

A formação discursiva se define como aquilo que numa formação ideológica dada – ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada – determina o que pode e deve ser dito. (ORLANDI, 1995, p. 43)

Este aspecto pode ser observado na relação dos vocábulos invasão/ocupação em discursos relacionados à questão da terra no Brasil. Embora tenha como referência o mesmo fato, o caso de um fazendeiro proferir, de maneira inconsciente, o termo “invasão”, enquanto, nestas mesmas condições, fosse esperado que um sem-terra mencionasse “ocupação”, seriam estes eventos uma marca da formação discursiva destes sujeitos, não se tratando, portanto, de uma simples escolha lexical. Logo, é possível perceber que o lugar social condicionaria

o sujeito à uma formação discursiva, sendo que esta estaria diretamente relacionada ao sentido e à produção do discurso.

Soma-se a isso, o fato de o falante não ter acesso à sua formação discursiva, sendo esta uma das considerações que o faz ser visto em situação de assujeitamento, argumentando Pecheux sobre a impossibilidade de um pressuposto que compreenda o sujeito como plenamente responsável por seu discurso, como seria sugerido em teorias estruturais e gerativistas.

O primeiro ponto comum às semânticas estruturais e gerativas consiste na idéia de uma combinatória semântica susceptível de determinar, pelo cálculo, o(s) sentido(s) de um enunciado [...] Mas essa perspectiva cartesiano-leibniziana, segundo a qual o sujeito falante calcula espontaneamente, encontra seu próprio limite na existência do “contexto” e da “situação”, que impedem o “fechamento do sistema” por constituir um resto cuja reabsorção é radicalmente impossível [...] (PÊCHEUX, 2014, p. 62)

Outro fator decisivo para a determinação do caráter de opacidade da língua estaria no reconhecimento da relevância do interdiscurso, o que levaria Pecheux ao entendimento de que a formação discursiva não seria estruturalmente fechada, sendo ela atravessada por elementos de outros discursos, ou seja, outras formações discursivas.

uma formação discursiva não é um espaço estrutural fechado, pois é constitutivamente ‘invadida’ por elementos que vêm de outro lugar (isto é, de outras formações discursivas) que se repetem nela, fornecendo-lhe suas evidências discursivas fundamentais (por exemplo sob forma de ‘préconstruídos’ e de ‘discursos transversos’). (PÊCHEUX, 1990, p. 314)

Para Pêcheux, o interdiscurso seria formado por uma memória que proporcionaria os implícitos necessários à legibilidade do texto, sendo estes oriundos de outras falas. Por exemplo, na frase “A cruz é uma escola.”¹³, a palavra *cruz* é um memorável que recorta a memória do Cristo crucificado. A inviabilidade

¹³ Santo Agostinho

deste recorte implicaria em uma significação diversa daquela que seria considerada comum para um falante ocidental.

A memória seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os “implícitos” (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível. (PÊCHEUX, 2015)

A condição de assujeitamento, para Pêcheux (2015), estaria no reconhecimento de que o locutor falaria, necessariamente, de um lugar no interdiscurso, o que seria determinante para significação e construção de seu discurso.

Nota-se, assim, que todo discurso seria permeado por uma memória discursiva, não havendo, *a priori*, um dizer que seja original.

No entanto, curiosamente, Orlandi aponta que para a realização do funcionamento da língua haveria uma necessidade de esquecimento, assim havendo a ilusão de que o discurso seria original. Ou seja, a língua, segundo Orlandi, cobraria uma impressão de originalidade, sendo preciso apagar o fato de o sentido não ter como origem o locutor.

Ele é parte da constituição dos sujeitos e dos sentidos. As ilusões não são “defeitos”, são uma necessidade para que a linguagem funcione nos sujeitos e na produção de sentidos. Os sujeitos “esquecem” que já foi dito – e este não é um esquecimento voluntário – para, ao se identificarem com o que dizem, se constituírem em sujeitos. É assim que suas palavras adquirem sentido, é assim que eles se significam retomando palavras já existentes como se elas se originassem neles e é assim que sentidos e sujeitos estão em movimento, significando sempre de muitas e variadas maneiras. Sempre as mesmas, mas, ao mesmo tempo, sempre outras. (ORLANDI, 2003, p. 36)

Seria neste sentido que Pêcheux (2015) entende a reinscrição do já-dito como uma reescrita da memória.

Uma boa ilustração de reinscrição pode ser vista nos eventos que envolvem a personagem histórica Tiradentes. Morto como traidor no período colonial, a figura do inconfidente mineiro será reescrita como herói nacional no Brasil república. Em um país predominantemente cristão, as imagens “oficiais”, do então mártir mineiro, irão recortar a memória do Cristo, que também teria sido injustamente condenado.

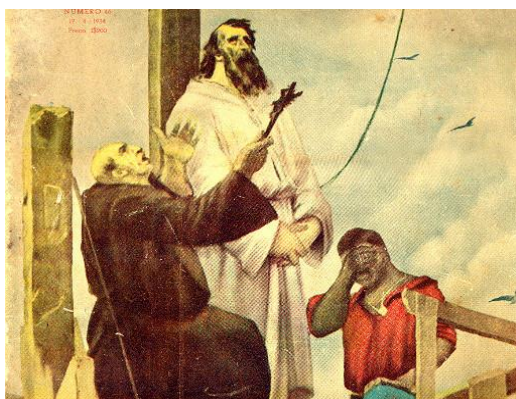


Figura 2 (MELO, 2016)

Outro interessante exemplo de reescritura pode ser observado em torno do debate colorista envolvendo a ascendência de Machado de Assis.

Reflexo desta temática, a campanha intitulada “Machado de Assis Real”, realizada por uma parceria entre a Faculdade Zumbi dos Palmares e a agência Grey Brasil, tem por objetivo a reescritura daquela que seria a verdadeira imagem do escritor, representando, assim, Machado como negro, em oposição à representação “oficial” do mesmo como homem branco.

Uma das ações propostas pelo movimento é a promoção da substituição gratuita das imagens em que Machado aparenta ser branco por imagens atualizadas, nas quais o autor seria representado de maneira genuína. O serviço é oferecido tanto por meio físico, na Faculdade Zumbi dos Palmares, como virtualmente no site: www.machadodeassisreal.com.br.

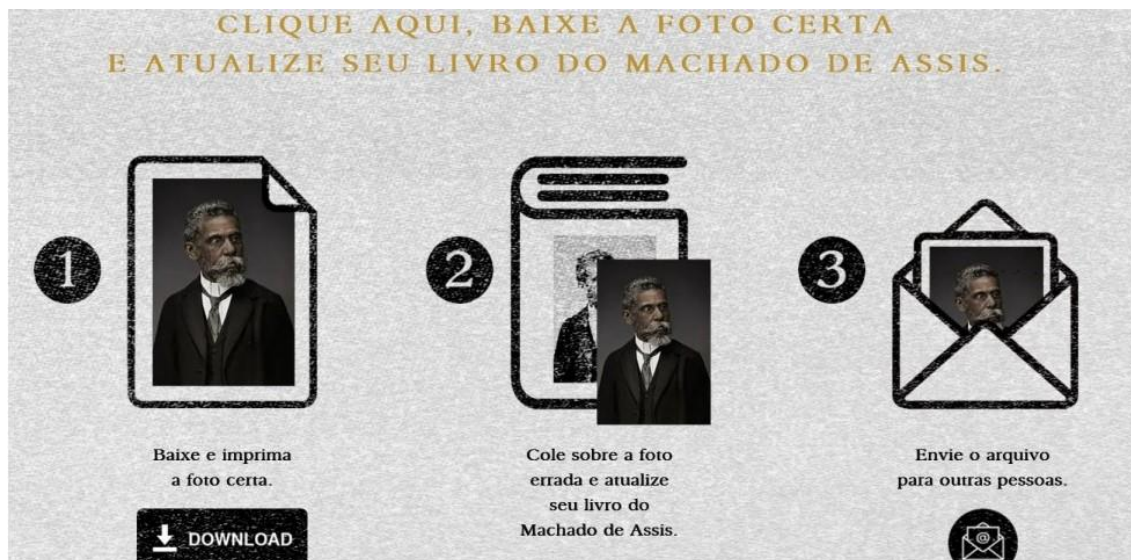


Figura 3 (FACULDADE ZUMBI DOS PALMARES, 2018)

Além disso, foi programada a entrega de uma foto emoldurada com uma versão corrigida de Machado à Academia Brasileira de Letras. A ideia é que esta seja colocada em contraste a outras imagens expostas do autor, primeiro presidente da ABL, quando nestas imagens o autor teria sido embranquecido.

Segundo a estudante Vanessa Holanda, uma das responsáveis pela campanha, a ideia é a de corrigir o que seria um erro na história, permitindo que outros autores negros possam assumir a sua verdadeira identidade.

Machado de Assis já é reconhecido por todos pela sua genialidade. Agora está na hora de ser respeitado como um brasileiro negro, como realmente foi. Esse movimento vai corrigir um erro grave da história brasileira e encorajar novas gerações de autores negros a mostrarem sua identidade numa sociedade que é mais rica e diversa quando respeita a cultura negra. (G1, 2019)

Independente de resultados que o projeto venha a alcançar, é evidenciado o acontecimento de um discurso que reescreve a representação de Machado de Assis na história, pois se houve um dizer que apagava sua origem africana, hoje há o autor sendo reescrito como “negro”.

A questão aqui não se trata de saber a verdade sobre a cor de Machado (branco, mulato ou negro), tampouco identificar se Tiradentes teria sido um traidor

ou um herói. O foco está no reconhecimento da existência de um discurso que escreveu Tiradentes como traidor, enquanto outro acontecimento teria o reescrito como herói, do mesmo modo que teria existido um acontecimento no qual Machado seria significado “branco”, sendo, hoje, em outro acontecimento, reescrito como “negro”.

Feitas estas considerações, realizaremos agora uma etapa metodológica dedica à *Semântica do Acontecimento* (2005), mais especificamente a um de seus dispositivos, que é o *Domínio Semântico de Determinação* (2007), procedimentos que de alguma forma retomam ideias de autores aqui citados, principalmente, naquilo que remete à negação do sentido como sinônimo de referência e na oposição à exclusão do sujeito como parte relevante para o funcionamento e significação linguística.

2. POLÍTICO NA ENUNCIÇÃO

2.1 POLÍCIA E POLÍTICA

Segundo Rancière (1996), as relações em sociedade seriam constituídas por um litígio entre o falante como singularidade e uma valoração comum de justiça e injustiça. Por se tratar de uma relação conflituosa, esta disputa seria mediada por duas forças, as quais o autor irá denominar como polícia e política.

Embora normalmente seja entendida como política, a polícia, para Rancière, seria a realização de normas, organizações, manifestações e demais atividades que, ao realizar um processo de legitimação social, corroborariam com a manutenção da distribuição desigual dos sujeitos na sociedade.

Chamamos geralmente pelo nome de política o conjunto dos processos pelos quais se operam a agregação e o consentimento das coletividades, a organização dos poderes, a distribuição dos lugares e funções e os sistemas de legitimação dessa distribuição. Proponho dar outro nome a essa distribuição e ao sistema dessas legitimações. Proponho chamá-la de *polícia*. (RANCIÈRE, 1996, p. 41)

Assim, segundo Rancière (1996), há um viés perverso na polícia, quando esta, embora pareça ser justa e igualitária, na verdade, funciona como meio de manutenção das desigualdades. Por este motivo, o autor mostra que movimentos repressivos, polícia, muitas vezes são confundidos como práticas verdadeiramente democráticas.

Rancière também destaca que o uso do termo polícia não deve ser visto como sinônimo de força policial, pois, ainda que esta também seja um meio para manutenção do *status quo*, ela seria somente uma parte dos eventos desenvolvidos com tal propósito.

A baixa polícia é apenas uma forma particular de uma ordem mais geral que dispõe o sensível, na qual os corpos são distribuídos em comunidade. E a fraqueza e não a força dessa ordem que incha em certos estados a baixa polícia, até encarregá-la do conjunto das funções de polícia. Prova disso, *a contrário*, é a evolução das sociedades ocidentais que faz do policial um elemento de um dispositivo social, em que se entrelaçam o médico, o assistencial e o cultural. (RANCIÈRE, 1996, p. 41)

Assim, Rancière reconhece outros dispositivos sociais como responsáveis pela prática de execução policial, caso do assistencialismo social, médico e cultural. No entanto, o filósofo destaca que, em sua concepção, a polícia não é reduzida a um entendimento de aparelhamento que opõe o Estado à sociedade.

Utilizarei, portanto, a partir de agora a palavra *polícia* e o adjetivo *policial* num sentido amplo, que é também um sentido “neutro”, não pejorativo. Nem por isso estou identificando a polícia àquilo que é designado pelo nome de “aparelho de Estado”. A noção de aparelho de Estado encontra-se de fato ligada à pressuposição de que Estado e sociedade se opõem, sendo o primeiro figurado como a máquina, o “monstro frio” que impõe a rigidez de sua ordem à vida da segunda. (RANCIÈRE, 1996, p. 41)

Com uma perspectiva ampliada, a polícia, na concepção de Rancière, seria a realização impositiva de uma ordem, configurada a partir de um conjunto de relações não perceptíveis na aparência, que designa de modo desigual os lugares de ser e dizer dos sujeitos.

A polícia é, na sua essência, a lei, geralmente implícita, que define a parcela ou a ausência de parcela das partes. Mas, para definir isso, é preciso antes definir a configuração do sensível na qual se inscrevem umas e outras. A polícia é assim, antes de mais nada, uma ordem dos corpos que define as divisões entre os modos do fazer, os modos de ser e os modos do dizer, que faz que tais corpos sejam designados por seu nome para tal lugar e tal tarefa; é uma ordem do visível e do dizível que faz com que essa atividade seja visível e outra não o seja, que essa palavra seja entendida como discurso e outra como ruído. (RANCIÈRE, 1996, p. 42)

Uma crônica de Machado de Assis, publicada no jornal Gazeta de Notícias em 19 de maio de 1888, apresenta-se como um bom exemplo para mostrar a opacidade que envolve uma manifestação de policiamento. No caso é abordada a Lei que aboliu a escravatura no Brasil, a qual ocorreu no dia 13 de maio de 1888,

seis dias antes da publicação da crônica. Embora esta aparente ter sido uma ação libertadora incontestada, há no texto de Machado um duro questionamento sobre a validade de tal ato pela maneira como foi realizado.

Na crônica, em uma estratégia para diminuir o prejuízo com a Lei, que seria promulgada na terça-feira, um senhor de escravos decide dar uma carta de alforria a um de seus escravos na segunda-feira.

Por isso digo, e juro se necessário fôr, que tôda a história desta lei de 13 de maio estava por mim prevista, tanto que na segunda-feira, antes mesmo dos debates, tratei de alforriar um molecote que tinha, pessoa de seus dezoito anos, mais ou menos. Alforriá-lo era nada; entendi que, perdido por mil, perdido por mil e quinhentos, e dei um jantar. (ASSIS, 1990, p. 19 maio 1888)

O plano do, até então, proprietário de escravos seria o de fazer com que, por meio de um apelo emocional, um de seus escravos desejasse permanecer por vontade própria, o que de fato irá acontecer.

– Tu és livre, podes ir para onde quiseres. Aqui tens casa amiga, já conhecida e tens mais um ordenado, um ordenado que...
– Oh! meu senhô! fico. (ASSIS, 1990, p. 19 maio 1888)

Mesmo antes de saber o valor de seu salário, o alforriado decide permanecer, revelando sua condição de subserviência. A crítica de Machado seria a de que, além da libertação dos escravos, deveriam ter sido ofertados meios para que os mesmos fossem de fato livres, o que não aconteceu. Por sinal, passados mais de cem anos, só agora são oferecidas concessões, como cotas em universidades e em concursos públicos, para amenizar o dano social que a escravidão causou ao negro.

Deste modo, na perspectiva de Rancièrre, o movimento, aparentemente, espontâneo qual culminou a Lei Áurea teria ocorrido em um funcionamento de polícia pelo fato de, mesmo amenizando a danosa condição do escravo, não resultar em uma ruptura da exclusão social a qual o negro era remetido.

A distribuição dos lugares e funções que define uma ordem policial depende tanto da suposta espontaneidade das relações sociais quanto da rigidez das funções de Estado. É, por exemplo, uma lei de polícia que faz tradicionalmente do lugar de trabalho um espaço privado não regido pelos modos do ver e dizer próprios do que se chama o espaço público, onde o *ter parcela* do trabalhador é estritamente definido pela remuneração de seu trabalho. (RANCIÈRE, 1996, p. 42)

Vale destacar que, para Rancière, a polícia pode acontecer de diversas maneiras. Com isto, é possível que mesmo algo indubitavelmente bom, como teria sido o caso da abolição, poderia, ainda assim, funcionar como polícia ao fazer perdurar uma lógica de exclusão. Aliás, esta capacidade de conceder frente a situações de tensão social seria uma característica que garantiria a permanência da prática policial.

A polícia pode proporcionar todos os tipos de bens, e uma polícia pode ser infinitamente preferível a uma outra. Isso não muda sua natureza, que é a única coisa aqui que está em questão. O regime da opinião sondada e da exibição permanente do real é hoje a forma comum da polícia nas sociedades ocidentais. A polícia pode ser doce e amável. (RANCIÈRE, 1996, p. 43)

Já a política, para Rancière, será um conjunto de atos, em oposição à ordem, os quais rompem com uma configuração que exclui parte da parte. Nesta direção, a política seria efetivamente política quando houvesse um deslocamento do lugar social de um grupo a um outro lugar a qual este grupo não pertencia.

Proponho agora reservar o nome de política a uma atividade bem determinada e antagônica à primeira: a que rompe a configuração sensível na qual se definem as parcelas e as partes ou sua ausência a partir de um pressuposto que por definição não tem cabimento ali: a de uma parcela dos sem-parcela. Essa ruptura se manifesta por uma série de atos que reconfiguram o espaço onde as partes, as parcelas e as ausências de parcelas se definiam. A atividade política é a que desloca um corpo do lugar que lhe era designado ou muda a destinação de um lugar; ela faz ver o que não cabia ser visto, faz ouvir um discurso ali onde só tinha lugar o barulho, faz ouvir como discurso o que só era ouvido como barulho. (RANCIÈRE, 1996, p. 42)

Observadas em conjunto, as ações promovidas em prol da inclusão do negro, ao manifestar sua afirmação de pertencimento, seriam um exemplo de um

movimento com característica política. Todavia, é fato que ainda existe um considerável caminho a se percorrer para que de fato possamos afirmar que houve uma ruptura no real, resultando no deslocamento do lugar social do negro.

2.2 POLÍTICO

Em conformidade com a perspectiva apresentada por Rancière (1996), Guimarães (2005) irá reconhecer uma divisão no real, quando aconteceria uma distribuição desigual dos falantes dentro do espaço enunciativo, resultando no embate entre uma ordem normativa direcionada a reiterar um estado vigente e uma oposição manifesta pela afirmação de pertencimento dos excluídos.

Esta contradição de dizeres, que acontece na língua, será tratada por Guimarães como sendo o político na linguagem.

O político, ou a política, é para mim caracterizado pela contradição de uma normatividade que estabeleça (desigualmente) uma divisão do real e a afirmação de pertencimento dos que não estão incluídos. Deste modo o político é um conflito entre uma divisão normativa e desigual do real e uma redivisão pela qual os desiguais afirmam seu pertencimento. (GUIMARÃES, 2005, p. 16)

Guimarães ainda destaca que o político na língua não seria uma circunstância ímpar no acontecimento, mas uma configuração recorrente no espaço enunciativo, pois, por mais eficiente que seja a política em silenciar esta contradição, o fato de o homem falar, por si só, já o coloca em oposição à lógica de exclusão. Nesta direção, o discurso seria constituído pela contradição que haveria na necessidade de legitimação da desigualdade e a afirmação de pertencimento dos excluídos.

Mais importante ainda para mim é que deste ponto de vista o político é incontornável porque o homem fala. O homem está sempre a assumir a palavra, por mais que esta lhe seja negada. Esta concepção nos leva a algumas considerações aparentemente

contraditórias em princípio. O Político está assim sempre dividido pela desmontagem da contradição que o constitui. De tal modo que o estabelecimento da desigualdade se apresenta como necessária à vida social e a afirmação de pertencimento, e de igualdade, é significada como abuso, impropriedade. (GUIMARÃES, 2005, p. 16)

Portanto, o político não seria nem a afirmação de pertencimento dos excluídos, tampouco a normatividade que orienta à exclusão, ao passo que o político seria a própria contradição constituída por estes dizeres.

O político é a afirmação da igualdade, do pertencimento do povo ao povo, em conflito com a divisão desigual do real, para redividi-lo, para refazê-lo incessantemente em nome do pertencimento de todos no todos. (GUIMARÃES, 2005, p. 17)

A personagem Paulo, do livro *Esaú e Jacó*, ao se manifestar sobre a questão da abolição, profere uma fala na qual podemos observar como se dá esta contradição do político na língua.

A diferença única entre eles dizia respeito à significação da reforma, que para Pedro era um ato de justiça, e para Paulo era o início da revolução. Ele mesmo o disse, concluindo um discurso em São Paulo, no dia 20 de maio: 'A abolição é a aurora da liberdade; esperemos o sol; emancipado o preto, resta emancipar o branco'. (ASSIS, 1994, p. 42)

Na oração “emancipado o preto”, o Locutor Paulo fala do lugar social de abolicionista, logo, seu discurso afirma o pertencimento do negro como pessoa, desta maneira, tendo direito à liberdade. Já na frase seguinte, ao falar como defensor da república em “resta emancipar o branco”, a personagem reitera a normatividade que opõe o branco ao negro.

Como é conhecido, nem todos tinham direito ao voto durante a República Velha. Para se ter uma ideia, Prudente de Moraes foi eleito presidente com cerca de 270 mil votos, o que representava apenas 2%¹⁴ da população brasileira neste

¹⁴ <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/cidadania/eleicoes-no-brasil-a-historia-do-voto-no-brasil.htm>

período. Menores de 21 anos, mulheres, analfabetos, mendigos, soldados rasos, indígenas e integrantes do clero eram impedidos de votar.

Deste modo, assim como outros republicanos, ou mesmo monarquistas, caso da personagem Pedro, apesar de Paulo ser um defensor da abolição, não seria ele, em princípio, adepto à efetiva inclusão do negro na sociedade.

2.2 ESPAÇO DE ENUNCIÇÃO E A CENA ENUNCIATIVA

Como mencionado no primeiro capítulo, um conceito chave para teoria metodológica usada por nós é o de espaço de enunciação, pois é neste postulado que encontramos a base de nosso entendimento de língua e de falante.

Vale lembrar que, na *Semântica do Acontecimento* (2005), não há a prevalência de um sujeito empírico que acontece como fonte de dizer. Em direção oposta a esta formulação, consideramos o falante como um ser que é constituído historicamente. Consequentemente, o sujeito, para nós, não seria só alguém que fala, mas alguém que fala por meio de um lugar social. O fato de os lugares sociais serem desiguais, logo, contraditórios, fará com que a realização da enunciação, dentro de um espaço enunciativo, seja necessariamente política.

Por esta razão, Guimarães afirma que os espaços enunciativos acontecem em uma distribuição desigual da língua para os falantes, ou seja, mesmo que no espaço enunciativo haja dois falantes de português, ao ocuparem lugares sociais diferentes, estes não falarão a mesma língua.

[...] os espaços de enunciação são espaços que distribuem desigualmente as línguas para seus falantes, e assim redividem o sensível, ao identificarem os indivíduos ao serem tomados pelas línguas. O espaço de enunciação é um espaço político, no sentido em que venho considerando o que seja o político. (GUIMARÃES, 2005, p. 18)

Como exemplo de espaço de enunciação, apresentamos o conto *Mariana*, de Machado de Assis, publicado no *Jornal das Famílias*, em janeiro de 1871.

O texto traz a história de “uma escrava quase senhora” que se apaixona pelo filho de sua proprietária. Dada a impossibilidade de concretização deste relacionamento, a escrava opta pelo suicídio.

Em um diálogo entre Mariana e Coutinho, pessoa a quem ela amava, podemos perceber a desigualdade do dizer dentro do espaço enunciativo. Na conversa, ao perceber que Mariana andava diferente, Coutinho suspeita que ela possa estar apaixonada. Em um primeiro momento, ele acreditava se tratar de um interesse pelo cocheiro ou pelo copeiro, pessoas de condição social semelhante a de Mariana.

Que tens tu, Mariana? Disse eu; andas triste e misteriosa. É algum namorico? Anda, fala; tú és estimada por todos cá de casa. Se gostas de alguém poderás ser feliz com ele porque ninguém te oporá obstáculos aos teus desejos. - Ninguém? - Quem teria interesse nisso? - Não falemos nisso, nhonhô. Não se trata de amores, que eu não posso ter amores. Sou uma simples escrava. - Escrava, é verdade, mas escrava quase senhora. És tratada aqui como filha da casa. Esqueces esses benefícios? - Não os esqueço, mas tenho grande pena em havê-los recebido. - Que dizes, insolente? - Insolente? Disse Mariana com altivez. Perdão! Continuou ela voltando à sua humildade natural e ajoelhando-se a meus pés; perdão, se disse aquilo; não foi por querer: eu sei o que sou, mas se nhonhô soubesse a razão estou certa que me perdoaria. (ASSIS, 2018)

Inicialmente, Coutinho parece afirmar o pertencimento de Mariana, dizendo que ela seria uma quase senhora. No entanto, ao ver a postura de enfrentamento da escrava, remete a mesma à sua condição de subserviência, chamando-a de insolente. Assim, por mais que seja apagada sua condição social, Mariana fala do lugar de escrava, enquanto, embora inicialmente afável, Coutinho, ocupando o lugar social de senhor, reafirma o não pertencimento de Mariana.

Percebemos, pois, que não se trata de uma conversa entre duas pessoas físicas que falam a partir de uma condição de neutralidade, quando, na verdade, por serem figuras linguísticas, Coutinho e Mariana são constituídos como senhor e escrava, respectivamente, dentro do espaço enunciativo.

Os falantes não são os indivíduos, as pessoas que falam esta ou aquela língua. Os falantes são estas pessoas enquanto determinadas pelas línguas que falam. Neste sentido falantes não são as pessoas na atividade físico-fisiológica, ou psíquica, de falar. São sujeitos da língua enquanto constituídos por este espaço de línguas e falantes que chamo espaço de enunciação. (GUIMARÃES, 2005, p. 18)

Portanto, para Guimaraes (2005), não há no espaço de enunciação um diálogo entre pessoas, mas, sim, uma relação política entre seres linguísticos que são constituídos, desigualmente, em uma relação entre línguas.

Além disso, também é importante destacar que, para Guimarães, não seria o embate político um fato externo que é refletido linguisticamente, quando, na verdade, a oposição seria algo própria da língua, como observamos no caso da cena enunciativa vivenciada pelas personagens Mariana e Coutinho, na qual o embate se dá dentro da relação linguística.

A caracterização do embate político, como se vê, coloca-o como próprio da análise do fato, e não como algo simplesmente externo que se correlaciona com o linguístico. Não se trata de considerar o embate do desentendimento próprio do político num domínio que depois se projeta no linguístico. O embate é linguístico, é enunciativo, na perspectiva que adoto. (GUIMARÃES, 2014)

2.3 CENA ENUNCIATIVA

Com o objetivo de direcionar a análise a uma percepção mais metodológica e precisa, Guimarães desenvolve o conceito de cena enunciativa para especificar

a configuração dos falantes constituídos pelo agenciamento político na enunciação, a qual resulta na produção de sentidos no acontecimento enunciativo.

[...] são configurações específicas do agenciamento enunciativo para “aquele que fala” e “aquele para quem se fala”. Na cena enunciativa “aquele que fala” ou “aquele para quem se fala” não são pessoas, mas uma configuração do agenciamento enunciativo. São lugares constituídos pelos dizeres e não pessoas donas de seu dizer. Assim estudá-la é necessariamente considerar o próprio modo de constituição destes lugares pelo funcionamento da língua. (GUIMARÃES, 2005, p. 23)

A cena enunciativa seria, portanto, um recorte com o propósito de tornar possível a visualização da distribuição específica dos lugares enunciativos, realizada pelo político, em um acontecimento de linguagem.

Como já mencionado, o fato destes lugares enunciativos serem constituídos por dizeres de falantes que enunciam dentro da temporalidade de um acontecimento, faz com que não seja adequada a apreciação de um sujeito empírico, o qual fala enquanto origem do discurso. Embora seja verdadeiro que, na aparência, mediante a um esquecimento constitutivo, ele fale como se fosse a fonte do dizer, como afirma Orlandi (1995).

Por esta razão, para representar esta dualidade, na qual o sujeito enuncia de um lugar do discurso, ao mesmo tempo que se representa como origem da fala, Guimarães (2018) irá propor uma divisão entre o locutor visto como fonte do dizer e o locutor na temporalidade do acontecimento, constituído por um lugar social.

Metodologicamente, L será a representação do Locutor visto enquanto responsável pela fala. Por se tratar de uma alocação, haverá a correspondência de um Locutário, o qual será representado por LT.

O Locutário é o correlato do Locutor. O Locutor apresenta assim aquele que diz como um eu que fala a um tu. O funcionamento da língua no espaço de enunciação se apresenta como uma alocação de L para LT, como uma cena enunciativa. (GUIMARÃES, 2018, p. 55)

Como exemplo, apresentamos a fala da personagem Lucrecia, escrava no conto *O Caso da Vara*, de Machado, tendo como Locutário a personagem Damião, um seminarista que abandonou o seminário.

Me acuda, meu sinhô moço!
L- Lucrecia _____ LT- Damião

Nesta passagem, prestes a levar uma surra de sua senhora, Lucrecia pede ajuda a Damião. Por se sentir, de alguma forma, responsável pelo castigo da escrava de apenas 11 anos, o seminarista fugido pensa em interceder por ela. No entanto, ele decide não contrariar a dona da casa por acreditar que a única possibilidade de não ser obrigado a voltar para o seminário seria por meio da interferência da mulher que ameaça a escrava. Haveria, então, a fala de uma escrava direcionada a um membro da aristocracia.

Para representar estas posições na alocação, Guimarães (2018) irá utilizar o termo al-x (alocutor x) para indicar o lugar social ocupado pelo falante, enquanto o at-x (alocutor x) indicará a posição social do alocutário na cena enunciativa.

Me acuda, meu sinhô moço!
L- Lucrecia _____ LT- Damião
al-escrava _____ at-senhor

Nota-se, assim, que não se trata simplesmente de uma pessoa que fala para outra, mas de um sujeito que fala do lugar social de escrava a alguém que ocupa o lugar social de senhor, conforme pudemos observar na cena enunciativa.

Esta disparidade entre o Locutor que significa enquanto responsável pelo enunciado, ao mesmo tempo que este significa também a partir de um lugar social, caracterizaria, segundo Guimarães, um confronto político.

A disparidade própria da divisão do falante no acontecimento de enunciação é por si política. De um lado o Locutor significa ser o responsável pelo dizer, pela unidade do dizer, do texto. Por outro lado, o lugar social de dizer (alocutor) significa, no confronto com o Locutor, a significação da não unidade, da não intencionalidade de quem diz. (GUIMARÃES, 2018, p. 58)

No entanto, Guimarães considera que pode haver situações em que a disparidade não se limitaria à oposição Locutor / lugar social, podendo o sujeito ocupar mais de uma posição social na mesma cena enunciativa. Esta possibilidade faz com que Guimarães classifique a enunciação como politópica.

De outra parte, o dizer de um alocutor(-xi), por exemplo, está em conflito com o dizer de outros lugares de alocutor (xj, 1). Podemos dizer, então, que a enunciação é politópica, a cena enunciativa se configura por uma divisão de lugares de enunciação. (GUIMARÃES, 2018, p. 58)

Voltando à fala de Lucrecia, caso esta se limitasse ao lugar social de escrava, não haveria uma manifestação de oposição ao intento de sua senhora, restando à escrava a resignação pelo silêncio. Mas, ela estaria com tanto medo da surra que iria receber que, em desespero, pede por socorro à Damião. Isto nos remete à consideração de uma posição de alocação-desespero de Lucrecia, a qual, como mencionamos, contradiz outro lugar social, que ela, enquanto figura linguística, ocupa, que é a posição de alocação-escrava. Já, a este al-desespero, corresponderia um alocutário-afetuoso, construído em uma impressão que Lucrecia teria de Damião ao vê-lo como uma pessoa afável que divertiu a todos com suas piadas. Desta maneira, esta posição de alocutário-afetuoso divergiria do al-senhor, citado anteriormente. O próprio vocativo *sinhô moço* seria uma marca desta

contradição. Esta disparidade é representada na seguinte cena enunciativa:

| | |
|---------------------------|-------------|
| Me acuda, meu sinhô moço! | |
| L- Lucrecia _____ | LT- Damião |
| al-escrava _____ | at-senhor |
| al-desespero _____ | at-afetuoso |

Reforçando o caráter politópico da enunciação, Guimarães faz ainda uma importante consideração em relação à divisão do sujeito na cena enunciativa, pois, conforme indica Orlandi (1995), haveria um esquecimento, necessário, para que o sujeito enuncie como origem do dizer. Este esquecimento resultaria nos *lugares de dizer*, os quais Guimarães irá denominar como enunciadores, quando acontece um apagamento do lugar social na enunciação.

Por outro lado, a cena enunciativa coloca em jogo, também, lugares de dizer que estamos aqui chamando de enunciadores. E estes se apresentam como a representação da inexistência dos lugares sociais de locutor. E embora sempre se apresentem como independentes da história ou fora da história, são lugares próprios de uma história. (GUIMARÃES, 2005, p. 26)

Assim, ao enunciar de um lugar do dizer, o locutor se apresentaria como um ser fora da temporalidade do acontecimento, ou seja, como se fosse independente da história, sendo que esta forma de enunciar, segundo Guimarães (2005), aconteceria nos seguintes modos:

enunciador genérico

Os ditos populares se apresentam como uma forma de apagamento, pois, nestes eventos, ao se colocar em difusão com todos os falantes, o sujeito simularia ser a origem do que diz, o que apaga tanto o Locutor como responsável pelo dizer, como o lugar social que este sujeito ocupa.

Para exemplificar este evento, faremos uso de uma frase retirada da crônica *Bons dias* de 11 de maio de 1888. Na crônica o narrador, ao debater com um

partidário da república, demonstra entender que, mesmo com a abolição, a oligarquia brasileira manteria os negros sob sua tutela. Em razão desta repetição, ele compara este fenômeno social com um papagaio.

— É o senhor; o senhor é que perdeu o pouco juízo que tinha. Aposto que não vê que anda alguma coisa no ar. — Vejo; creio que é um papagaio. (ASSIS, 1990)

Vista a cena enunciativa, teríamos como Locutor, o narrador de *Bons Dias*¹⁵, sendo que este ocuparia o lugar social de cronista, enquanto o Locutário seria um colega do narrador¹⁶, ocupando o lugar social de republicano.

| | |
|---|----------------|
| O melhor chapéu é o que vai bem à cabeça. | |
| L-Narrador BD _____ | LT-Colega |
| al-cronista _____ | at-republicano |

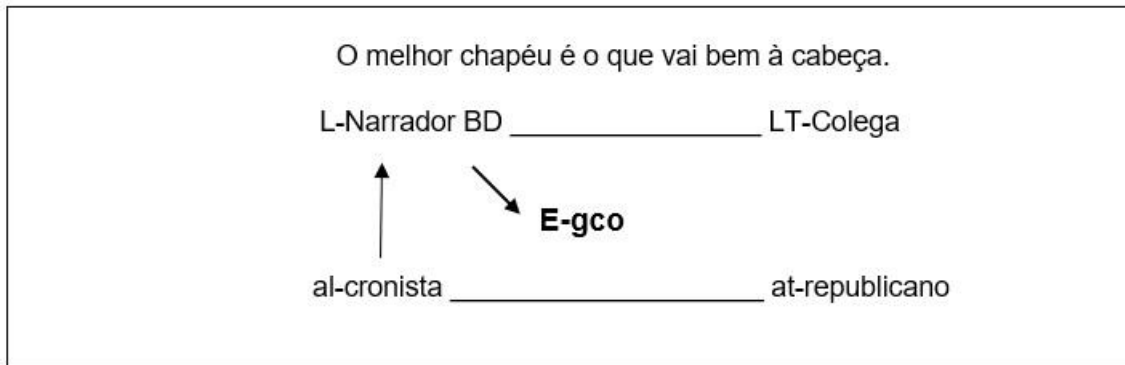
Percebe-se que narrador faz uso de um enunciado semelhante a um ditado popular para sustentar sua opinião, a qual, nesta ocasião, seria a de dizer que mesmo não concordando, não se colocaria contra o vencedor, em contexto, a República.

Notamos que, embora o Locutor enuncie como responsável pela frase e ocupe o lugar social de cronista, ao enunciar por meio do que seria um ditado popular, é apagado o lugar social de dizer, além da frase, aparentemente, não ter o Locutor como seu autor. Deste modo, o sujeito se apresentaria como um difuso

¹⁵ O narrador de *Bons dias* acontece em vários narradores, deste modo, não haveria um único narrador neste grupo de crônicas. Esta variação de narradores em *Bons Dias* é caracterizada por Roberto Schwarz como um princípio formal estruturador, que também ocorreria em seus romances: “Para exemplificar este processo: o narrador numa frase toma o acento bíblico, na frase seguinte o acento científico, na seguinte é um cronista mundano, depois é comerciante descarado e assim por diante. Temos então uma espécie de mascarada retórica, em que vão sendo percorridas as posições ideológicas do tempo [...], mas sem se identificar com nenhuma delas, pondo como resultado final a nulidade de todas” (SCHWARZ, 1982).

¹⁶ Na crônica, não é revelada a identidade, nem há outra identificação expressa do Locutário, sendo este apresentado apenas como um conhecido.

em todos. Guimarães (2005) denomina esta forma como *enunciador genérico* (E).



enunciador-universal

Outra forma de apagamento do lugar social aconteceria em um modo semelhante ao discurso científico, quando, ao enunciar um valor supostamente universal, o Locutor colocaria seu dizer como algo fora da história, ou seja, sem marca social ou temporal, sendo este tipo de discurso limitado à valoração verdadeiro/falso. Este tipo de enunciador será chamado por Guimarães (2005) de *enunciador-universal*.

Uma das personagens mais memoráveis de Machado, Quincas Borba, fazia uso recorrente desta forma de discurso, por este motivo, nos pareceu oportuno utilizar uma de suas falas, retirada do livro homônimo, como exemplo de ocorrência do enunciador-universal na cena enunciativa.

No trecho, em questão, Quincas Borba explica a Rubião que não existiria a morte, mas a sobreposição de uma vida em relação a outra. Como é conhecido, Rubião, além de amigo, era enfermeiro de Quincas, o que incide na configuração da seguinte cena enunciativa.

Não há morte. O encontro de duas expansões, ou a expansão de duas formas, pode determinar a supressão de uma delas; mas, rigorosamente, não há morte, há vida, porque a supressão de uma é princípio universal e comum.

| | |
|-----------------------|---------------|
| L-Quincas Borba _____ | LT-Rubião |
| al-amigo _____ | at-amigo |
| al-patrão _____ | at-enfermeiro |

Percebe-se, claramente, o político na visualização desta disparidade de dizer, quando Quincas Borba, responsável pelo enunciado, fala dos lugares sociais de patrão e amigo, enquanto Rubião, LT, corresponde dos lugares de amigo e enfermeiro. Todavia, semelhante ao que ocorreu no exemplo anterior, ao realizar uma enunciação de forma universal, o sujeito apaga a contradição política no dizer.

Não há morte. O encontro de duas expansões, ou a expansão de duas formas, pode determinar a supressão de uma delas; mas, rigorosamente, não há morte, há vida, porque a supressão de uma é princípio universal e comum.

| | |
|-----------------------|----------------|
| L-Quincas Borba _____ | LT-Rubião |
| ↑ | |
| al-amigo | |
| | |
| al-patrão | |
| | ↘ |
| | E-univ. |
| | |
| | at-amigo |
| | |
| | at-enfermeiro |

Embora esta passagem do romance não seja uma referência direta ao escravagismo, segundo Chalhoub, por se tratar de uma versão satírica do darwinismo social, o humanismo seria uma crítica ao postulado gobinista de hierarquia entre raças.

De qualquer modo, penso que, ao escolher o darwinismo social como a base do Humanismo, Machado de Assis mostrava-se atento ao potencial ideologicamente racista do reducionismo biológico. (CHAULHOU, 2003, p. 125)

Ademais, salvo o capítulo CLII, que, em uma relação um pouco mais complexa, apresenta a personagem Sofia sendo denominada por seus escravos

como Sinhá Mãe, não haverá uma descrição da escravidão em *Quincas Borba* que vá além do segundo plano, sendo comum o tratamento do cativo como mera propriedade, como acontece no seguinte trecho, em que Rubião demonstra desinteresse pela questão da escravatura no Brasil.

Era plano deste vender os escravos que o testador lhe deixara, exceto um pajem; se alguma coisa perdesse, o resto da herança cobriria o desfalque. Demais, a fala do trono, que ele também lera, mandava respeitar a propriedade atual. Que lhe importavam escravos futuros, se os não compraria? (ASSIS, 1994, p. 17)

enunciador-individual

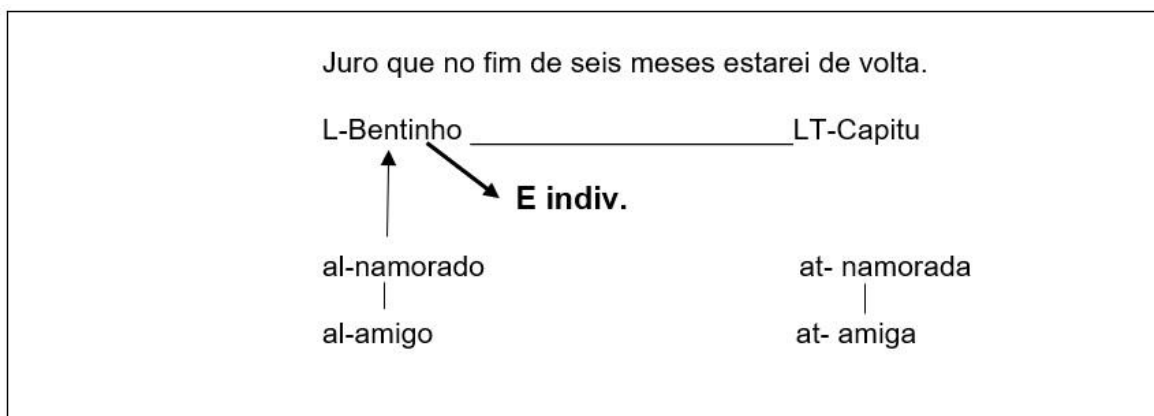
Uma terceira forma de apagamento do lugar social e temporalidade, prevista por Guimarães (2005), será o *enunciador-individual*, que acontece quando o locutor não só se representa como responsável pelo dizer, mas, ao mesmo tempo, representa-se como aquele que detém o controle deste dizer. Um exemplo desta forma de o dizer está em enunciações do tipo compromissiva, pois, nesta situação, ao se colocar como lastro do enunciado, o sujeito apagaria seu lugar social.

Cena emblemática de *Dom Casmurro*, nossa ilustração recorta o momento em que o jovem Bentinho faz um de seus diversos juramentos, ingênuos, à Capitu, garantindo a ela que não ficaria mais de seis meses no seminário, configurando uma cena enunciativa em o Locutor Bentinho ocupa o lugar social de namorado e amigo, enquanto a Locutária Capitu ocupa os lugares de amiga e namorada.

Juro que no fim de seis meses estarei de volta.

| | |
|-------------------|-------------|
| L-Bentinho _____ | LT-Capitu |
| al-namorado _____ | at-namorada |
| al-amigo _____ | at-amiga |

Todavia, nota-se que pela realização neste enunciado da expressão “eu¹⁷ juro”, há um apagamento dos lugares sociais pelo fato deste “eu” não ocupar um lugar na história, assumindo-se, declaradamente, como origem do dizer.

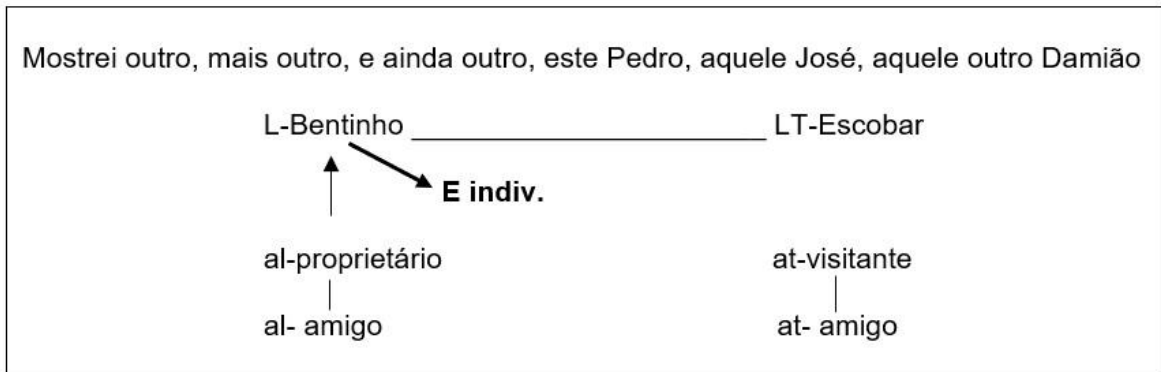


Quanto à questão da escravidão em *Dom Casmurro*, de maneira geral, esta será tomada como elemento secundário em algumas reescrituras dos escravos como propriedade, semelhante ao que ocorre em *Quincas Borba*, sendo que a passagem mais interessante deste tema acontecerá no capítulo XCIII, quando Bentinho apresenta seus escravos ao curioso amigo Escobar.

Mostrei outro, mais outro, e ainda outro, este Pedro, aquele José, aquele outro Damião...
--Todas as letras do alfabeto, interrompeu Escobar. (ASSIS, 1994, p. 70)

Observada a configuração da cena enunciativa, o Locutor Bentinho fala com o Locutário Escobar. Enquanto o primeiro ocuparia o lugar de amigo e proprietário, o segundo estaria na condição de amigo e visitante. No entanto, ao realizar o ato de nomear os escravos, Bentinho se apresenta como origem do dizer, logo, caracterizando-se como enunciador-individual, conseqüentemente, apagando os lugares sociais que ocupa.

¹⁷ Eu elíptico.



enunciador-coletivo

Guimarães (2005) constataria ainda a possibilidade de um *enunciador-coletivo*, quando, por meio de um lugar corporativo, o sujeito se representa como fonte de dizer de uma determinada coletividade, como se todos falassem por meio de uma única voz.

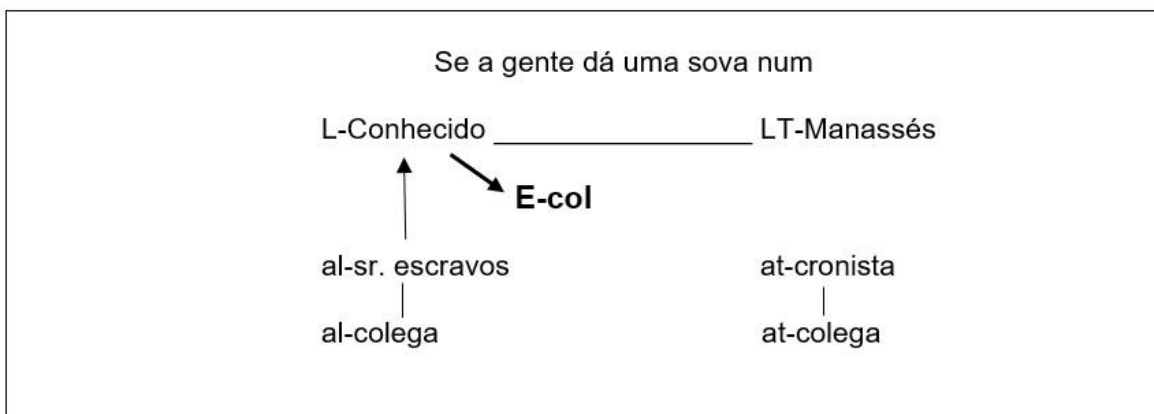
No grupo de crônicas *História de Quinze Dias*¹⁸, Machado de Assis apresenta, por meio de imagens do cotidiano, as diversas transformações pelas quais a sociedade da época passava. No texto de 1º de outubro de 1876, o narrador Manassés conta como um conhecido teria reagido aos encaminhamentos que culminaram com o sancionamento da Lei Áurea.

— Hoje os escravos estão altanados, costuma ele dizer. Se a gente dá uma sova num, há logo quem intervenha e até chame a polícia. Bons tempos os que lá vão! Eu ainda me lembro quando a gente via passar um preto escorrendo em sangue, e dizia: "Anda diabo, não estás assim pelo que eu fiz!" — Hoje... (ASSIS, 1994, p. 18)

Vista a cena enunciativa, teríamos o colega do narrador como Locutor, sendo Manassés seu Locutário. Quanto aos lugares sociais, além de colega, o Locutor, claramente, ocupa o lugar de senhor de escravos, já Manassés o de cronista. Mas, se observarmos o trecho "Se a gente dá uma sova num", percebemos a ocorrência

¹⁸ Em julho de 1876 Machado de Assis iniciava uma nova série de crônicas quinzenais na revista *Ilustração Brasileira*, para a qual deu o título de "História de quinze dias". Como de costume entre os cronistas do período, não punha seu próprio nome em tais escritos, preferindo assiná-los como Manassés.

do enunciador-coletivo, pois, a enunciação, embora seja representada como sendo de uma pessoa, remete a uma coletividade, no caso, a dos senhores de escravo. Em razão disto, seria este mais um caso de apagamento do lugar social.



2.4- ARTICULAÇÃO E REESCRITURAÇÃO

Para Guimarães, as formas linguísticas só funcionariam como enunciado pelo fato de se relacionarem entre si, desta forma, pressupõe-se que a palavra tem seu sentido afetado por outras palavras do mesmo enunciado, ao mesmo tempo que ela também afetará o sentido de outros vocábulos no texto. Segundo o autor, seriam estas relações que constituiriam os sentidos.

[...] uma sequência linguística só é enunciado enquanto uma unidade de sentido que integra um texto. Assim, falar do sentido de uma expressão em um enunciado exige que se considere em que texto está essa unidade. São as relações de linguagem que constituem sentido. E mais especificamente, são as relações enunciativas do acontecimento que constituem sentido. O sentido não se reduz a uma mera relação interna em uma estrutura entre os elementos da estrutura, independentemente de qualquer exterioridade. (GUIMARÃES, 2009, p. 50)

Nesta direção, o autor faz uma recomendação à observação das operações enunciativas para compreensão do sentido, sendo que estas operações trariam importantes informações sobre funcionamento entre as formas linguísticas no acontecimento.

Guimarães (2018) irá classificar as operações enunciativas em duas categorias: *articulação* e *reescrituração*.

Articulação seria a relação semântica estabelecida entre palavras que significam por integrarem um mesmo texto, ao mesmo tempo que estas seriam afetadas pela relação entre sujeitos no espaço enunciativo, ou seja, para Guimarães, o agenciamento enunciativo, a posição sujeito no discurso, interfere na significação das palavras dentro do enunciado. A articulação seria, assim, o modo como se dá esta relação.

A articulação é o procedimento pelo qual se estabelecem relações semânticas em virtude do modo como os elementos linguísticos, pelo agenciamento enunciativo, significam sua contiguidade. Ou seja, a organização das contiguidades linguísticas se dá como uma relação local entre elementos linguísticos, mas também e fundamentalmente por uma relação do Locutor (enquanto falante de um espaço de enunciação) com aquilo que ele fala. Uma articulação é uma relação de contiguidade significada pela enunciação. (GUIMARÃES, 2009, p. 51)

Para Guimarães (2009) haveria três formas de articulação, que seriam a de dependência, coordenação e incidência.

Do poema *Sabina* retiramos o exemplo da relação de articulação por dependência, que, segundo Guimarães (2009), seria uma relação entre termos contíguos que se organizariam de modo a se constituírem, dentro do texto, como sendo um só elemento.

Escrito no livro *Americanas*, o poema representa, à moda indianista, aspectos de nossa herança colonial. Assim, por meio da temática da escravidão, conhecemos a história de Sabina, bela mucama de uma fazenda que é seduzida por seu senhor, o qual se mostra apaixonado. No entanto, consumado o ato libidinoso, a escrava volta à sua condição de insignificância.

Sabina era mucama da fazenda;
Vinte anos tinha; e na província toda

Não havia mestiça mais à moda,
Com suas roupas de cambraia e renda. (ASSIS, 2018)

No verso “Sabina era mucama da fazenda” encontramos duas relações de dependência, primeiro em “mucama”, que é um vocábulo atribuído à “Sabina”, em seguida na relação “mucama da fazenda”, configurada também como uma relação de dependência. No primeiro caso haveria uma operação por predicção, enquanto no segundo uma operação de caracterização, tendo como efeito a produção de sentido de uma referência.

Segundo Guimarães (2009), por não haver nada nestas expressões que as façam serem relacionadas a outras, estas atribuições se realizariam por meio do Locutor, configuradas, assim, pelo agenciamento da enunciação.

No terceiro verso “Não havia mestiça mais à moda”, há uma relação de incidência que para Guimarães é “a relação que se dá entre um elemento de uma natureza e outro de outra natureza, de modo a formar um novo elemento do tipo do segundo” (2009, p. 51). Logo, a negativa “não havia” produz no enunciado dois conteúdos: Sabina é mais à moda / ninguém é à moda como Sabina.

Já a coordenação, segundo Guimarães, é “aquela que toma elementos de mesma natureza e os organiza como se fossem um só da mesma natureza de cada um dos constituintes” (2009, p. 51). Nosso exemplo está nos primeiros versos da sétima estrofe.

Vinte anos
Tinha Otávio, e a beleza e um ar de corte,
E o gesto nobre, e sedutor o aspecto;
Um vero Adônis, como aqui diria
Algum poeta clássico, daquela
Poesia que foi nobre, airosa e grande
Em tempos idos, que ainda bem se foram...

Como podemos verificar, os versos “Vinte anos Tinha Otávio, e a beleza e um ar de corte, E o gesto nobre, e sedutor o aspecto”; são construídos por meio de uma relação de coordenação, apresentando um sentido de enumeração.

Quanto à relação da articulação com a enunciação, é interessante observar que tanto na relação de dependência, como na coordenação, há, no acontecimento, uma especificidade na qual o Locutor relaciona elementos do enunciado, enquanto na articulação por incidência o Locutor relacionaria sua própria enunciação com o enunciado.

Um último apontamento sobre as articulações seria que estas operações não se reduziriam às relações internas no enunciado, sendo elas um meio para produção de sentido do texto, como afirma Guimarães.

Um aspecto importante na caracterização das articulações é que elas não são meramente relações internas ao enunciado, mas relações de contiguidade que fazem do enunciado um elemento que se integra a um texto. (GUIMARÃES, 2009, p. 52)

Já o processo de *reescritura* consiste essencialmente no uso reiterado de uma palavra ou expressão que, ao ser redita no texto, passa a ser interpretada como sendo diferente de si.

[...] podemos dizer que o procedimento de reescritura consiste em se redizer o que já foi dito. Ou seja, uma expressão linguística reporta-se a uma outra por algum procedimento que as relaciona no texto integrado pelos enunciados em que ambas estão. Esse procedimento se caracteriza por fazer interpretar uma forma (reescriturada) como diferente de si (em virtude da reescritura). E nessa medida a reescritura é um procedimento que coloca em funcionamento uma operação enunciativa fundamental na constituição do sentido pelo acontecimento enunciativo. (GUIMARÃES, 2009, p. 53)

Na terceira estrofe do poema *Sabina* verificamos um caso de repetição quando “ela” reescreve “Sabina”.

Era cria da casa. A sinhá-moça,
Que com ela brincou sendo menina,
Sobre todas amava esta Sabina,

Com esse ingênuo e puro amor da roça.

Guimarães faz alguns apontamentos sobre este procedimento de reescritura. Um primeiro aspecto seria o de que a reescritura é uma relação simétrica, deste modo, se “ela” reescreve “Sabina”, “Sabina” reescreve “ela”, sendo esta operação um modo de integração dos enunciados no texto.

Outra questão decisiva, indicada pelo autor, é a de que a relação por reescritura não seria reflexiva, ou seja, não haveria uma igualdade nos sentidos em uma reescrituração. Assim, ainda que seja uma reescritura, “Sabina” não teria o mesmo sentido que “ela” no texto. Mesmo uma reescritura em que a palavra acontece por repetição revelaria que o sentido não se repetiria, como seria o caso do nome “Sabina”, sendo o significado do título do poema, *Sabina*, diferente do mesmo nome redito em algum verso do texto.

Deste modo, notamos que a reescrituração não seria um processo de identidade, tão pouco uma relação de equivalência, quando ela não seria reflexiva. Neste sentido, Guimarães afirma que o fato preponderante da reescrituração não seria o de criar uma igualdade de sentido, mas realizar uma significação diferente.

O que isso caracteriza é que a reescrituração não opera com a identidade. Por outro lado, e isso é fundamental aqui, um conjunto de reescriturações de um elemento linguístico qualquer em um texto, ou conjunto de textos, não é uma classe, não é um paradigma, pois a relação de reescrituração não é uma relação de equivalência, já que não é reflexiva. A característica da reescrituração está ligada a um aspecto fundamental: fazer sentido envolve sempre um diferente que se dá no acontecimento enunciativo. (GUIMARÃES, 2009, p. 54)

2.5 MODOS DE REESCRITURAÇÃO

Guimarães (2007) descreve ao menos seis modos de reescrituração, os quais apresentamos a seguir:

a) **Repetição:** Neste processo teríamos a repetição integral de um termo, como aconteceu com a palavra “Sabina”, que é repetida algumas vezes no poema.

Sabina era mucama da fazenda;
Sobre todas amava esta **Sabina**,

b) **Substituição:** aconteceria quando uma palavra fosse retomada por outra.

Era cria da casa. A sinhá-moça,
Que com **ela** brincou sendo menina,
Sobre todas amava esta **Sabina**,
Com esse ingênuo e puro amor da roça.

c) **Elipse:** seria o modo em que uma forma é omitida, como no exemplo, em que, no segundo verso, “ele” está em elipse.

Ora, Otávio cursava a Academia.
Era um lindo rapaz; a mesma idade

d) **Expansão:** seria realizada quando uma palavra é substituída por uma expressão ou enunciado, como no exemplo, a seguir, em que “Sabina” é substituída pela descrição “Flor da roça nascida ao pé do rio”.

“Flor da roça nascida ao pé do rio,
Otávio começou — talvez mais bela
Que essas belezas cultas da cidade [...]”

e) **Condensação:** seria o contrário da expansão, quando haveria uma redução na reescrituração. Nosso exemplo é a condensação de “senhor moço” por “moço”.

Da esperança. Ora, quis fortuna adversa
Que o coração do moço, tão volúvel

f) **Definição:** seria a reescritura de uma palavra por outra que apresenta uma definição, como acontece na reescritura de “Sabina” por “mucama”.

Um hóspede que ali passado havia,
Pôs um cordão no colo da mucama.

Percebe-se, assim, que a reescrituração, ao redizer o dito, propicia ligações entre palavras de uma mesma unidade, possibilitando a realização de novos sentidos, os quais não seriam, necessariamente, verificados quando estas mesmas palavras fossem vistas isoladamente.

Nesta direção, Guimarães (2007) considera que a reescrituração possa produzir os sentidos de sinonímia, especificação, desenvolvimento, generalização, totalização e enumeração.

2.6 DOMÍNIO SEMÂNTICO DE DETERMINAÇÃO

O Domínio Semântico de Determinação é um procedimento metodológico, criado por Guimarães (2007), cujo objetivo é o de descrever as relações de significação de uma palavra dentro do texto.

Neste sentido, encontrar o DSD de uma palavra não seria simplesmente encontrar seu significado, mas o modo como ela significa, ou seja, a descrição de um DSD indicaria a designação da palavra.

Um DSD mostra como o funcionamento das palavras na enunciação constituem sentido (designação e referência, entre outras coisas). Ou seja, não se pensa uma língua como organizada por campos específicos que no conjunto nos daria a própria organização do pensamento daqueles que falam uma língua. O DSD é, ao contrário, a caracterização de como no acontecimento da enunciação, uma língua se movimenta ao funcionar. (GUIMARÃES, 2007, p. 96)

Para observar a designação da palavra, voltemos ao conto *Mariana*, quando Coutinho alega que a protagonista do conto seria uma “escrava quase senhora”.

— Escrava, é verdade, mas escrava quase senhora. És tratada aqui como filha da casa. Esqueces esses benefícios? (ASSIS, 1994)

Vistos isoladamente, os vocábulos “escrava” e “senhora” guardariam um sentido de oposição, no entanto, observada a relação destas palavras no enunciado, há uma relação de determinação de “escrava” por “senhora”. Assim, a reescritura de “escrava” por “escrava quase senhora” produz um novo sentido.

A descrição destas relações de significação entres palavras, estabelecida no interior dos enunciados, é para Guimarães (2007) a realização do DSD. Para o procedimento de análise Guimarães propõe uma identificação por sinais (\vdash , \dashv , \perp , \top), os quais indicariam a relação de determinação entre palavras. Por exemplo, $y \vdash x$ ou $x \dashv y$ significa que x determina y.

No caso da relação de reescritura de “escrava” por “escrava quase senhora”, teríamos o seguinte DSD.

| |
|--|
| escrava \vdash escrava quase senhora |
|--|

Então, esta seria a representação da relação da reescritura de “escrava” por “escrava quase senhora”, a qual classificamos como sendo uma reescrituração em procedimento de definição, em que é produzido um sentido de especificação.

Há ainda o sinal de relação de sinonímia ($-$), por exemplo, $x-y$ e o sinal para relação de antonímia ($______$), x/y .

Com isto, a razão do uso de DSDs no trabalho será o de representar, por meio de sua descrição específica, como os sentidos de “escravo” em *Memórias Póstumas de Brás Cubas* seriam construídos no texto, quando as relações de determinação entre palavras revelariam o funcionamento da língua na obra.

3. A ASCENDÊNCIA DE MACHADO

O fato de ser considerado um dos maiores escritores da literatura brasileira e contemporâneo ao período da abolição já seria o suficiente para que a opinião de Machado de Assis (1839-1908), em relação à escravidão, fosse objeto de grande interesse e especulação. No entanto, a origem mestiça do escritor potencializa este evento, tornando sensíveis os estudos, discussões e demais abordagens sobre este tema.

Oriundo de uma família humilde da periferia carioca, Joaquim Maria Machado de Assis teve como avós paternos Francisco de Assis e Inácia Maria Rosa, ambos pardos e escravos alforriados. Seu pai, Francisco José de Assis, que era um pintor de paredes, casou-se com a lavadeira Maria Leopoldina da Câmara Machado, portuguesa, filha de Estevão José Machado e Ana Rosa.

Assim, mediante ao fato de um dos maiores expoentes da literatura brasileira ser mulato, houve uma expectativa que o pressupunha como um natural representante da luta pelos direitos do negro no Brasil, o que geraria um entendimento, por parte da crítica literária, da necessidade de uma representação crítica e enfática em suas obras quanto à questão da escravidão.

Todavia, possivelmente, é pelo fato de Machado ter adotado um estilo discreto e nada panfletário, muito diverso do também escritor de origem afro Lima Barreto¹⁹, é que se criou um espaço para divergência entre importantes estudiosos

¹⁹ Lima Barreto, em uma literatura panfletária, no início do século XX, denunciou com veemência a desigualdade social e o racismo sofrido pelos negros e mestiços, preconceito que viveu na pele durante a vida por também ser mestiço. Apesar de estar entre os grandes escritores da Literatura Brasileira, não gozou de prestígio em vida.

do autor frente à análise de quão importante teria sido a temática da escravidão, tanto em sua obra, quanto em sua vida.

Tamanha é a relevância deste tema que aspectos relacionados à ascendência do romancista não se limitaram à academia. Mesmo não sendo a primeira vez que discussões envolvendo Machado chegam às ruas, pode-se afirmar que a disputa em torno de sua origem seria o acontecimento mais popularmente difundido do autor, chegando a superar o longo debate sobre a possível culpa ou inocência da ambígua personagem Capitu²⁰, a qual se encontra envolvida em uma suposta traição conjugal, quando esta teria sido amante da personagem Escobar, melhor amigo de seu marido, Bentinho, em *Dom Casmurro* (1994) .

3.1- PROPAGANDA DA CAIXA

Episódio emblemático que ilustra a difusão deste debate envolvendo a etnia de Machado e sua importância para o movimento negro aconteceu em 2011, quando em uma peça publicitária do banco estatal Caixa Econômica Federal (CEF) foi escolhido um ator branco para representar o escritor. Na propaganda, com duração de um minuto, a atriz Glória Pires sugere que o autor teria sido correntista em uma agência bancária no Rio.

O vídeo gerou considerável polêmica entre telespectadores que, fazendo uso das redes sociais, manifestaram repúdio. Além disso, foi realizada uma

²⁰ Capitu é, provavelmente, a personagem mais famosa de Machado de Assis. Mulher de Bentinho em *Dom Casmurro*, é alvo de um dos maiores debates literários da ficção brasileira. A dúvida de que ela teria sido uma mulher adúltera e sua complexidade psicológica renderam a produção de diversas obras críticas e literárias.

denúncia formal para Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República²¹ (Seppir) solicitando providências.

Em nota, o órgão público reconheceu que a CEF em diversos anúncios representou a diversidade étnico-racial, mas repreendeu o banco pela infeliz escolha nesta campanha. Para o Seppir, ao contratar um ator branco para representar Machado, a Caixa estaria contribuindo para um processo de invisibilização dos afro-brasileiros, sendo aberto um procedimento administrativo em que é solicitada a correção da campanha.

A CEF tem, em muitos momentos, assegurado em seus anúncios a representação da diversidade étnico-racial e de gênero. A homenagem ao poeta Oliveira Silveira no 20 de Novembro de 2009/2010, é um exemplo significativo de reconhecimento da contribuição cultural e literária dos afrodescendentes. No entanto, deve-se lamentar o episódio da campanha que traz Machado de Assis, um dos primeiros poupadores da Caixa, representado por um ator branco. Uma solução publicitária de todo inadequada por contribuir para a invisibilização dos afro-brasileiros, distorcendo evidências pessoais e coletivas relevantes para a compreensão da personalidade literária de Machado de Assis, de sua obra e seu contexto histórico.[...] A Seppir entende que, em respeito a sua contribuição na valorização da diversidade brasileira, a Caixa deve corrigir a produção deste vídeo, reconhecendo o equívoco e considerando o diálogo que vem mantendo com a sociedade ao longo da sua trajetória institucional. (G1, 2011)

Mediante a solicitação do Seppir (2011) e a repercussão negativa de sua campanha nas redes sociais, a Caixa se apressou em assumir que havia cometido um erro. Por conta disso, retirou do ar a propaganda e realizou um pedido público de desculpas. Na nota, a CEF pediu desculpas pela escolha equivocada a toda população brasileira, em especial aos movimentos ligados às causas raciais, reiterando que na sua longa existência tem realizado campanhas que representam a diversidade racial do país.

²¹ A Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial é um órgão público federal que visa à promoção da igualdade em relação a grupos raciais e étnicos que possam sofrer discriminação e outras formas de intolerância.

A Caixa Econômica Federal informa que suspendeu a veiculação de sua última peça publicitária, a qual teve como personagem o escritor Machado de Assis. O banco pede desculpas a toda a população e, em especial, aos movimentos ligados às causas raciais, por não ter caracterizado o escritor, que era afro-brasileiro, com a sua origem racial. A CAIXA reafirma que, nos seus 150 anos de existência, sempre buscou retratar, em suas peças publicitárias, toda a diversidade racial que caracteriza o nosso país. Esta política pode ser reconhecida em muitas das ações de comunicação, algumas realizadas em parceria e com o apoio dos movimentos sociais e da Secretaria de Política e Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) do Governo Federal. A CAIXA nasceu com a missão de ser o banco de todos, e jamais fez distinção entre pobres, ricos, brancos, negros, índios, homens, mulheres, jovens, idosos ou qualquer outra diferença social ou racial. (G1, 2011)

Ademais desta retratação pública, o banco produziu e veiculou uma nova peça publicitária²². Na nova propaganda, as cenas e textos são exatamente iguais aos da primeira, mas desta vez Machado foi representado por um ator negro. Realizadas as alterações, aguça a curiosidade outra mudança implementada no início da segunda peça. Embora a narração de Glória Pires seja mantida no novo comercial, sua imagem e fala na cena de abertura da propaganda foi substituída por outra, protagonizada pelo também ator negro Ailton Graça, no que seria uma tentativa de enfatizar a representatividade e importância da população negra para o banco.

²² Segue, respectivamente os links para visualização da primeira e segunda versão das propagandas. Primeira Versão <https://www.youtube.com/watch?v=10P8fZ5I1Wk> ; Segunda Versão <https://www.youtube.com/watch?v=fTmapEuOAlw>



Figura 4 Fonte: (LUCIA, 2018)

3.2- O CENSOR E O CHEFE DE REPARTIÇÃO

É singular observar que, do mesmo modo como a Caixa, o próprio Machado de Assis foi alvo de críticas de cunho racial por, em sua vida, possivelmente, ter praticado ações em prol da elite social, como, por exemplo, defender princípios morais em favorecimento da manutenção da escravidão. Com isto, o escritor, segundo parte da crítica, teria negado sua origem humilde e ascendência.

Uma destas situações teria ocorrido quando, ao trabalhar como censor de teatro no Conservatório Dramático Brasileiro²³, realizando a averiguação de peças que seriam apresentadas no Teatro São Pedro e em outros teatros públicos da Corte, Machado teria censurado, em 1862, a encenação da comédia portuguesa

²³ O Conservatório Dramático Brasileiro foi um órgão de censura teatral durante o Brasil Império. Teria como função a ordenação da sociedade por meio da reprodução de valores moralizantes e de bons costumes. Teria também funcionado como importante instrumento político de repressão a opositores do Império (SILVA, 2006) (SOUZA, 2002).

Os Mistérios Sociais, de autoria do dramaturgo e ator Augusto Cesar de Lacerda, que já havia sido publicada em Lisboa em 1858.

Em seu parecer, Machado teria considerado inadequada a origem de uma das personagens principais, um escravo liberto, que se casaria com uma baronesa. Mesmo que de modo cordial, o então censor teria imposto como necessária para a liberação da peça a alteração da condição da personagem protagonista de escravo liberto para pessoa livre. Ou seja, Machado sugere que o protagonista deveria ser uma pessoa branca.

A teoria filosófica não reconhece diferença entre dois indivíduos que como aqueles [Frederico e a Baronesa] tinham as virtudes no mesmo nível; mas nas condições de uma sociedade como a nossa, este modo de terminar a peça deve ser alterado. Dois expedientes se apresentam para remover a dificuldade: o primeiro, é não efetuar o casamento; mas neste caso haveria uma grande alteração no papel da baronesa, supressão de cenas inteiras, e até a figura da baronesa se tornaria inútil no correr da ação. Julgo que o segundo expediente é melhor e mais fácil: o visconde, pai de Lucena, teria vendido no México sua amante e seu filho, pessoas livres; este traço tornaria o ato do visconde mais repulsivo; Lucena dar-se-ia sempre como legalmente escravo. Este expediente é simples. Na penúltima cena e penúltima página, Lucena depois de suas palavras: “Ainda não acabou”; diria: “Uma carta de minha mãe dava-me parte de que éramos, perante a lei, livres, e que entre a prostituição e a escravidão ela resolveu guardar silêncio e seguir a escravidão cujos ferros lhe deitara meu pai.” Feitas estas correções julgo que a peça pode subir à cena. (ASSIS, 2018, p. 7, 8)

Desta maneira, Machado acompanharia a postura de outros colegas censores que proibiram, de modo mais explícito, esta mesma peça em outras ocasiões, por considerarem moralmente ultrajante a encenação de um negro em matrimônio com uma mulher branca da aristocracia.

Por outro lado, ainda sobre as atitudes que o autor teria adotado em vida, segundo pesquisa realizada por Sidney Chalhoub²⁴ (2003), de meados dos anos

²⁴ Sidney Chalhoub é professor titular da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). O historiador, especialista no estudo da escravidão e da vida operária no Brasil do século XIX, é autor

1870 até o final da década de 1880, Machado teria se ocupado da chefia na segunda seção da Diretoria da Agricultura do Ministério da Agricultura. Para o pesquisador, uma das principais tarefas desta seção era a de cuidar da aplicação da lei de 28 de setembro de 1871, conhecida popularmente como Lei do Ventre Livre. Chalhoub (2003) afirma que em atuação neste cargo, Machado teria se dedicado em alargar a interpretação desta Lei em benefício da população negra.

Entre os documentos analisados, o historiador apresenta um parecer de Machado em que este teria manifestado preocupação com a possibilidade de uma manobra na aplicação desta norma, que poderia ser usada em favor dos proprietários de escravos, em decorrência da necessidade de regulação na reabertura de matrícula em alguns municípios.

Segundo a Lei, o proprietário tinha de provar que o cativo residia no local em período anterior ao dia 30 de setembro de 1873. Contudo, por falta de estrutura, alguns municípios ofereceram período muito curto para registro de matrícula ou nem mesmo chegaram a oferecer, o que justificaria a reabertura. É neste espaço que Machado identifica a possibilidade de desvio.

O Promotor Público de Vila Bela participa, no incluso ofício, estarem ali agitados os ânimos, por motivos de escravos que deixaram de ser matriculados no devido tempo. Diz ser iminente o perigo de grande desordem, motivada pelo desespero de senhores e escravos. A raiz do mal é esta: Houve matrícula em Vila Bela, mas só nos últimos três meses do prazo, porque até então não tinha o município nem coletor nem livros. Os senhores, que deixaram de dar escravos à matrícula, estão agora animados com ver aberto novo prazo no município de Ingazeira. Os escravos, pela sua parte, procuram o promotor, a quem declaram não querer continuar na escravidão, e os senhores também o procuram para se queixarem do Governo. O Promotor pensa que S. Ex. pode pôr termo ao conflito, ou considerando libertos os escravos não matriculados, ou concedendo novo prazo para que os senhores os matriculem. A concessão de novo prazo não me parece admissível desde que Vila Bela não se acha no caso de Ingazeira, onde absolutamente não

de Machado de Assis, *historiador*, uma das principais obras sobre a vida de Machado enquanto funcionário público.

houve matrícula dentro do prazo. [...] (datado) 3-7-77 (Assinado) Machado de Assis (CHAULHOU, 2003, p. 214)

Em seu registro, o funcionário público Machado de Assis pensa que, em função da reabertura de matrícula, possíveis situações poderiam ocorrer, prevendo, assim, que vários municípios, onde não houve necessidade da reabertura, solicitassem esta demanda, atendendo aos interesses de fazendeiros, como seria o caso de Vila Bela.

3.3- A PERSONAGEM LITERÁRIA

Questionamentos quanto ao posicionamento político-social do autor aconteceram até na ficção, quando Machado foi julgado por supostamente não se afinar com as demandas sociais de seu tempo.

Figurando como personagem em um romance, o bruxo do Cosme Velho foi retratado como um sujeito conservador, alheio a sua origem e cor, servindo somente aos interesses de uma elite escravocrata, da qual, na vida adulta, fez parte. No romance *EU VOS ABRAÇO MILHÕES* de Moacyr Scliar (2010), o posicionamento político de Machado frente a questões sociais, como a causa abolicionista, é frequentemente questionado por defensores do regime comunista, contemporâneos à época do escritor carioca.

Em entrevista concedida ao jornal Zero Hora, Scliar ao ser questionado sobre a antipatia de seu protagonista por Machado de Assis, respondeu que haveria fundo histórico para esta postura controversa em relação ao autor de *Dom Casmurro*.

E isso era assim, eu ainda peguei o resíduo disso. Machado de Assis, para os comunistas históricos, era o protótipo do escritor reacionário: ele convivia com o poder, havia sido funcionário público

a vida inteira, não era engajado em causa alguma — nem mesmo a abolicionista — e fazia uma literatura intimista, considerada burguesa, individualista. (ZERO HORA, 2010)

Na obra, há várias referências a Machado de Assis. Em um primeiro momento, quando o protagonista Valdo ainda é estudante no ensino básico, sua professora, Doroteia, apresenta Machado como um vencedor por ter superado diversas dificuldades na vida. Para ela, o escritor carioca era um exemplo a ser seguido, pois, mesmo sendo oriundo de uma família pobre, além de ser epilético, gago e mulato, em uma sociedade preconceituosa, tornou-se o maior escritor de literatura brasileira.

O autor predileto de dona Doroteia — e nisso ela podia ser considerada avançada para seu tempo — era Machado de Assis, o Machadinho, como ela dizia. No Rio Grande do Sul de então o escritor ainda era pouco conhecido, mas dona Doroteia tinha todos os seus livros e incluiu vários em seu programa de ensino. Anualmente organizava na escola um concurso de redações sobre Machado. Naquele ano concorri, ganhei, e fui premiado com um exemplar de *Dom Casmurro*. Voltei para casa orgulhosíssimo, mostrei o livro a meus pais e meu irmão. Todos festejaram meu triunfo — mas o troféu, como já verás, teve um destino inesperado. Machado, dizia dona Doroteia, era um exemplo para os brasileiros, sobretudo os humildes, como era o caso da maioria dos alunos: descendente de escravos, mulato, pobre, epilético, gago, não frequentara escola; pois esse menino superara todos os obstáculos para tornar-se o maior escritor brasileiro. (SCLIAR, 2010, p. 15)

Apesar disso, ao tomar consciência política, aproximando-se de uma visão socialista de sociedade, Valdo, como outros de seus companheiros, começa a enxergar Machado como um intelectual reacionário. E em um gesto que marca a transição daquilo que seria um tempo de ingenuidade a outro de maturidade política, a personagem queima o livro *Dom Casmurro* que ganhara da professora.

[...]eu não podia sequer ouvir falar em Machado de Assis, tamanha era minha raiva contra ele. Alguma coisa tinha de fazer para descarregar aquele sentimento avassalador, que estava até me tirando o sono. Acabei por recorrer a um solitário e simbólico ato de protesto. Uma noite, insone, levantei da cama, peguei meu exemplar de *Dom Casmurro*, levei-o para a cozinha e, reavivando as brasas do fogão à lenha, queimei-o. (SCLIAR, 2010, p. 34)

Muito além da solução encontrada por Valdo, que queimou *Dom Casmurro*, a crítica literária vem produzindo muitas páginas que tem aquecido o debate sobre o posicionamento de Machado em relação ao drama da escravidão no Brasil. Ainda que, de maneira geral, haja concordância quanto ao baixo ou discreto engajamento do romancista em sua produção escrita, principalmente quando comparado à literatura de outros escritores negros de sua época, como Lima Barreto e José do Patrocínio²⁵; há divergência quanto ao que teria sido um suposto silenciamento de Machado sobre este tema em sua obra.

3.4- CRÍTICA LITERÁRIA

Para uma das mais importantes biógrafas de Machado, Lúcia Miguel Pereira²⁶, o escritor teria se afastado da temática escravista para evitar desgaste com a elite, a qual buscou se relacionar. A biógrafa afirma ainda que algumas das personagens de Machado seriam uma representação autobiográfica, realizadas com o propósito de legitimar sua luta pela ascensão social.

Uma depois da outra, a Guiomar de A mão e a luva, Helena, a Estela de Iaiá Garcia e a Lalau de Casa Velha vão encarnar o autor, discutir os direitos da ambição, lutar contra a hierarquia sócia.(...) É interessante notar a sutileza de reserva que levou Machado de Assis a se encarnar de preferência nos tipos femininos, quando queria explicar fatos de sua vida. O Brás Cubas e o conselheiro Aires, nos quais pôs tanto de si, representam tendências do seu espírito, mas nada têm de comum com sua existência. (PEREIRA, 1988, p. 156)

²⁵ José do Patrocínio foi um jornalista e escritor que se tornou uma das figuras mais importantes dos movimentos em prol da abolição e instituição da República no país. Assim, como Machado e Lima Barreto, tinha descendência africana.

²⁶ Lucia Miguel Pereira foi crítica literária. Como biógrafa escreveu um texto crítico sobre a vida e obra de Machado de Assis, sendo este considerado seu principal trabalho.

Ainda sobre o apagamento de Machado frente à escravidão, a autora aponta que “Machado parece ter querido isolar o caso da mulata Arminda ou da negrinha Lucrecia do problema da escravidão.” (PEREIRA, 1988, p. 226)

Acompanhando a pesquisadora, um dos mais influentes escritores do Modernismo Brasileiro, Mário de Andrade²⁷, também questionaria as escolhas de Machado em *Mário de Andrade: Aspectos da Literatura Brasileira* (1972). Embora reconheça o valor da obra de Machado, Andrade lamenta que este teria exercido o papel de representar os interesses das classes dominantes, em detrimento das demais classes sociais, nas quais encontramos sua origem.

Foi o anti-mulato, no conceito que então se fazia de mulatismo. Foi intelectualmente o anti-proletário, no sentido em que principalmente hoje concebemos o intelectual. Uma ausência de si mesmo, um meticuloso ocultamento de tudo quanto podia ocultar conscientemente. E na vitória contra isso tudo, Machado de Assis se fez o mais perfeito exemplo de “arianização” e de civilização da nossa gente. (ANDRADE, 1972, p. 104)

Para Mário, Machado teria evitado sua cor, sucumbindo ao desejo de, como tantos outros mestiços, segundo o autor, não ser associado aos negros.

No livro *Macunaíma* (2017), Mário escreve em uma passagem imaginária em que Macunaíma e seus irmãos, ao se limparem nas águas encantadas formadas na pegada de um gigante, dariam vida à etnia miscigenada do brasileiro.

Nesta passagem, Mário sugere que haja um desejo do negro em se tornar branco. Para o autor paulista, Machado teria incorrido na mesma vontade.

O herói depois de muitos gritos por causa do frio da água entrou na cova e se lavou inteirinho. Mas a água era encantada porque aquele buraco na lapa era marca do pezão do Sumé, do tempo em que andava pregando o evangelho de Jesus pra índia brasileira. Quando o herói saiu do banho estava branco louro e de olhos azuizinhos, água lavara o pretume dele. E ninguém não seria capaz mais de indicar nele um filho da tribo retinta dos Tapanhumas. Nem

²⁷ Mário de Andrade foi um dos principais nomes e idealizadores do modernismo brasileiro. Diferente de Machado, sua obra buscou o nacionalismo em uma literatura marcadamente regionalista, tendo como destaque as cores de São Paulo.

bem Jiguê percebeu o milagre, se atirou na marca do pezão do Sumé. Porém, a água já estava muito suja da negrura do herói e por mais que Jiguê esfregasse feito maluco atirando água pra todos os lados só conseguiu ficar da cor do bronze novo. Macunaíma teve dó e consolou: — Olhe, mano Jiguê, branco você ficou não, porém pretume foi-se e antes fanhoso que sem nariz. Maanape então é que foi se lavar, mas Jiguê esborrifava toda a água encantada pra fora da cova. Tinha só um bocado lá no fundo e Maanape conseguiu molhar só a palma dos pés e das mãos. Por isso ficou negro bem filho da tribo dos Tapanhumas. Só que as palmas das mãos e dos pés dele são vermelhas por terem se limpado na água santa. (ANDRADE, 2017, p. 31, 32)

Outro expoente do Modernismo nacional, o também paulista Oswald de Andrade²⁸, ainda que se considerasse fã de Machado, parece concordar em parte com seu conterrâneo Mário de Andrade, ao fazer ressalvas quanto às formalidades impostas por Machado na Academia Brasileira de Letras (ABL). No seu entendimento, seria esta uma atitude recalcada do presidente da ABL, em uma tentativa de apagamento de sua origem racial, como afirma o autor: “Como bom preto, o grande Machado o que queria era se lavar das mazelas atribuídas à sua ascendência escrava. Fazia questão de impor rígidos costumes à instituição branca que dominava” (ANDRADE, 1976, p. 77).

Por outro lado, em um movimento, muitas vezes, motivado pelas críticas a um suposto posicionamento alienado do autor, há um frequente crescimento no número de trabalhos acadêmicos que buscam evidências da participação, seja em vida ou obra, de Machado no movimento que lutou pelo fim da escravidão no Brasil

²⁸ Oswald de Andrade foi o modernista mais revolucionário de seu tempo, não encontrando aceitação acadêmica na sua época, não sendo aceito pela Universidade de São Paulo nem pela Academia Brasileira de Letras. No entanto, seu nome e ideias foram referência a dois importantes movimentos da arte brasileira, o Concretismo e o Tropicalismo.

e pela inclusão do negro na sociedade. Dentre os pesquisadores mais respeitados estão John Gledson²⁹ e Roberto Schwarz³⁰.

Schwarz em seu renomado livro, *Um mestre na periferia do capitalismo* (2000), apresenta uma significativa proposta, que contribui para a mudança no modo como Machado seria lido. Para o Schwarz, mesmo fazendo uso de um estilo comedido, Machado realiza uma crítica certa, tendo a elite brasileira como alvo.

A presença do escravismo é determinante, conforme tratei de mostrar, embora as figuras de escravo sejam raras. Um poucas anedotas esparsas bastam para fixar as perspectivas essenciais. A parcimônia nas alusões, calculada para repercutir, é enfática à sua maneira: um recurso caro ao humorismo machadiano, mais amigo da insinuação venenosa que da denúncia. (SCHWARZ, 2000, p. 152)

Memórias póstumas de Brás Cubas, livro base de nossa análise, é uma das obras que Schwarz (2000) tem como base para confirmar sua ideia.

Segundo o autor, a obra denunciaria uma burguesia brasileira dividida entre o anseio de repetir os valores elevados do liberalismo europeu, ao mesmo tempo que convivia em normalidade com práticas primitivas, como a escravidão.

Estas se queriam parte do Ocidente progressista e culto, naquela altura já francamente burguês (a norma), sem prejuízo de serem, na prática, e com igual autenticidade, membro beneficiário do último ou penúltimo grande sistema escravocrata do mesmo Ocidente (a infração). Ora, haveria problema em figurar simultaneamente como escravista e indivíduo esclarecido? Para quem cuidasse de coerência moral, a contradição seria embaraçosa. Contudo, uma vez que a realidade não obrigava a optar, por que abrir mão de vantagens evidentes? (SCHWARZ, 2000, p. 29)

²⁹ John Gledson, Doutor pela Universidade de Princeton, é professor aposentado de estudos brasileiros na Universidade de Liverpool, sendo sua especialidade o estudo de Machado de Assis, publicando três livros sobre o autor: *Machado de Assis: ficção e história*, *Machado de Assis: impostura e realismo* e *Por um novo Machado de Assis*, além de outros trabalhos relacionados a Machado.

³⁰ Roberto Schwarz é um crítico literário e professor aposentado de Teoria Literária Brasileira pela Unicamp. Redigiu estudos sobre Machado de Assis elencados entre os mais representativos na fortuna crítica sobre o autor. Entre os estudos literários destacam-se os ensaios sobre Machado, *Ao Vencedor as Batatas*, *Um Mestre na Periferia do Capitalismo*, "Complexo, moderno, nacional e negativo", "Duas notas sobre Machado de Assis" "A poesia envenenada de D. Casmurro", "A viravolta machadiana" e "Leituras em competição".

Assim, ao ler a crítica cirúrgica que o bruxo teria feito à burguesia carioca, Schwarz (2000) se afastaria de um entendimento que aponta para a ausência dos aspectos brasileiros e da temática social, como era o caso da escravidão, na obra de Machado.

Já Gledson (1986) , acredita que, para um melhor entendimento do posicionamento político de Machado, seria adequado observar, além da obra literária, os textos publicados pelo autor enquanto jornalista. Como exemplo, Gledson (1986) apresenta um conjunto de crônicas publicadas na Gazeta de Notícias, em 1888, como prova do interesse que Machado teria pela escravidão, quando o autor aparentava se preocupar com possíveis desdobramentos da abolição.

Valendo-se do anonimato, Machado teceu, ao seu modo irônico, duras críticas à abolição, que na prática só estaria acontecendo no papel. Para o escritor, nos moldes como foi implementada, sem nem ao menos prestar auxílio material aos que deixaram a condição de escravo, a liberdade conquistada seria uma falácia.

Em crônica publicada no dia 19 de maio, com ironia, o cronista revela o quanto teria sido falaciosa a liberdade “dada” ao personagem Pancrácio por seu antigo senhor.

No dia seguinte chamei o Pancrácio e disse-lhe com rara franqueza: _Tu és livre, podes ir para onde quiseres. Aqui tens casa amiga, já conhecida e tens mais um ordenado, um ordenado que... Oh! meu senhô! fico. _...Um ordenado pequeno, mas que há de crescer. Tudo cresce neste mundo; tu crescestes imensamente. Quando nasceste, eras um pirralho deste tamanho. [...] Pequeno ordenado, repito, uns seis mil-réis; mas é de grão em grão que a galinha enche o seu papo [...]Pancrácio aceitou tudo; aceitou até um peteleco que lhe dei no dia seguinte, por me não escovar bem as botas; efeitos da liberdade. Mas eu expliquei-lhe que o peteleco, sendo um impulso natural, não podia anular o direito civil adquirido

por um título que lhe dei. Ele continuava livre, eu de mau humor; eram dois estados naturais, quase divinos. (ASSIS, 1990, p. 63)

Para Gledson, Machado não entendia a escravidão ingenuamente. Segundo o autor, o fundador do Realismo brasileiro saberia que as soluções para os problemas impostos pela escravatura não viriam com a simples assinatura de uma Lei. Como bom observador, Machado teria previsto os movimentos da aristocracia para a manutenção da opressão social.

[...] a Abolição é relativa: libertando os escravos, não se faz mais do que libertá-los para o mercado de trabalho, no qual serão contratados e demitidos e, sem dúvida, receberão salários miseráveis - numa situação dessas em que a liberdade conduz a outra forma de submissão dos fracos aos fortes [...] Machado, entre ironias e “pilhérias”, traz à atenção do leitor algo essencial. A abolição não é um movimento da escuridão para a luz, mas a simples passagem de um relacionamento econômico e social opressivo para outro (GLEDSON, 1986, p. 124)

3.5- MACHADO NOS NOTICIÁRIOS

Reflexos desse debate também têm ecoado na imprensa, onde há destaque para recentes descobertas sobre Machado de Assis, sendo estas acompanhadas por uma série de resenhas relacionadas à questão do envolvimento do autor realista com a escravidão.

Em 2015, um desses acontecimentos, publicado com certo estardalhaço pela imprensa, foi a revelação da presença de Machado em um retrato da Missa Campal de Ação de Graças pela Abolição da Escravatura, feito por Antonio Luiz Ferreira em 1888. O achado se deu a partir de um estudo da Brasileira Fotográfica³¹, em análise desenvolvida pela pesquisadora fotográfica Andrea Wanderley.

³¹ Brasileira Fotográfica é um espaço criado por iniciativa da Fundação Biblioteca Nacional e do Instituto Moreira Salles, tendo como objetivo a visibilidade, o debate e a reflexão sobre os acervos



Figura 5 (WANDERLEY, 2015)

Um dos especialistas consultados para averiguação da foto foi Eduardo Assis Duarte, doutor em Teoria da Literatura e Literatura Comparada pela USP³² e professor na Faculdade de Letras da UFMG³³. Duarte, que é organizador do livro *Machado de Assis Afrodescendente* (2007) e coordenador do Literafro – Portal da Literatura Afro-brasileira, além de autenticar a veracidade da foto, relata que é plausível imaginar que no momento do disparo da câmera, Machado teria adotado postura tímida, semelhante a que sempre praticou em vida.

(...) atitude mais ou menos esquiva na hora da foto, em que praticamente só o rosto aparece, dando a impressão de que procurou se esconder, mas sem conseguir realizar sua intenção totalmente. Atitude esta plenamente coerente com o jeito encolhido e de caramujo que sempre adotou em público, uma vez que dependia do emprego público para viver e eram muitas as perseguições políticas aos que defendiam abertamente o fim da escravidão. (WANDERLEY, 2015)

do gênero documental, abordando-os não só enquanto fonte primária, mas também enquanto patrimônio digital a ser preservado.

³² Universidade de São Paulo.

³³ Universidade Federal de Minas Gerais.

O autor do *Dicionário de Machado de Assis* (MACHADO, 2008), Ubiratan Machado, que também foi convidado pela Brasileira Fotográfica para averiguação do retrato, acredita que a presença do autor na missa que fez parte dos eventos da abolição, fato até então desconhecido por seus biógrafos, esclarece definitivamente qual era o posicionamento de Machado em relação à escravidão, esgotando de uma vez o debate que havia sobre este tema na vida do escritor.

Não há dúvida que se trata do Machado, atrás de um senhor de barbas brancas e mil condecorações no peito. O fato do seu rosto estar um pouco escondido não atrapalha em nada a identificação. É o velho mestre, perto de completar 50 anos. Igualzinho aos dos retratos que conhecemos desta fase de sua vida. A segunda revelação é a de Machado ter ido à missa de ação de graças, fato até hoje desconhecido pelos biógrafos. A foto tem ainda outra importância: mostrar que ele se preocupava com a libertação dos escravos, acabando de vez com a idiotice de alguns que afirmam ser ele indiferente ao destino da raça negra no Brasil. É a prova visual da alegria embriagadora que ele sentiu com a abolição, como narra em seu conhecido depoimento (Gazeta de Notícias, edição de 14 de maio de 1893). (WANDERLEY, 2015)

De fato, como afirma Ubiratan, a identificação de Machado na cerimônia serviu como fomento para uma série de trabalhos acadêmicos filiados à ideia que o escritor, como descendente de negros que era, teria militado em prol de seus semelhantes no Brasil.

Na mesma direção, ainda repercutindo a fotografia e sua importância histórica, a professora doutora Giovana Xavier³⁴ da Faculdade de Educação da UFRJ³⁵, em artigo publicado no Globo, estabelece um elo entre Machado de Assis, Lima Barreto e José do Patrocínio ao ser constatada na missa a presença dos três

³⁴ GIOVANA XAVIER é professora da Faculdade de Educação da UFRJ. Formada em história, tem mestrado, doutorado e pós-doutorado, por UFRJ, UFF, Unicamp e New York University. É idealizadora do Grupo de Estudos e Pesquisas Intelectuais Negras. Em 2017, organizou o catálogo "Intelectuais Negras Visíveis", que elenca 181 profissionais mulheres negras de diversas áreas em todo o Brasil.

³⁵ Universidade Federal do Rio de Janeiro.

escritores de origem negra. Esta seria, então, uma evidência da dedicação destes autores com a causa abolicionista, contra argumentando críticos que opõe Machado a Lima Barreto e José do Patrocínio, quanto à luta em defesa da liberdade negra.

O que a presença do trio de escritores num dos mais importantes processos da História do Brasil nos ensina? Eles não estavam na missa por obra do acaso ou simplesmente “cumprindo cotas”. Fizeram-se presentes como sujeitos engajados com a implementação de um projeto democrático de nação, como atestam suas biografias. (XAVIER, 2018)

No entanto, mesmo com várias manifestações atestando, a partir da descoberta de Andrea Wanderley (2015), a presença de Machado na missa campal de abolição, não há ainda confirmação definitiva de que a imagem na foto seria a do autor de *Dom Casmurro*, sendo que a mesma já teve sua autenticidade questionada.

O episódio ocorreu dois anos após a publicação em que se revelaria a presença de Machado na missa da Abolição, quando a Folha de São Paulo publicou matéria (MEIRELES, 2017a), também com alarde, assinada por Maurício Meireles³⁶, afirmando que foto teria sido resultado de uma montagem, segundo historiadora.

A historiadora em questão é Lilia Schwarcz³⁷, biógrafa de Lima Barreto. A autora teria declarado que essa “Era uma técnica comum na época” (MEIRELES, 2017a). Schwarcz relataria ainda que isto não significaria a confirmação da ausência de Machado na missa, sendo que o fotógrafo poderia ter apenas

³⁶ Maurício Meireles é jornalista especializado na cobertura de literatura, mercado editorial e políticas de livro e leitura na Folha de São Paulo.

³⁷ Lilia Schwarcz é uma historiadora e antropóloga. É doutora em antropologia social pela Universidade de São Paulo e, atualmente, professora titular da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas na mesma universidade. É autora de importantes obras como *Raça e diversidade* e *As Barbas do Imperador*, escrevendo recentemente uma biografia de Lima Barreto. Também é fundadora da editora Companhia das Letras.

manipulado o retrato para melhorá-lo. No entanto, a pesquisadora chama atenção ao fato de jornais da época não mencionarem a presença do bruxo do Cosme Velho na celebração.

Dias depois à publicação da matéria, foi apresentada, pela mesma Folha, uma nota de correção (MEIRELES, 2017b). Nela Schwarcz relativizou o que foi escrito na notícia, declarando “não assegurar que a imagem tenha sido manipulada” (MEIRELES, 2017b). Logo, ela também não teria afirmado que com certeza Machado de Assis teria sido “incluído artificialmente ali” (MEIRELES, 2017b).

Todavia, em seu livro *Lima Barreto - Triste Visionário*, segundo entendimento da autora, é mantida aberta a possibilidade de que o retrato possa ser resultado de uma montagem.

Há quem diga que a fotografia nasceu para mentir. 85 Ou melhor, a técnica desde o princípio facultou “enquadrar” a realidade, permitindo incluir e também excluir. É por isso que a foto, observada no detalhe, causa estranheza. Lá está uma aglomeração formidável e um pormenor significativo: no palanque aparecem personagens públicos, como se construíssem um sentido oficial; uma representação visual do poder. O certo é que, por vezes, um registro direto, uma fonte incontestável como essa, pode parecer artificial. Outras vezes, aquelas que são manipuladas são tomadas como originais. Nunca se escapa, porém, da agência do fotógrafo: o seu enquadramento e intenção. Coisas da técnica casada ao ritual: ambos tinham tudo para encantar, e encantaram. (SCHWARCZ, 2017, p. 86)

Schwarcz acredita, assim, que, por ter se tornado uma causa de grande aceitação popular, muitos quiseram figurar como apoiadores do movimento abolicionista. Em razão disto, mesmo aqueles que já teriam sido contrários a Lei Áurea, ficariam satisfeitos em aparecer no retrato oficial da missa da Abolição. Deste modo, Schwarcz sugere que haveria motivação para se adulterar a foto, além da questão estética que mencionou no jornal.

Por conta da popularidade do ato, muitos — até mesmo aqueles que bem pouco antes eram contra sua assinatura —

tentaram deixar seu nome ou imagem ao lado da Lei Áurea. Num detalhe da foto da missa, chama atenção a quantidade de personalidades que ladeavam a princesa em seu palanque. (SCHWARCZ, 2017, p. 84)

Sobre os questionamentos da historiadora, o Instituto Moreira Salles³⁸, em nota (IMS, 2017) declarou: “É um sério erro afirmar que houve manipulação ou montagem na foto feita por Antonio Luiz Ferreira da missa em ação de graças pela Abolição da Escravatura” (IMS, 2017), sendo que “a inclusão de personagens nela seria impossível sem deixar vestígios” (IMS, 2017).

De toda forma, embora haja registros da participação de Machado nos festejos da abolição, como o próprio autor descreve em 14 de maio de 1893, na coluna “A Semana”, no jornal carioca Gazeta de Notícias, “Verdadeiramente, foi o único dia de delírio público que me lembra ter visto” (ASSIS, 2015, p. 273) ; até o momento, a foto da missa campal da abolição da escravatura segue como única evidência de que o escritor teria participado do evento.

3.6- AS CORES DE MACHADO

Em matéria publicada na Folha (TEZZA, 2018), o crítico literário Cristovão Tezza³⁹, ao tentar entender esse fenômeno em torno de Machado de Assis, acredita que o escritor teria passado por um processo institucional de branqueamento e que agora estaria passando por um processo, também institucional, de escurecimento.

³⁸ O Instituto Moreira Salles é uma instituição com importantes patrimônios em quatro áreas: Fotografia, em mais larga escala, Música, Literatura e Iconografia. Presente em três cidades – Poços de Caldas, no sudeste de Minas Gerais, onde nasceu em 1992, Rio de Janeiro e São Paulo – o IMS, além de catálogos de exposições, livros de fotografia, literatura e música, publica regularmente as revistas ZUM, sobre fotografia contemporânea do Brasil e do mundo, de frequência semestral, e serrote, de ensaios e ideias, quadrimestral.

³⁹ Ficcionalista e crítico literário, autor de “O Filho Eterno” e “A Tirania do Amor”.

Com isto, haveria a compreensão de que, em um dado momento, por Machado ter sido desapropriado de sua cor, seria necessário agora, fazendo-se justiça, restituir-lhe a sua identidade racial.

Segundo Tezza, o problema desta visão seria o de limitar a sociedade brasileira a uma realidade em que só haveria brancos e negros, não havendo a consideração de nenhuma consequência advinda do processo de miscigenação pela qual foi formada nossa sociedade.

Machado passou por um processo institucional de branqueamento, e agora passa por um processo, também institucional, de escurecimento, como se na formação sócio-cultural brasileira (assim como acontece para o imaginário norte-americano ou sul-africano) houvesse apenas brancos e negros a considerar, e a mestiçagem (aqui incluindo-se o índio no nosso imenso caldeirão racial) não houvesse produzido nenhuma consequência singular ou autônoma nas gerações subsequentes à violência de origem. Sim, sabemos que segue vivíssimo nosso racismo estrutural e que a democracia racial é uma lenda perversa. (TEZZA, 2018)

Uma das evidências deste processo institucional de branqueamento, pelo qual o romancista teria sido submetido, estaria em sua certidão de óbito (PEREIRA, 2018).

Embora houvesse o conhecimento público e notório que o escritor carioca fosse descendente de negros, em seu registro, assinado pelo escrivão Olympio da Silva Pereira, consta que Machado seria branco.

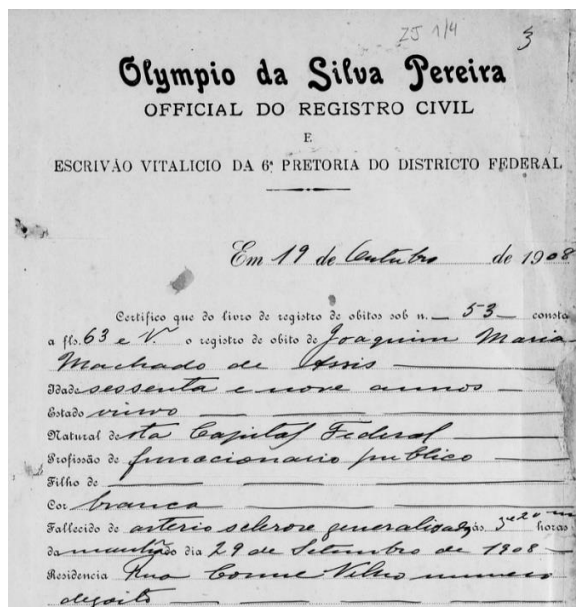


Figura 6 (PEREIRA, 2018)

No Romance *A Réplica de Capitu*, uma personagem, que lê a biografia de Machado para a Capitu, dá destaque ao fato do registro de cor, em atestado de óbito, só ser obrigatório 75 anos depois da morte do autor. Neste caso, a personagem sugere que esta escolha poderia ter acontecido por alguma preocupação com a situação embaraçosa de o maior escritor nacional ser um mulato.

Em ato contínuo lançou a dúvida: Esse fato é muito significativo, pois, a obrigatoriedade do registro cor nos documentos fúnebres só fora estabelecida 75 anos mais tarde, em 1973, em função provavelmente da luta dos movimentos negros. Por que, então, o escrivão se apressou em acrescentar o item cor no atestado de óbito de Machado de Assis, se tal prática inexistia na época? Seria uma tentativa de impedir no futuro qualquer polêmica em relação a cor de nosso maior escritor? Ou ele mesmo já tinha isso em mente? (ZIZZI, 2015, p. 72)

Outra evidência da institucionalização de Machado como um grande escritor branco, muito distante da realidade de seu contemporâneo Cruz e Souza⁴⁰, seria o clareamento de sua imagem em quadros e fotos oficiais.

Segundo Freyre, havia no final do século XIX um mecanismo de branqueamento, mesmo em retratos coloridos, por meio do qual a incumbência era a arianização da elite social.

O que aqui se destacava era a tendência, já então antiga no Brasil, do documento ou da declaração biologicamente válida fazer as vezes da realidade biológica, ou superá-la, quanto à raça de indivíduos. Tendência que teria servos passivos não só em papéis escritos como na pintura, no retrato a óleo e na própria fotografia colorida. Foram “documentos” postos a serviço da arianização de superfície de quantos fossem “brancos” pela situação social, equivalente à de brancos. (FREYRE, 2013, p. 480)

Na maioria das referidas imagens “oficiais” de Machado, com acesso disponível no site da Academia Brasileira de Letras, o bruxo do Cosme Velho aparece com a pele bem clara, no que seria uma tentativa de apagamento de sua origem africana. Vale lembrar que estas imagens são a base usada para retratar o autor em suas obras e demais referências imagéticas a Machado. Provavelmente, a pesquisa para a campanha publicitária da CEF teve como referência tais imagens, mesmo que, atualmente, adotando maior cautela, seja mais comum, em capas de livro, por exemplo, a representação de Machado com um tom de pele mais escuro.

⁴⁰ Com a alcunha de Dante Negro ou Cisne Negro, foi um dos precursores do simbolismo no Brasil. Segundo Antonio Candido, Cruz e Sousa foi o “único escritor eminente de pura raça negra na literatura brasileira, onde são numerosos os mestiços” (CANDIDO, 1999, p. 62) .

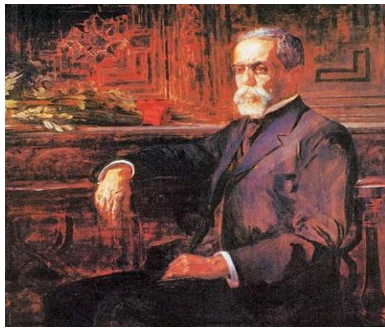


Figura 7 (BERNARDELLI, 2008)



Figura 8 (ABL, 2018)

Uma nova página desse imbróglgio ainda seria escrita com a recente descoberta daquela que teria sido a última fotografia de Machado em vida, sendo para alguns críticos a prova definitiva do processo de branqueamento do autor.

Encontrada pelo pesquisador Felipe Rissato, a foto publicada na revista argentina *Caras y Caretas* apresenta um Machado mais velho e com a pele bem escura, diferente das fotos que são expostas na ABL.



Figura 9 (ALVARENGA, 2018)

Provavelmente, por se tratar de uma revista estrangeira, não houve por parte do fotógrafo a intenção de branquear Machado. Apesar disso, mesmo antes da descoberta desta foto, havia vários registros atestando a origem afro do presidente da ABL.

Referente a esta questão, como já mencionado no primeiro capítulo, o movimento “Machado de Assis Real” promove uma ação que seria, segundo os próprios autores, “a primeira errata feita para corrigir o racismo na literatura brasileira”. A ideia principal do movimento seria a de promover o reconhecimento de Machado como escritor negro por meio da substituição de fotos em que este aparece como homem branco por outras em que ele estaria com sua aparência real.

Para promoção desta manifestação, o grupo oferece, gratuitamente, a substituição de fotos impressas em livros em que há a imagem “oficial” de Machado por outras em que ele é retratado negro. A substituição pode ser feita por serviço online, <http://machadodeassisreal.com.br/>, onde é disponibilizada fotos em diversos tamanhos para impressão.

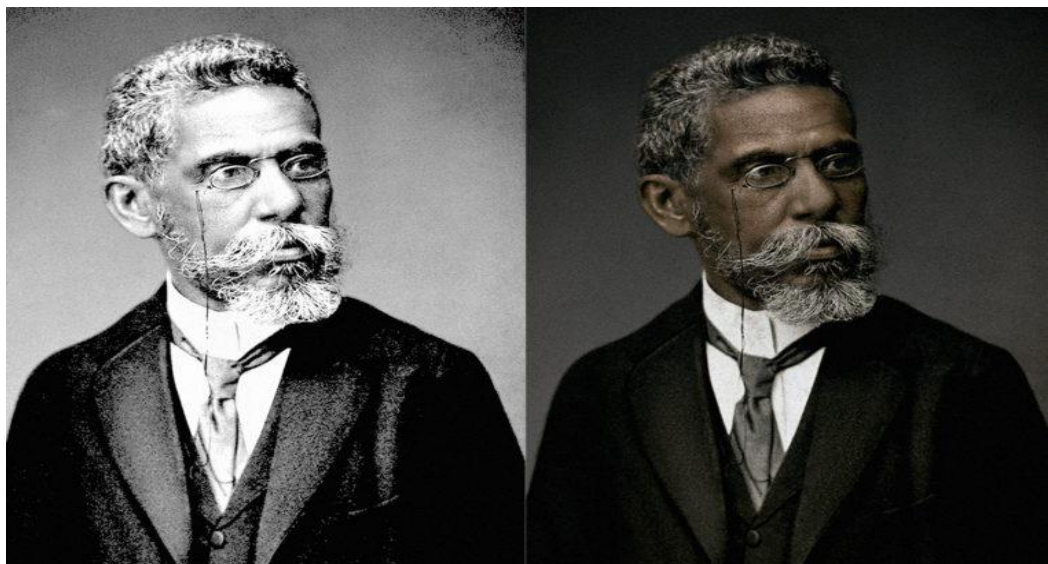


Figura 10 <http://machadodeassisreal.com.br/>

No site também está disponível um link para adesão em um abaixo-assinado em que é solicitado às editoras a não comercialização de livros nos quais Machado seja representado como homem branco.

3.7 A VERDADEIRA COR DE MACHADO

Em carta destinada a José Veríssimo, Joaquim Nabuco confirma a miscigenação de Machado, ainda assim acreditaria que ao presidente da ABL não seria agradável tal classificação.

Mulato, ele foi de fato, um grego da melhor época. Eu não teria chamado Machado de Assis de mulato e penso que lhe doeria mais do que essa síntese. (...) O Machado para mim era um branco e creio que por tal se tornava; quando houvesse sangue estranho isso nada alterava a sua perfeita caracterização caucásica. Eu pelo menos só via nele o grego. (HOFBAUER, 2010, p. 197)

Segundo a pesquisadora Ana Flávia Magalhães Pinto⁴¹, mesmo havendo um grande número de negros e pardos libertos dezesseis anos antes da abolição, haveria uma tendência de não reconhecimento da importância do trabalho que boa parte destes afrodescendentes, entre eles Machado, realizaram em prol da abolição.

Nossa tendência é a de não reconhecer esses sujeitos no chão da história onde se assenta a dicotomia senhores brancos e escravizados negros. Mas, na liberdade, o exercício da cidadania era interdito cotidianamente a pessoas negras por conta do racismo. (LAURETTI, 2019)

Mesmo que não seja a primeira vez que o nome de Machado esteja envolvido em uma polêmica, como aqui citado, há diferença considerável entre a dúvida quanto à fidelidade de Capitu e a disputa pela “cor” de Machado.

⁴¹ Ana Flávia Magalhães Pinto, autora do livro *Escritos da Liberdade: Literatos negros, racismo e cidadania no Brasil oitocentista* (Editora da Unicamp).

No caso da interpretação sobre a traição da personagem em *Dom Casmurro*, é no mínimo aceitável a dúvida, partindo de um ponto de vista técnico, por conta de a narração acontecer em primeira pessoa, logo só existindo como referência o ponto de vista do narrador. Já o debate em torno da ascendência de Machado causa estranhamento, principalmente, por sua proporção, quando é pública e notória a origem étnica daquele que seria o maior escritor brasileiro. Do mesmo modo, como também não seria propriamente uma novidade a tentativa de representá-lo branco.

Não existiria, assim, espaço para uma grande notícia, não havendo, *a priori*, motivo para tamanha discussão. No entanto, por que, então, uma fotografia do romancista mostrando traços africanos ainda causaria estarrecimento?

Benjamin Moser⁴², ao apresentar Machado ao público americano, entre outros pontos, desenvolve esta questão em artigo publicado na revista *The New Yorker*. Para Moser, o predomínio na época de Machado da teoria das raças⁴³, no meio intelectual, gerava uma preocupação quanto ao desenvolvimento do Brasil, que tinha predominantemente população mista. Logo, aceitar que um grande nome de nossa literatura fosse afrodescendente poderia ser uma má sina.

Intellectuals were preoccupied with the legacy of slavery at a moment when “scientific racism” and its relatives, including social Darwinism, were ascendant. Races could

⁴² O escritor é colunista de novos livros da *Harper's Magazine* e colaborador do *The New York Review of Books*, do jornal *The New York Times*. Moser é autor de uma biografia da escritora brasileira Clarice Lispector — *Why This World* —, responsável pelo reconhecimento da autora fora do Brasil.

⁴³ É somente no século XIX que se começa a falar de raças dentro da espécie humana. Foi o Conde de Gobineau que popularizou, em meados do século XIX, um novo significado, em seu ensaio racista *Essai sur l'inégalité des races humaines* ("Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas", 1853-1855), no qual toma partido a favor da tese poligenista segundo a qual a humanidade poderia ser dividida em várias raças distintas, as quais seriam, outrossim, passíveis de serem tratadas numa base hierárquica.

develop on their own, the theory went, but miscegenation would cause decline. According to this racial pseudoscience, Brazilian attempts to modernize were doomed: the nation, with its irreversibly mixed population, was condemned to permanent inferiority. (MOSER, 2018)

O ápice desta, hoje, famigerada teoria seria apresentado com maestria, no Brasil, por Euclides da Cunha na obra *Os Sertões* (1985). No livro, publicado em 1902, é narrada a guerra de Canudos, sob uma perspectiva positivista, quando haveria um entendimento da existência de uma hierarquia entre as raças.

Euclides da Cunha, tendo como referência os métodos científicos da época, em um trabalho muito detalhado, descreve como a geografia do sertão e a etnia das personagens envolvidas no conflito foram decisivas para o desfecho da guerra.

A mistura de raças mui diversas é, na maioria dos casos, prejudicial. Ante as conclusões do evolucionismo, ainda quando reaja sobre o produto o influxo de uma raça superior, despontam vivíssimos estigmas da inferior. A mestiçagem extremada é um retrocesso. O indo europeu, o negro e o brasílio-guarani ou o tapuia, exprimem estádios evolutivos que se fronteiavam, e o cruzamento, sobre obliterar as qualidades preeminentes do primeiro, é um estimulante a revivescência dos atributos primitivos dos últimos. De sorte que o mestiço — traço de união entre as raças, breve existência individual em que se comprimem esforços seculares — é, quase sempre, um desequilibrado. (CUNHA, 1985, p. 96)

Pode-se acreditar que a mestiçagem de Machado e a qualidade de sua obra literária seriam uma contraposição a esta tese, o que causaria incômodo. Por esta razão, ao invés de tratá-lo como exceção à regra, aparentemente, foi considerado mais simples apagar sua origem africana.

Mas, segundo Moser (2018), este cenário passaria por uma reviravolta alguns anos após a morte de Machado, quando, a partir da publicação de uma série de livros, entre estes *Os Mestres e os Escravos*, de Gilberto Freyre, houve

uma ressignificação da miscigenação no Brasil, sendo esta, agora, tratada como motivo de orgulho nacional.

Machado's reputation benefitted from a twist in the debate only a generation after his death, in 1908. A series of books, beginning, in 1933, with Gilberto Freyre's "The Masters and the Slaves," turned miscegenation, once a source of fear and shame, into a font of national pride. As the Ku Klux Klan resurged in the United States, Brazil earned a reputation for being a country where racial lines had been so blurred that they no longer mattered. (Racial democracy, as it was called, ignored Brazil's ferocious history of slavery and racism.) It was convenient that Brazil's greatest writer was of mixed race, and could become a symbol of these newly recast values. One suspects Machado would have been embarrassed by this posthumous role. (MOSER, 2018)

Tal advento teria resgatado a origem afrodescendente de Machado, quando este, neste novo momento, seria visto como mostra do resultado positivo do processo de miscigenação, conseqüentemente, negando a validade da teoria de hierarquia de raças.

Ao tentar entender os eventos pelos quais Machado foi submetido, Moser nos convida a uma reflexão sobre nossa leitura do autor. Provavelmente, por ser nosso maior escritor, somado ao aspecto ambivalente de sua obra, o que possibilitou a dúvida em relação à fidelidade de Capitu, faz com que encontremos, metaforicamente, em Machado um espelho que reflete nossos mais profundos anseios. Deste modo, não é permitido a Machado o gesto medíocre, a cena comum. Assim, a foto na missa que celebra o fim da escravidão torna-se a prova definitiva que o escritor tenha sido um grande abolicionista ou é motivo de suspeita para uma teoria de conspiração. Com isto, para atender nossas expectativas, ora o fizemos branco, ora o fizemos negro. Assim, o Machado negro estaria muito além da simples representação da realidade, cumprindo o papel de exorcizar nosso passado escravocrata, tal qual o Machado branco tentou apagá-lo.

A parte a esta polarização em torno do autor, Daniel Piza, na biografia *Um Gênio Brasileiro* (2006), apresenta um Machado contraditório que em vida se mostrou conservador ao mesmo tempo que era progressista.

[...] era monarquista, mas liberal e abolicionista, e criticou o republicanismo por medo de ver a federação desagregada e por apenas mudar os nomes e não as realidades. Era conservador, principalmente nos assuntos morais, como se viu em sua atuação como censor de peças teatrais; mas foi um escritor que enxergou sutilezas e satirizou fraquezas da natureza humana como poucos. (PIZA, 2005)

Estas contradições Machadianas talvez reforcem ainda mais o interesse pelo autor, quando, segundo Piza (2005), a média anual de estudos sobre Machado saltou de 18, em 1950, para 70, nos últimos anos.

De qualquer maneira, a presente perspectiva mostra, dado o tamanho de sua representatividade, somada a uma literatura que não impõe, mas sugere, quão delicada é a realização de uma pesquisa sobre Machado de Assis, ainda mais quando esta esbarra em questões de sua ascendência.

4. UM CUBAS!

4.1- PUBLICAÇÃO

Memórias Póstumas de Brás Cubas é apontado como um dos principais romances escritos por Machado de Assis, logo não seria exagero situá-lo entre as principais obras de nossa literatura. Como era usual na época, o hoje livro, estudado nesta análise, nasceu folhetim, com a publicação entre março e dezembro de 1880 na Revista Brasileira⁴⁴.

Segundo a pesquisadora Regina Zilberman⁴⁵, o romance seria uma das poucas obras da ficção brasileira que, durante o século XIX, teve uma história editorial própria.

A edição original do texto apareceu no terceiro tomo do primeiro ano da Revista Brasileira, periódico então dirigido por Nicolau Midosi. O ano era 1880, e o romance tomou primeiramente a forma do folhetim, dividido em dezessete partes, espalhadas nos exemplares publicados entre março e dezembro. O formato em livro não demorou: logo em janeiro de 1881, a obra era lançada pela Tipografia Nacional, com alterações em sua ordenação. Em 1896, foi a vez da editora mais prestigiada da época, a Garnier, publicar o relato, repetindo a dose em 1899, ano da última versão de *Memórias póstumas de Brás Cubas* que Machado conheceu em vida. (ZILBERMAN, 2003, p. 117, 118)

As maiores alterações aconteceriam na passagem do folhetim para o livro na edição de 1881, sendo, segundo o próprio Machado,⁴⁶ corrigido em vários lugares. Além da reorganização e correções, temos como mudança a introdução de uma nova abertura, denominada *Ao Leitor*, com assinatura de Brás

⁴⁴ Revista Brasileira foi uma revista criada em 14 de julho de 1855 com o intuito de valorização cultural das artes e idioma nacional. Atualmente funciona como Revista da Academia Brasileira de Letras, por sugestão de Levi Carneiro: “Esta é nossa política editorial, a de conservar na revista da Casa a lembrança perpétua dos que passaram por ela e deixaram o testemunho de seu interesse e amor pela língua e a literatura nacionais [...]”.

⁴⁵ Doutora em romanística pela Universidade de Heidelberg, na Alemanha, com pós-doutorado em Rhode Island, nos Estados Unidos. Atualmente é professora da UFRGS, vinculada ao Setor de Literatura Portuguesa e Luso-Africanas. Possui diversas publicações na área pedagógica e educacional.

⁴⁶ Na quarta edição do livro, em assinatura própria, diferente das edições anteriores que só assinaria como Brás Cubas, quando Machado comenta o percurso do romance.

Cubas, bem como a substituição de uma epígrafe retirada de uma comédia de Shakespeare pela conhecida dedicatória ao primeiro verme que roeu as frias carnes do defunto autor.

Para Zilberman, Machado teria se dedicado ao trabalho de revisar o início e o final do livro, as duas partes em que se notariam "recursos criativos destinados a abalar várias das convenções vigentes na prosa de ficção da época" (2004, p. 45).

Em *Ao leitor* o narrador faria considerações sobre o estilo do livro e suas possíveis inovações. Provavelmente, neste trecho, Machado teria feito uma referência indireta a alguns críticos por estes afirmarem, na época do lançamento, que a obra não se configuraria como um romance. A confirmação a esta referência seria realizada quando Machado mencionaria nominalmente um destes críticos na quarta edição.

Acresce que a gente grave achará no livro umas aparências de puro romance, ao passo que a gente frívola não achará nele o seu romance usual; ei-lo aí fica privado da estima dos graves e do amor dos frívolos, que são as duas colunas máximas da opinião. (ASSIS, 1994, p. 2)

Na edição de 1896 haveria uma pequena mudança em *Ao Leitor*, quando é retirada a referência a Charles Lamb, mantendo-se a citação à influência do estilo livre de Sterne e Maistre.

Em 1899, naquela que seria considerada a quarta edição da obra, sendo a publicação na Revista Brasileira entendida como a primeira, será inserido um prólogo assinado pelo próprio Machado de Assis. Neste, como já mencionado, o autor cita críticos que comentaram a obra em seu lançamento.

Capistrano de Abreu, noticiando a publicação do livro, perguntava: "As Memórias Póstumas de Brás Cubas são um romance?" Macedo Soares, em carta que me escreveu por esse tempo, recordava amigamente as Viagens na minha terra. Ao primeiro respondia já o defunto Brás Cubas (como o leitor viu e

verá no prólogo dele que vai adiante) que sim e que não, que era romance para uns e não o era para outros. Quanto ao segundo, assim se explicou o finado: “Trata-se de uma obra difusa[...]” (ASSIS, 1994, p. 1)

4.2- PRIMEIRA OBRA REALISTA

Segundo Candido (1995), a obra não só seria um romance, como também um marco do amadurecimento da literatura nacional, dividindo a obra de Machado em duas fases (romântica/realista). Divisão esta reconhecida pelo próprio Machado que, em uma reedição de *Helena*, texto original publicado em 1876, ao introduzir uma nota de advertência, comentaria esta transformação, associando sua nova fase à maturidade que traz o tempo.

Não me culpeis pelo que lhe achardes romanesco. Dos que então fiz, este me era particularmente prezado. Agora mesmo, que há tanto me fui a outras e diferentes páginas, ouço um eco remoto ao reler estas, eco de mocidade e fé ingênua. É claro que, em nenhum caso, lhes tiraria a feição passada; cada obra pertence ao seu tempo. (ASSIS, 1994, p. 1)

Mas, mesmo antes de *Helena*, Machado já revelaria alguns dos traços que seriam marcas contundentes da sua chamada fase realista no ensaio crítico *Instinto de Nacionalidade*. Publicado em 1873, o texto traria reflexões sobre uma aparente necessidade instintiva, que havia de fato neste período, de se fazer uma literatura notadamente brasileira.

Quem examina a atual literatura brasileira reconhece-lhe logo, como primeiro traço, certo instinto de nacionalidade. Poesia, romance, todas as formas literárias do pensamento buscam vestir-se com as cores do país, e não há negar que semelhante preocupação é sintoma de vitalidade e abono de futuro. (Notícia da atual literatura brasileira: Instinto de nacionalidade, 1994, p. 1)

Segundo Machado, o recurso utilizado pelos escritores românticos e pré-românticos seria o de associar a ideia de nacionalidade ao elemento indianista, tomando a civilização indígena como alicerce de nossa cultura, ou seja, a

sociedade brasileira teria sido formada a partir do índio, que, por não ter vindo de fora do país, seria constituído como um elemento autenticamente brasileiro.

A aparição de Gonçalves Dias chamou a atenção das musas brasileiras para a história e os costumes indianos. Os Timbiras, I-Juca Pirama, Tabira e outros poemas do egrégio poeta acenderam as imaginações; a vida das tribos, vencidas há muito pela civilização, foi estudada nas memórias que nos deixaram os cronistas, e interrogadas dos poetas, tirando-lhes todos alguma coisa, qual um idílio, qual um canto épico. (ASSIS, 1994, p. 2)

Machado chega a apontar que essa necessidade de representação do índio seria tão grande que teria desencadeado uma reação de fundamentalistas cuja crítica incidiria até mesmo em obras que adotavam esta temática, como no caso das poesias indianistas de Gonçalves Dias, que teriam sido questionadas por não refletirem genuinamente a cultura dos índios, sendo estas mais europeias que nacionais.

Houve depois uma espécie de reação. Entrou a prevalecer a opinião de que não estava toda a poesia nos costumes semibárbaros anteriores à nossa civilização, o que era verdade, — e não tardou o conceito de que nada tinha a poesia com a existência da raça extinta, tão diferente da raça triunfante — o que parece um erro. (ASSIS, 1994, p. 2)

Para o primeiro autor realista do Brasil, seria um erro reconhecer no indianismo o elemento autêntico que traria a identidade de nossa literatura, quando, segundo Machado, “as tribos vencidas” (Notícia da atual literatura brasileira: Instinto de nacionalidade, 1994, p. 2) não teriam influenciado em nada a nossa atual condição de vida. Assim, a única razão que justificaria a referência aos índios seria o fato de que tudo poderia ser matéria para poesia, desde que a construção permitisse o belo.

É certo que a civilização brasileira não está ligada ao elemento indiano, nem dele recebeu influxo algum; e isto basta para não ir buscar entre as tribos vencidas os títulos da nossa personalidade literária. Mas se isto é verdade, não é menos certo que tudo é matéria de poesia, uma vez que traga as condições

do belo ou os elementos de que ele se compõe. (ASSIS, 1994, p. 2)

Com isto, em um momento que se pensava o indianismo como a maior marca de autenticidade da literatura brasileira, Machado, já manifestando uma perspectiva de visão universalizante, que lhe será tão cara na fase de sua maturidade literária, aponta que o desejo de representar a nacionalidade por meio de uma poesia com as cores de civilizações primitivas não seria algo exclusivo de nossa literatura. Embora pareça um movimento delicado, tal proposição seria análoga a, no tempo de Moisés, um discípulo sugerir uma inversão na relação de causa efeito que sugere o homem com imagem e semelhança a Deus. A partir daí, aconteceriam outros desdobramentos.

Erro seria constituir-lo um exclusivo patrimônio da literatura brasileira; erro igual fora certamente a sua absoluta exclusão. As tribos indígenas, cujos usos e costumes João Francisco Lisboa cotejava com o livro de Tácito e os achava tão semelhantes aos dos antigos germanos, desapareceram, é certo, da região que por tanto tempo fora sua; mas a raça dominante que as freqüentou, colheu informações preciosas e no-las transmitiu como verdadeiros elementos poéticos. (ASSIS, 1994, p. 2)

Ao entender que o elemento indianista é tão brasileiro quanto universal, Machado reconheceria este como parte integrante de nossa literatura, do mesmo modo como o primitivismo seria parte do legado literário de outras nações. No entanto, se outras nações não limitaram sua representação literária a este aspecto, seria uma anomalia fazer desse a totalidade de nossa literatura. Desta maneira, em uma análise por semelhança, Machado entenderia o indianismo como parte de um processo literário amplo, o que libertaria a literatura brasileira de uma busca instintiva de nacionalidade.

Compreendendo que não está na vida indiana todo o patrimônio da literatura brasileira, mas apenas um legado, tão brasileiro como universal, não se limitam os nossos escritores a essa só fonte de inspiração. Os costumes civilizados, ou já do tempo colonial, ou já do tempo de hoje, igualmente oferecem à imaginação boa e larga matéria de estudo. (ASSIS, 1994, p. 2)

4.3- O ESCRITOR UNIVERSAL

Para Antonio Candido (2000), em uma relação de intertextualidade, o texto *Instinto de Nacionalidade* de Machado (1994) teria sido construído a partir do prólogo *Benção Paterna*, presente no romance *Sonhos D'Ouro* (1998), quando José de Alencar reconhece a representatividade de uma literatura que superasse o radicalismo nativista.

Segundo Candido, este fato marcaria o final de uma fase de busca instintiva da literatura nacional para a tomada de consciência em um fazer literário preexistente frente à realidade do novo mundo.

A essa altura, vencida a etapa do radicalismo nativista, o romantismo exprime afinal claramente, pela pena do seu escritor mais ilustre, o verdadeiro sentido da sua tarefa, que felizmente nunca traíra, mesmo quando a praticara sem consciência nítida. A literatura nacional aparece, então, como expressão da dialética secular que sintetiza em formas originais e adequadas a posição do espírito europeu em face da realidade americana: não como a ilusão estática de um primitivismo artificialmente prolongado. (CANDIDO, 2000, p. 326)

Assim, ao tomar consciência do processo literário, acirrando o entendimento de Alencar (1998), Machado (1994) teria entendido em qual estágio a literatura brasileira se encontrava e a qual ela deveria almejar, propondo, desta maneira, a saída da situação particular para a universal. Nesta direção, a literatura brasileira estaria, em sua concepção, em condições de ir além do elemento exótico, podendo nossa ficção tratar de qualquer tema e ainda ser considerada nacional, como acontecia com as literaturas de Portugal, Espanha e Inglaterra.

Com este entendimento, Machado (1994) abriria teoricamente o caminho para o surgimento de uma proposta literária que realizaria, de modo consciente, uma obra brasileira ao mesmo tempo que fosse universal.

Segundo Candido, o primeiro escritor a realizar tal feito seria o próprio Machado de Assis, com sua obra *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. Deste modo, o livro não seria apenas um romance que inaugurou uma escola literária no Brasil, mas uma obra que, por meio de um processo consciente de seu autor, realizou literatura brasileira ao alcance do universal.

Quando chegamos ao fim do romantismo, já se pode falar de uma literatura brasileira, porque surge, então, um grande escritor de características universais que tem a exata consciência desse processo: Machado de Assis. (CANDIDO, 2002, p. 95)

4.4- ESTRUTURA E CRÍTICA DO LIVRO

Dividido em 160 capítulos, o romance apresentaria algumas transgressões ao Realismo europeu, como a presença de um narrador em primeira pessoa, que a todo momento aparece para realizar intervenções metalinguísticas, quando este “dialoga” com o leitor, sendo o esperado, na busca de objetividade, a utilização de um apagado narrador em terceira pessoa, como acontece em *Madame Bovary*⁴⁷. Vale lembrar que *Memórias Póstumas* é o primeiro Machado narrado em primeira pessoa, o que para alguns críticos, como Harold Bloom, seria nesta forma que teríamos o melhor Machado: “O fato de também ser escrito em primeira pessoa confere-lhe um brilhantismo que não surge nos seus textos em terceira pessoa” (COLOMBO, 2008).

Além disso, o frequente uso de digressões muitas vezes afastaria o romance do pressuposto de representação da realidade, quebrando a sequência

⁴⁷ Madame Bovary é um romance de Gustave Flaubert. Chamado de "romance dos romances", Madame Bovary é considerado pioneiro dentre os romances realistas, tornando-se famoso por sua originalidade. Posteriormente, levou à cunhagem do termo "bovarismo" na psicologia, em referência às características psicológicas da protagonista. Quando foi lançado, Flaubert foi levado a julgamento pela obra, despertando um grande interesse pelo romance.

narrativa, como aconteceria no capítulo VII / DELÍRIO, quando o narrador faz uma grande pausa para contar um sonho.

Assim, haveria uma ruptura da perspectiva realista de representação crua da realidade em *Brás Cubas*, o que poderia comprometer a oposição à idealização romântica que fantasiava o real.

Que me conste, ainda ninguém relatou o seu próprio delírio; faço-o eu, e a ciência mo agradecerá. Se o leitor não é dado à contemplação destes fenômenos mentais, pode saltar o capítulo; vá direito à narração. Mas, por menos curioso que seja, sempre lhe digo que é interessante saber o que se passou na minha cabeça durante uns vinte a trinta minutos. (ASSIS, 1994, p. 8)

Para Candido, estes desvios, ao que seria considerado o realismo puro, aparentava ser uma marca de Machado, quando o autor não seria muito adepto dos modismos literários de sua época, tanto como aconteceu na dita fase romântica do autor, ao não se filiar à corrente indianista, como agora na, então, fase realista.

O que primeiro chama a atenção do crítico na ficção de Machado de Assis é a despreocupação com as modas dominantes e o aparente arcaísmo da técnica. Num momento em que Flaubert sistematizara a teoria do 'romance que narra a si próprio', apagando o narrador atrás da objetividade da narrativa; num momento em que Zola preconizava o inventário maciço da realidade, observada nos menores detalhes, ele cultivou livremente o elíptico, o incompleto, o fragmentário, intervindo na narrativa com bisbilhotice saborosa, lembrando ao leitor que atrás dela estava a sua voz convencional. Era uma forma de manter, na segunda metade do século XIX, o tom caprichoso do Sterne, que ele prezava; de efetuar os seus saltos temporais e brincar com o leitor. (CANDIDO, 1995, p. 5)

Este relativo desapego às convenções teria sido um dos motivos para uma recepção desfavorável por parte da crítica ao novo estilo de Machado. Capistrano de Abreu, citado nominalmente na quarta versão da obra, em texto crítico, publicado em janeiro de 1881, questionaria se *Memórias Póstumas de Brás Cubas* seria de fato um romance.

As Memórias Póstumas de Brás Cubas serão um romance? Em todo o caso, são mais alguma coisa. O romance aqui é simples acidente. O que é fundamental e orgânico é a descrição dos costumes, a filosofia social que está implícita. Esta filosofia define-se facilmente evocando os dois nomes de La Rochefoucauld e Sancho Pança. Com efeito vemos de um lado o ceticismo, perguntando se atrás de um ato que desperta o entusiasmo e desafia a crítica e a malevolência, não há motivos recônditos que o reduzem a proporções de um fato qualquer banal. De outro, há a satisfação, há o contentamento, que acha que tudo vai muito bem, no melhor dos mundos imagináveis. Segundo esta filosofia, nada existe de absoluto. O bem não existe; o mal não existe; a virtude é uma burla; o vício é um palavrão. [...] Filosofia triste, não é? O autor é o primeiro a reconhecê-lo, e por isso põe-se nas elucubrações de um defunto, que nada tendo a perder, nada tendo a ganhar, pode despejar até às fezes tudo quanto se contém nas suas recordações. (ABREU, 1976, p. 197)

Logo depois, em fevereiro do mesmo ano, Urbano Duarte de Oliveira faria outro texto crítico não favorável à obra, pois esta seria estranha aos elementos que são esperados em um romance, assim, segundo Urbano, faltaria ao texto nitidez, desenho e colorido, numa narração que aconteceria ao acaso.

Em suma, a nossa impressão final é a seguinte: a obra do sr. Machado de Assis é deficiente, senão falsa, no fundo, porque não enfrenta com o verdadeiro problema que se propôs a resolver e só filosofou sobre caracteres de uma vulgaridade perfeita; é deficiente na forma, porque não há nitidez, não há desenho, mas bosquejos, não há colorido, mas pinceladas ao acaso. (GUIMARÃES, 2017, p. 20)

No entanto, mesmo com digressões, inversões no tempo e conversas com o leitor, o universalismo empreendido por Machado em toda a narrativa funcionaria como um fio condutor, mantendo uma objetividade que se opõe de forma contundente à idealização romântica, fazendo de *Brás Cubas* um livro essencialmente realista. Se há considerável marca de pessimismo, do outro lado a ironia e o humor se contrapõem dando o equilíbrio necessário para que não aconteça o sentimentalismo.

Quanto à presença de um narrador defunto, longe de ser um fator que ligaria a obra ao fantástico, encontramos um outro importante elemento

universalista, pois, ainda que justificado como possibilidade de uma narrativa alheia a preocupações morais, sendo isto verdadeiro, sua função primeira é a sustentação argumentativa da relação opositiva vida e morte. Assim, enquanto o Brás vivo seria uma representação do homem em uma luta constante para saciar desejos e inquietações, o Brás morto, resultado deste processo, seria marcado pela ausência de preocupação e desejo, sem que com isto, aparentemente, tenha se resolvido a insatisfação.

Deixa lá dizer o Pascal que o homem é um canço pensante. Não; é uma errata pensante, isso sim. Cada estação da vida é uma edição, que corrige a anterior, e que será corrigida também, até a edição definitiva, que o editor dá de graça aos vermes. (ASSIS, 1994, p. 39)

Quanto à imparcialidade desejada para se chegar à representação crua da realidade, Candido, acredita que Machado a alcançou, embora tenha traçado caminho diverso da objetividade naturalista, ao adotar um estilo que busca “sugerir o todo pelo fragmento, a estrutura pela elipse, a emoção pela ironia e a grandeza pela banalidade” (Esquema Machado de Assis : Vários Escritos, 1995, p. 3), conseguindo causar um efeito de imparcialidade, reflexo de um distanciamento estético, muito além do empreendido por teóricos da objetividade.

E o mais picante é o estilo guindado e algo precioso com que trabalha e que se de um lado pode parecer academismo, de outro sem dúvida parece uma forma sutil de negaceio como se o narrador estivesse rindo um pouco do leitor. Estilo que mantém uma espécie de imparcialidade, que é a marca pessoal de Machado, fazendo parecer duplamente intensos os casos estranhos que apresenta com moderação despreocupada. Não é nos apaixonados naturalistas do seu tempo, teóricos da objetividade, que encontramos o distanciamento estético que reforça a vibração da realidade, mas sim na sua técnica de espectador. A partir dessa matriz formal, que se poderia chamar o “tom machadeano”, é que podemos compreender a profundidade e a complexidade de uma obra lúcida e desencantada, que esconde suas riquezas mais profundas. Como Kafka ou Gide, ao contrário de Dostoiévski, Proust ou Faulkner, os tormentos do homem e as iniquidades do mundo aparecem nele sob um

aspecto nu e sem retórica, agravados pela imparcialidade estilística referida acima. (CANDIDO, 1995, p. 6)

4.5- O VERGALHO

No que se refere à temática da escravidão, objeto desta análise, *Memórias Póstumas de Brás Cubas* não seria, a princípio, um destes romances aos quais seus autores ocuparam muitas de suas laudas em dedicação ao assunto. Em 216 páginas, com mais de 60 mil palavras, apenas 12 são escritas com o radical *escrav* na primeira obra realista de Machado. Para que se tenha uma ideia, *O Mulato* de Aluísio Azevedo (2019) conta 66 vezes o vocábulo em 280 páginas, enquanto *A Escrava Isaura* de Bernardo Guimarães (2011), 258 em 199 páginas; o que nos levaria ao entendimento de que a escravidão estaria afastada do foco de *Memórias Póstumas de Brás Cubas*.

Contudo, ainda que exista alguma verdade nesta última afirmação, *Brás Cubas* é uma referência comum quando se busca menção à escravidão na obra de Machado. É seguro acreditar que isto aconteça, principalmente, pela realização do capítulo LXVIII / O VERGALHO, quando seria descrita uma forte cena, por sua expressividade, de um negro, açoitando outro, em construção semelhante à representação exposta no quadro *Aplicação do Castigo do Açoite* (2018), do pintor francês Jean-Baptiste Debret⁴⁸.

⁴⁸ Jean-Baptiste Debret foi um pintor e desenhista que integrou a Missão Artística Francesa (1817), que fundou, no Rio de Janeiro, uma academia de Artes e Ofícios, mais tarde Academia Imperial de Belas Artes, onde lecionou. De volta à França (1831) publicou *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil* (1834-1839), documentando aspectos da natureza, do homem e da sociedade brasileira no início do século XIX.

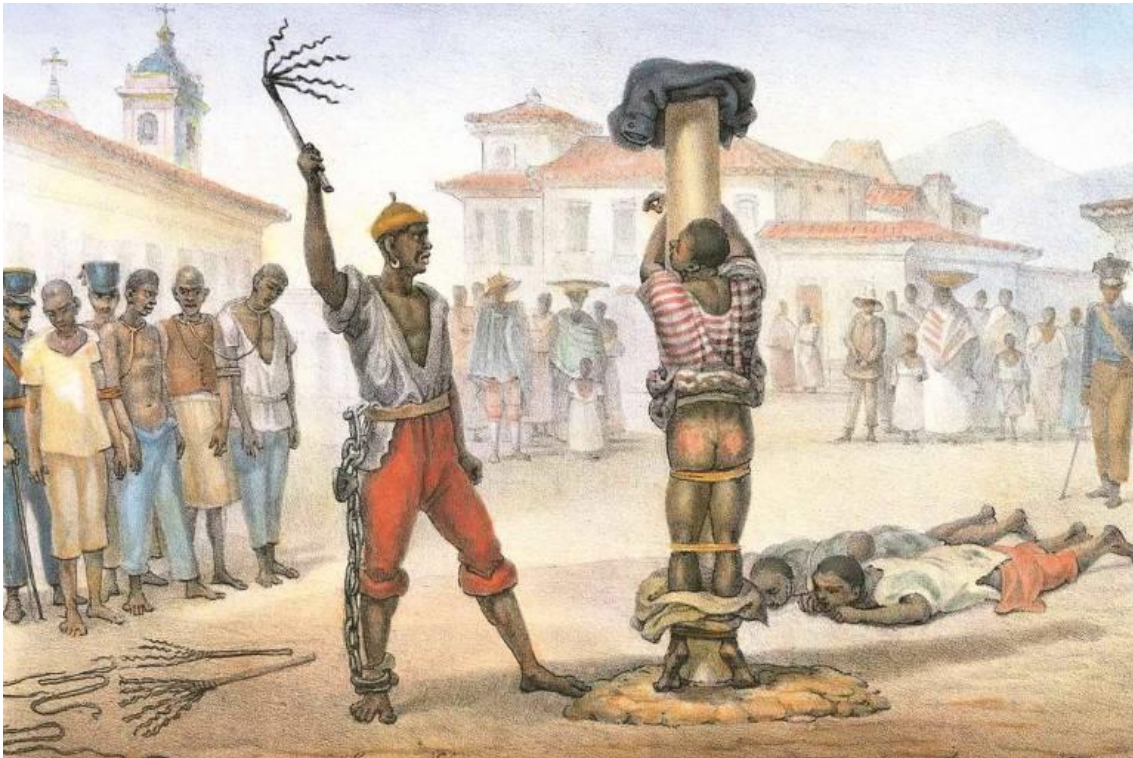


Figura 11 (DEBRET, 2018)

Embora haja diferença significativa entre a cena descrita em *Brás Cubas* e no quadro de Debret, a perversidade de tal acontecimento atrai a atenção do narrador, que fará algumas reflexões sobre o episódio.

A cena ocorre em uma praça pública, onde Prudêncio, escravo liberto da família Cubas, castiga a um cativo, o qual teria comprado. Ao presenciar a situação, Brás Cubas pede a Prudêncio benevolência para com o escravo, mesmo diante da transgressão que este tivera cometido, sendo prontamente atendido.

Tais eram as reflexões que eu vinha fazendo, por aquele Valongo fora, logo depois de ver e ajustar a casa. Interrompeu-me um ajuntamento; era um preto que vergalhava outro na praça. O outro não se atrevia a fugir; gemia somente estas únicas palavras: — “Não, perdão, meu senhor; meu senhor, perdão!” Mas o primeiro não fazia caso, e, a cada súplica, respondia com uma vergalhada nova. — Toma, diabo! dizia ele; toma mais perdão, bêbado! — Meu senhor! gemia o outro. — Cala a boca, besta! replicava o vergalho. Parei, olhei... Justos céus! Quem havia de ser o do vergalho? Nada menos que o meu moleque Prudêncio, — o que meu pai libertara alguns anos antes. Cheguei-me; ele deteve-se logo e pediu-me a bênção;

perguntei-lhe se aquele preto era escravo dele. — É, sim, nhonhô. — Fez-te alguma coisa? — É um vadio e um bêbado muito grande. Ainda hoje deixei ele na quitanda, enquanto eu ia lá embaixo na cidade, e ele deixou a quitanda para ir na venda beber. — Está bom, perdoa-lhe, disse eu. — Pois não, nhonhô. Nhonhô manda, não pede. Entra para casa, bêbado! (ASSIS, 1994, p. 76)

Nesta passagem, mesmo que socialmente Brás tenha figurado com aparente espírito republicano, este, ao refletir sobre o episódio, acharia este engraçado pela possibilidade de Prudêncio punir seu escravo como uma maneira de exorcizar as crueldades as quais teria sofrido durante a infância em razão da opressão que o próprio Brás lhe causara.

4.6- REFLEXÕES SOBRE O VERGALHO

O ponto de vista de Schwarz é o de que esta passagem se apresentaria como um exemplo daquilo que seria a crítica machadiana às contradições de uma sociedade na qual a perspectiva de avanço sucumbia às estruturas conservadoras enraizadas culturalmente, tornando emblemático o caso de um escravo liberto que adota prática semelhante a de seu antigo senhor, pervertendo a possibilidade de avanço social.

As conquistas liberais da Independência alteravam o processo político de cúpula e redefiniam as relações estrangeiras, mas chegavam ao complexo sócio-econômico gerado pela exploração colonial, que ficava intacto, como que devendo uma revolução. Noutras palavras o senhor e o escravo, o latifúndio e os dependentes, o tráfico negreiro e a monocultura de exportação permaneciam iguais, em contexto local e mundial transformado. (SCHWARZ, 2000, p. 36)

No entanto, apesar de causar impacto pela violência simbólica que haveria na construção de um evento em que um negro faz de outro seu escravo – o que não era algo extraordinário, na época, quando “Diversos trabalhos recentes documentam a prática bastante comum de negros e mulatos livres,

libertos e mesmos escravos serem donos de escravos.” (MARQUESE, 2006, p. 118)– há, segundo Trípoli, uma relativização da crueldade imposta por Prudêncio, quando o narrador de modo satírico faz uma “mea culpa” pelo ódio de seu antigo escravo.

Numa demonstração do poder e eficiência do condicionamento escravagista, Prudêncio, apesar de livre, o obedece como quando era escravo: "Senhor manda!" Num primeiro momento, a cena parece denegrir o escravo, pois expõe a sua crueldade e a falta de consideração para um outro da própria raça. Entretanto, não nos esqueçamos do tom satírico do romance e atentemos para a reflexão que faz Brás Cubas enquanto se afasta da cena: "Vergalho recebido, vergalho transferido"; que é um confesso "mea culpa" da personagem, ao perceber que o ex-escravo, com seu proceder, buscava compensar-se das pancadas que recebera no passado. (TRÍPOLI, 2006, p. 145,146)

Mantendo a postura de relativização da atitude de Prudêncio, no capítulo seguinte do romance, ao fazer reflexões sobre o evento na praça, Brás, segundo Trípoli, teria justificado a culpa de seu antigo escravo ao compará-lo com o louco Tarmelão, que, ironicamente, de tanto tomar tártaro, teria virado Tártaro. Deste modo, a atitude de Prudêncio teria sido um resultado das relações sociais, tal qual teriam sido as atitudes cruéis de seu cunhado Cotrim para com seus escravos.

As considerações do narrador, sobre o caso, terminam apenas no capítulo seguinte, ao qual se liga diretamente. Para fazê-lo, o narrador traz à cena a figura de um doido, Romualdo, que se denominava Tarmelão, e que de tanto tomar tártaro, tornara-se Tártaro. Esta anedota sugere que retomemos a frase usada para a defesa de Cotrim: "não se pode honestamente atribuir à índole original de um homem o que é puro efeito de relações sociais." Mais do que uma justificativa, o astuto narrador estabelece uma relação de igualdade entre o ex-escravo e seu cunhado. Seja ela no sentido da barbárie ou da inocência. (TRÍPOLI, 2006, p. 147)

Sendo verdadeiro o paralelo apresentado pela autora entre Prudêncio e Cotrim, também é fato a simetria entre as atitudes perversas do jovem Brás e as do escravo liberto. Logo, o narrador, ao relativizar a culpa de Cotrim e de

Prudêncio, estaria relativizando a própria culpa pelo mal tratamento imposto ao seu antigo escravo, quando ele próprio também seria resultado das relações sociais.

De todo modo, é curiosa a construção no romance de um processo que assemelha um alforriado ao seu antigo dono, ainda mais quando este acontecimento se realiza com base na possibilidade de Prudêncio, como Brás e Cotrim, ser proprietário de escravo, sendo este viés, para o narrador, um caminho que legitimaria socialmente a crueldade.

4.7- UNIVERSALIZAÇÃO DA ESCRAVIDÃO

Nossa hipótese é a de que, ao representar o caso de um negro castigando outro, Machado deslocaria o foco da emancipação de Prudêncio pela liberdade para representar a conquista da autonomia do mesmo a partir do momento em que adquirisse a capacidade de escravizar.

Assim, da maneira como foi estruturada na obra, em uma orientação que adota um ponto de vista literário, pode-se entender liberdade e escravismo em uma relação opositiva entre um ideal romântico e um aspecto realista da sociedade de então. Com isto, a representação da autonomia de um escravo por meio da liberdade em uma sociedade escravocrata seria um tanto quanto ingênua ou falaciosa, contrariando o que seria um entendimento crítico, tão caro aos escritores do Realismo.

Por esta razão, provavelmente, Machado teria considerado mais adequado emancipar Prudêncio pela perversidade, ao invés da liberdade, o que afastaria o romance *Brás Cubas* de um entendimento pueril das relações sociais.

Outro aspecto fundamental para assimilação do capítulo *O Vergalho* seria a compreensão do universalismo empreendido por Machado neste episódio.

Ao apresentar um negro escravizando seu semelhante, o escritor quebraria, em princípio, a relação branco contra negro, transformando-a em uma relação homem *versus* homem.

Se no quadro de Debret (2018) a ação acontece, supostamente, permeada pela vigilância de um soldado que acompanha o açoite, em *Brás Cubas* a crueldade é realizada pelos anseios do próprio Prudêncio. Aliás, ironicamente, quem pararia o espancamento seria um branco, que, como é sabido, não o faria por pena do que o escravo sofria ou por qualquer outra convicção ideológica, mas, aparentemente, para causar uma boa impressão às pessoas que viam o espancamento.

Logo, Prudêncio, aparentemente, não aconteceria na obra somente como uma representação de escravo, mas também como um exemplo de como as relações sociais podem resultar em um homem vil. Deste modo, seria, em princípio, pela maldade, não pela liberdade, que o antigo escravo será semelhante a Cotrim e Brás.

Em outro romance da chamada fase realista de Machado, *Esaú e Jacó*, podemos encontrar mais uma mostra do apreço do autor pelo universalismo em sua obra, quando é descrito didaticamente um entendimento universalizante de humanidade.

Era a primeira vez que as duas iam ao Morro do Castelo. Começaram de subir pelo lado da rua do Carmo. Muita gente há no Rio de Janeiro que nunca lá foi, muita haverá morrido, muita mais nascerá e morrerá sem lá pôr os pés. Nem todos podem dizer que conhecem uma cidade inteira. Um velho inglês, que aliás andara terras e terras, confiava-me há muitos anos em

Londres que de Londres só conhecia bem o seu clube, e era o que lhe bastava da metrópole e do mundo. (ASSIS, 1994, p. 2)

Como acontece em outros de seus textos, este seria um exemplo de como Machado parte de uma situação particular para se chegar ao universal, quando o velho inglês estaria afirmando que conhecer bem o seu clube seria o suficiente para se conhecer o mundo, sendo que em sua essência estes se repetiam.

Esta imagem pode ser concebida como um reflexo da vida do próprio escritor carioca, que, mesmo sem nunca sair do Rio de Janeiro, conseguiu retratar como poucos as nuances da alma humana.

Quanto à aproximação deste trecho com o episódio em que Prudêncio oprime outro escravo, pode-se compreender uma relação de simetria nas cenas uma vez que ambas trabalham com casos que vão do particular ao universal. Assim, enquanto em *Esaú e Jacó* o clube é elevado à condição de representação do mundo, em *Brás Cubas* o antigo escravo representa a humanidade, no momento em que este é apresentado escravizando outro negro. Tal evento se realizaria mediante a implementação de um caráter ambivalente em Prudêncio que, ao deixar a condição de escravo, passando a escravocrata, romperia com sua representação exclusiva da marginalização africana na sociedade para também espelhar o discurso do opressor branco. Com isto, ao ligar a sua personagem negra a dois grupos antagônicos, Machado elevaria Prudêncio a uma condição alegórica da humanidade.

Haveria nesta construção um fato curioso, quando, em uma época na qual havia um discurso direcionado à vitimização dos negros, culminando mais tarde na abolição da escravatura, Machado daria preferência a uma representação perversa de um escravo em seu romance, o que seria mais uma

evidência do caráter revolucionário do autor. Certamente, o conhecido estilo polido de escrita garantiu que não houvesse contestações ou censuras sobre este aspecto, além, é claro, de se tratar de uma cena corriqueira nas ruas do Rio naquele período.

Por outro lado, ao imputar uma característica decisiva do opressor ao oprimido, Machado optaria pela humanização do negro, ainda que pela perversidade, muito diferente do caminho de vitimização étnica adotado pelo Naturalismo, em uma perspectiva que seria justificada pela teoria de hierarquia de raças, sendo, nesta, a herança racial um fator determinante à escravidão.

Deste modo, acreditamos, em princípio, que Prudêncio seria uma das primeiras personagens negras da literatura brasileira a representar o homem por uma vertente universal, estando além da representação de sua etnia, fato a ser verificado em análise.

Assim, visando à validação desta perspectiva de universalização do negro, bem como o estudo da designação do vocábulo *escravo* em outros momentos do texto, será realizada uma análise enunciativa do romance *Memórias Póstumas de Brás Cubas*.

5. SENTIDOS DE ESCRAVIDÃO EM BRÁS CUBAS

Um dos fatores decisivos para realização de uma análise semântica de base enunciativa é a consideração da alocação, a qual acontece em um espaço enunciativo, configurado em uma cena enunciativa; como um aspecto que interfere na realização do sentido, uma vez que, conforme o desenvolvimento teórico apresentado no primeiro e segundo capítulo, a significação não se limitaria à referência. Correspondendo a este propósito teórico, adotamos como primeiro procedimento a análise do narrador, Brás Cubas, enquanto um sujeito discursivo.

5.1 BRÁS CUBAS

Escrito em primeira pessoa, o romance de Machado é narrado pela personagem Brás Cubas, que, depois de morto, decide escrever um livro para contar suas memórias, o que já é revelado na dedicatória do livro.

Ao verme que primeiro roeu as frias carnes do meu cadáver
dedico como saudosa lembrança estas Memórias Póstumas
(ASSIS, 1994, p. 1)

Seguido da dedicatória, o próprio autor defunto assina o prólogo⁴⁹, no qual, em uma série de reflexões metalinguísticas, faz referência direta ao seu leitor.

Mas eu ainda espero angariar as simpatias da opinião, e o primeiro remédio é fugir a um prólogo explícito e longo. O melhor prólogo é o que contém menos coisas, ou o que as diz de um jeito obscuro e trancado. Conseqüentemente, evito contar o processo extraordinário que empreguei na composição destas Memórias, trabalhadas cá no outro mundo. Seria curioso, mas nimiamente extenso, e aliás desnecessário ao entendimento da obra. A obra em si mesma é tudo: se te agradar, fino leitor, pago-

⁴⁹ Prólogo original, primeira edição.

me da tarefa; se te não agradar, pago-te com um piparote, e adeus. (ASSIS, 1994, p. 2)

Deste modo, vislumbrando a configuração da cena enunciativa, neste trecho, já constatamos as primeiras contradições no dizer deste narrador, que fala do lugar de defunto ao mesmo tempo que do lugar de escritor.

A obra em si mesma é tudo: se te agradar, fino leitor, pago-me da tarefa; se te não agradar, pago-te com um piparote, e adeus.

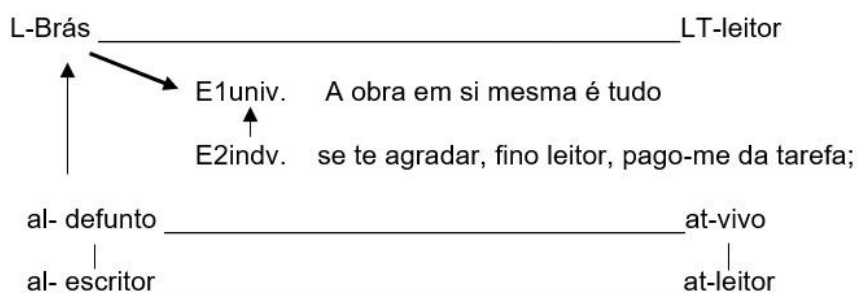
| | |
|--------------------|-----------|
| L-Brás _____ | LT-leitor |
| al- defunto _____ | at-vivo |
| al- escritor _____ | at-leitor |

Além disso, outro elemento que faz parte do caráter politópico da enunciação é o agenciamento enunciativo, o qual remete aos lugares de dizer⁵⁰.

Neste caso, o Locutor se apresenta em um primeiro momento como enunciador-universal, sendo na sequência apresentado por um enunciador-individual, o qual incide em E1, utilizando o enunciado, deste lugar, como argumento.

⁵⁰ Enunciar a partir de um modo de dizer seria um modo que apagaria o lugar social do locutor e a temporalidade da enunciação. Guimarães (2005, p. 26) categorizou estas formas de dizer em: enunciador-individual (quando a enunciação representaria o Locutor como independente da história), enunciador-coletivo (que seria semelhante ao individual, mas ao invés das marcas de individualidade, apresenta-se este imerso na coletividade), enunciador-genérico (quando a enunciação representaria o Locutor como difuso ao todo, quando o indivíduo fala como e com outros indivíduos) e enunciador-universal (quando a enunciação representaria o Locutor como fora da história e submetido ao regime do verdadeiro e do falso).

A obra em si mesma é tudo: se te agradar, fino leitor, pago-me da tarefa; se te não agradar, pago-te com um piparote, e adeus.



Ainda que esta configuração seja um tanto inusitada, quando acontece um locutor que ocuparia um lugar social de defunto, há uma importante consideração a ser feita sobre este evento, pois este será apresentado por Brás Cubas como um argumento de que esta condição o faria um ser amoral, como já é demonstrado no primeiro capítulo.

Algum tempo hesitei se devia abrir estas memórias pelo princípio ou pelo fim, isto é, se poria em primeiro lugar o meu nascimento ou a minha morte. Suposto o uso vulgar seja começar pelo nascimento, duas considerações me levaram a adotar diferente método: a primeira é que eu não sou propriamente um autor defunto, mas um defunto autor, para quem a campa foi outro berço; a segunda é que o escrito ficaria assim mais galante e mais novo. Moisés, que também contou a sua morte, não a pôs no intróito, mas no cabo: diferença radical entre este livro e o Pentateuco. (ASSIS, 1994, p. 2)

Para Guimarães & Gomes, haveria neste trecho uma argumentação no sentido da realização de um autor amoral e atemporal, o que daria maior liberdade à narração.

A argumentação interna do termo defunto, em defunto autor, é o que assegura a construção transgressiva da narrativa de iniciar pela morte do narrador e não pelo seu nascimento. O fato de ser um defunto autor tira-lhe a responsabilidade de seguir cânones de escrita e, dessa forma, lhe dá o direito de inverter a ordem comumente usada e de inovar (transgredir). (GUIMARÃES e GOMES, 2018, p. 79)

Este entendimento é reafirmado pelo narrador no capítulo XXIV, quando Brás, em oposição ao que seria a vida após morte, relata como a convivência em sociedade nos imporá a moralismos que muitas vezes causariam vexame ou nos levariam à prática da hipocrisia. Assim, ao ocupar um lugar de defunto, haveria uma indicação à compreensão de que o discurso não seria marcado por preocupações sociais.

Na vida, o olhar da opinião, o contraste dos interesses, a luta das cobiças obrigam a gente a calar os trapos velhos, a disfarçar os rasgões e os remendos, a não estender ao mundo as revelações que faz à consciência; e o melhor da obrigação é quando, à força de embaçar os outros, embaça-se um homem a si mesmo, porque em tal caso poupa-se o vexame, que é uma sensação penosa, e a hipocrisia, que é um vício hediondo. Mas, na morte, que diferença! que desabafo! que liberdade! Como a gente pode sacudir fora a capa, deitar ao fosso as lantejoulas, despregar-se, despintar-se, desafeitar-se, confessar lisamente o que foi e o que deixou de ser! Porque, em suma, já não há vizinhos, nem amigos, nem inimigos, nem conhecidos, nem estranhos; não há plateia. O olhar da opinião, esse olhar agudo e judicial, perde a virtude, logo que pisamos o território da morte; não digo que ele se não estenda para cá, e nos não examine e julgue; mas a nós é que não se nos dá do exame nem do julgamento. Senhores vivos, não há nada tão incomensurável como o desdém dos finados. (ASSIS, 1994, p. 35)

Todavia, como verificamos na configuração da cena enunciativa, essa argumentação é desconstruída, discursivamente, quando haveria uma disparidade latente em um Locutor, Brás Cubas, que ocupa o lugar de defunto ao mesmo tempo que ocupa o lugar social de escritor.

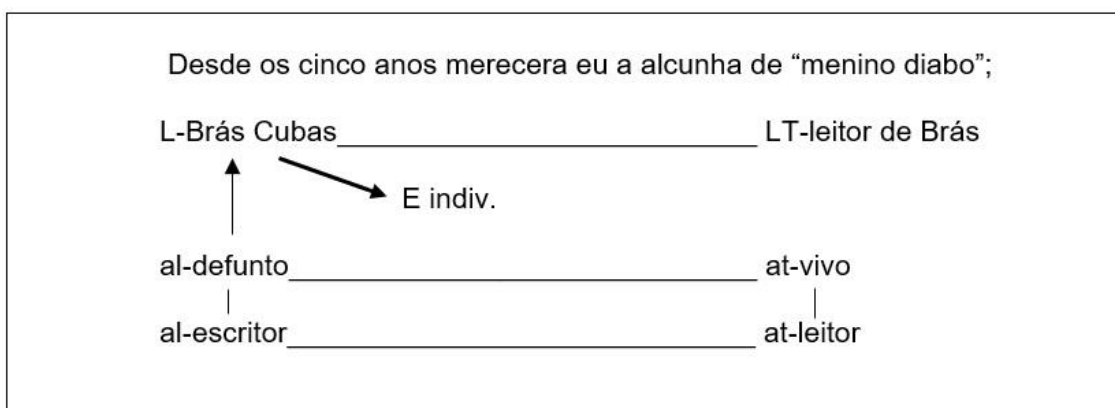
Esta contradição, em nossa perspectiva teórica, seria um aspecto constitutivo do Locutor, fazendo com que este ocupe um lugar no interdiscurso, lugar este que recorta uma memória no acontecimento, ainda que, pretensamente, este deseje se mostrar como amoral e atemporal.

Além disso, ao ocupar, ao longo da obra, outros lugares sociais na cena enunciativa, o Locutor Brás acontece de modo em que é reforçada a oposição ao suposto lugar social de defunto, como é possível visualizar no capítulo XI,

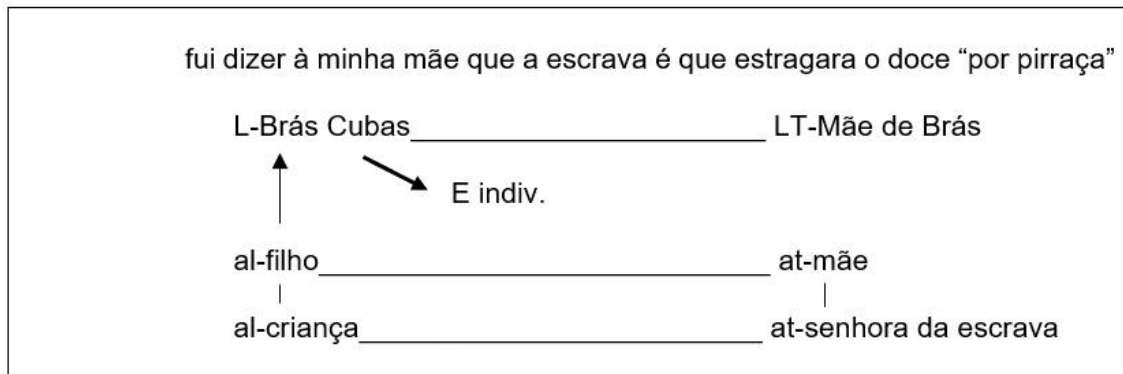
quando Brás, com ainda seis anos, agride fisicamente uma escrava por esta não atender sua vontade, injuriando-a em seguida.

Desde os cinco anos merecera eu a alcunha de “menino diabo”; e verdadeiramente não era outra coisa; fui dos mais malignos do meu tempo, arguto, indiscreto, traquinas e voluntarioso. Por exemplo, um dia quebrei a cabeça de uma escrava, porque me negara uma colher do doce de coco que estava fazendo, e, não contente com o malefício, deitei um punhado de cinza ao tacho, e, não satisfeito da travessura, fui dizer à minha mãe que a escrava é que estragara o doce “por pirraça”; e eu tinha apenas seis anos. (ASSIS, 1994, p. 15)

Neste recorte, o narrador faz a descrição de duas cenas enunciativas. A primeira seria a de uma alocação entre o Locutor Brás Cubas, o qual fala do lugar de defunto e escritor, enquanto seu Locutário é o seu leitor, o qual ocuparia o lugar de leitor e pessoa viva. Quanto ao lugar de dizer, o Locutor se apresenta como um enunciador-individual.



A configuração de outra cena enunciativa, descrita pelo narrador, apresenta uma situação de alocação entre ele e sua mãe. Nesta configuração, temos como Locutor Brás Cubas, ocupando, entre outros, o lugar de filho e criança, enquanto a mãe ocupa o lugar de mãe e senhora responsável pela escrava. Novamente, o Locutor fala do lugar de dizer individual.



Percebe-se que, na configuração das duas cenas, tanto Locutor, como Locutário, acontecem divididos em mais de um posicionamento enunciativo, característica comum quando a alocação é observada em perspectiva discursiva.

Ainda no recorte analisado, haveria uma terceira cena enunciativa, quando o narrador descreve uma alocação com uma escrava da casa. No entanto, trataremos a análise desta cena com mais afinco na sequência.

Já em uma análise voltada especificamente à questão dos sentidos de escravo no texto, sendo que, por hora, nosso objetivo é o de desconstruir a representação empírica da representação do narrador, que, ao se apresentar como defunto, pretende se mostrar como sujeito amoral. Neste sentido, é oportuno lembrar que, como já mencionado brevemente no segundo capítulo desta tese, a realização de um escritor defunto não seria o único recurso estilístico utilizado por Machado como meio para criação de um narrador espontâneo, como propõe Schwarz (2000).

O crítico literário defende um entendimento no qual o narrador assumiria vários papéis durante a narrativa para depois descartá-los, o que causaria uma desidentificação do mesmo.

Assim, desde a abertura o romance apresenta um narrador-personagem que dispõe de todo da tradição ocidental com espetacular desenvoltura. A sua superioridade consiste em não

se dar jamais por achado, a olhos alheios ou aos próprios, e se afirma através da desidentificação sistemática de si mesmo, cuja contrapartida é a constante adoção de novos papéis, logo postos de lado por sua vez. (SCHWARZ, 2000, p. 23)

Logo, segundo Schwarz, esta seria uma estratégia de desconstrução de todos lugares sociais ocupados pelo narrador, quando o conjunto destas posições sociais resultaria na anulação de todas elas.

Para exemplificar este processo: o narrador numa frase toma o acento bíblico, na frase seguinte o acento científico, na seguinte é um cronista mundano, depois é comerciante descarado e assim por diante. Temos, então, uma espécie de mascarada retórica, em que vão sendo percorridas as posições ideológicas do tempo. Mas o essencial é que o romance de Machado não para em nenhuma, é nisso que está a posição dele. O narrador percorre um conjunto de posições, repete o percurso até enjoar, mas sem se identificar com nenhuma delas, pondo como resultado final a nulidade de todas. Não é a nulidade desta ou daquela, é a nulidade de todas elas, que vão sendo deixadas umas pelas outras. Este processo de desidentificação permanente é que é, na minha opinião, a chave do estilo do Machado de Assis. (SCHWARZ, 1982, p. 316)

Embora se mostre verdadeira a perspectiva apresentada por Schwarz (1982), nesta menção a um traço estilístico de Machado, consideramos oportuno mostrar que, ao lançar mão da teoria enunciativa proposta por Guimarães (2018), adotamos uma perspectiva que não prevê um sujeito empírico, logo, o já referido processo de desidentificação permanente, apontado por Schwarz (1982), não causaria, em nosso entendimento, um efeito de sentido que impediria a identificação do narrador com um posicionamento social.

Deste modo, ainda que seja verdadeira a intenção do autor em anular o posicionamento social do narrador, em uma perspectiva que considera um falante empírico, do nosso ponto de vista enunciativo, isto não seria possível, uma vez que, para falar, o sujeito necessariamente ocupa um lugar no interdiscurso, o que significa ocupar um ou mais lugares sociais. Por esta razão, mesmo quando o Locutor enuncia a partir de lugares contraditórios, caso de

Brás, quando este fala do lugar de escritor e defunto, não haveria sequer um apagamento do lugar social por esta razão, quando, para nós, a contrariedade é um elemento constitutivo da materialidade discursiva do falante, o qual acontece dividido por se representar como origem do dizer, ao mesmo tempo que para falar precisa ocupar um lugar social.

[...] representação de origem do dizer, na sua própria representação de unidade e de parâmetro do tempo se divide porque para se estar no lugar de L [locutor] é necessário estar afetado pelos lugares sociais autorizados a falar, e de que modo, e em que língua. Ou seja, para o Locutor se representar como origem do que enuncia, é preciso que ele não seja ele próprio, mas um lugar social de locutor. (GUIMARÃES, 2005, p. 24)

Assim, apesar de Guimarães (2005) reconhecer no lugar de dizer um modo de apagamento do lugar social de dizer, haveria, necessariamente, uma relação entre estes, a qual interfere na significação do enunciado. Com isto, reafirmamos, em nosso entendimento, a impossibilidade de eliminação do lugar social na enunciação.

Desta maneira, em nossa leitura, a disparidade dos lugares sociais ocupados por Brás funcionaria como uma constatação da impossibilidade de um falante unívoco, quando o Locutor seria uma figura linguística que acontece agenciado no espaço enunciativo, sendo ele constituído pelos lugares enunciativos que ocupa na cena enunciativa, como afirma Guimarães.

Os lugares enunciativos são configurações específicas do agenciamento enunciativo para “aquele para quem se fala”. Na Cena Enunciativa “aquele que fala” ou “aquele para quem se fala” não são pessoas donas de seu dizer. (GUIMARÃES, 2005, p. 23)

Feitas estas considerações a respeito da construção e constituição do narrador defunto, analisaremos, na sequência, as relações entre palavras e enunciados que, de alguma forma, interferem nos sentidos de escravo no romance.

Quando houver uma situação de alocação mais específica, o primeiro procedimento, para análise, será a observação da configuração da cena enunciativa em que a palavra acontece, pois, conforme aponta Guimarães (2009), este é um fator que, em uma relação de contiguidade, interfere na significação. Em seguida, analisaremos os DSDs⁵¹ das palavras para saber como a relação destas com outras palavras do texto determinam seus significados.

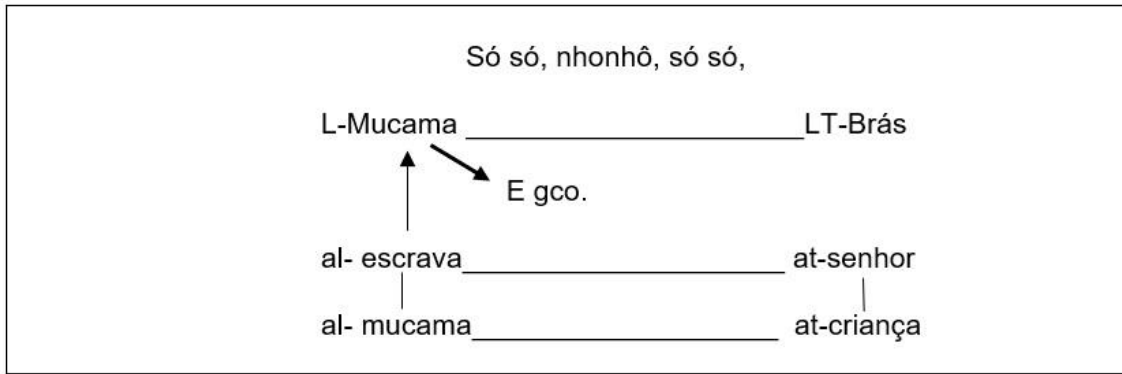
5.2 CAPÍTULO X / NAQUELE DIA

No capítulo X acontece a primeira menção do texto relacionada à escravidão, quando o narrador descreve uma situação de alocação entre ele, ainda bebê, e uma mucama da casa.

Item, comecei a andar, não sei bem quando, mas antes do tempo. Talvez por apressar a natureza, obrigavam-me cedo a agarrar às cadeiras, pegavam-me da fralda, davam-me carrinhos de pau. — Só só, nhonhô, só só, dizia-me a mucama. E eu, atraído pelo chocalho de lata, que minha mãe agitava diante de mim, lá ia para a frente, cai aqui, cai acolá; e andava, provavelmente mal, mas andava, e fiquei andando. (ASSIS, 1994, p. 15)

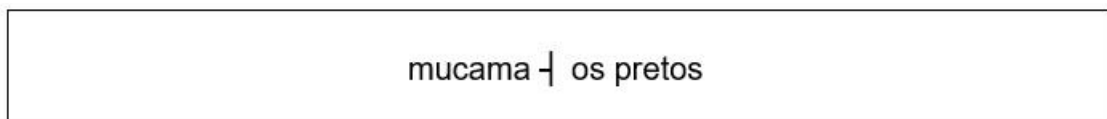
A configuração desta cena enunciativa, em específico, tem como Locutor a mucama, ocupando o lugar de escrava, além de também ocupar o lugar de mucama por cuidar de uma criança, enquanto o pequeno Brás ocupa o lugar de senhor e criança. Quanto ao lugar de dizer, o Locutor acontece como enunciador-genérico.

⁵¹ Reescrituras e articulações.



Neste primeiro enunciado relacionado ao sentido de *escravo* no texto, embora seja uma passagem curta, ao ser articulada em coordenação, significando em enumeração, com o enunciado *chocalho de lata, que minha mãe agitava diante de mim*, faz com que aconteça uma significação de vínculo afetivo, ainda que o trecho analisado seja predominantemente descritivo, quando apresentado por um enunciador genérico.

Quanto ao DSD, *mucama* é uma reescrita de *os pretos*⁵² em um procedimento de definição, produzindo o sentido de especificação, sendo, nesta relação de determinação, significada como propriedade da família Cubas, em que *mucama* é constituída como hiponímia de *os pretos*.



5.3 CAPÍTULO XI / O MENINO É PAI DO HOMEM

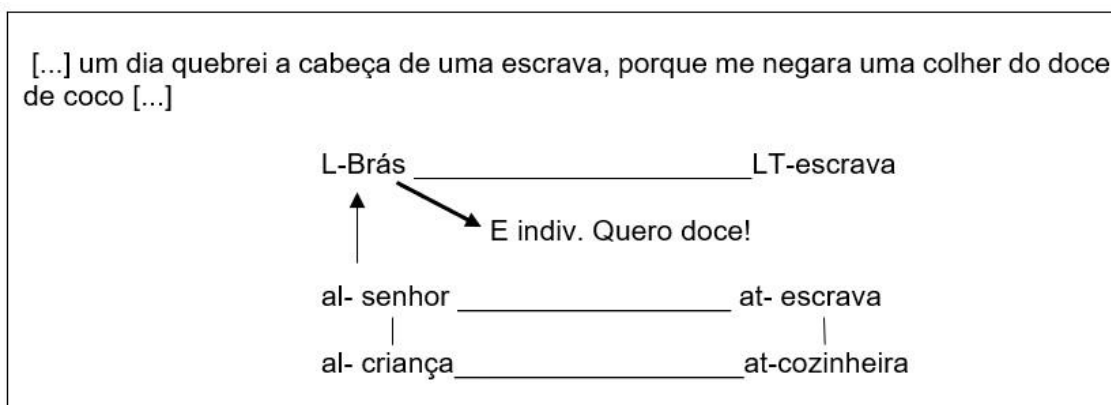
Diferente do episódio anterior, há neste capítulo um considerável desenvolvimento dos sentidos de escravo no texto.

⁵² Capítulo XLVI / A Herança “Cotrim não aceita os pretos, quer só o boleeiro de papai e o Paulo...”.

Assim, retomando a análise do recorte⁵³ a seguir, o narrador conta que, quando ainda era um menino, quebrara um tacho na cabeça de uma escrava por ter sido contrariado.

Desde os cinco anos merecera eu a alcunha de “menino diabo”; e verdadeiramente não era outra coisa; fui dos mais malignos do meu tempo, arguto, indiscreto, traquinas e voluntarioso. Por exemplo, um dia quebrei a cabeça de uma escrava, porque me negara uma colher do doce de coco que estava fazendo, e, não contente com o malefício, deitei um punhado de cinza ao tacho, e, não satisfeito da travessura, fui dizer à minha mãe que a escrava é que estragara o doce “por pirraça”; e eu tinha apenas seis anos. (ASSIS, 1994, p. 15)

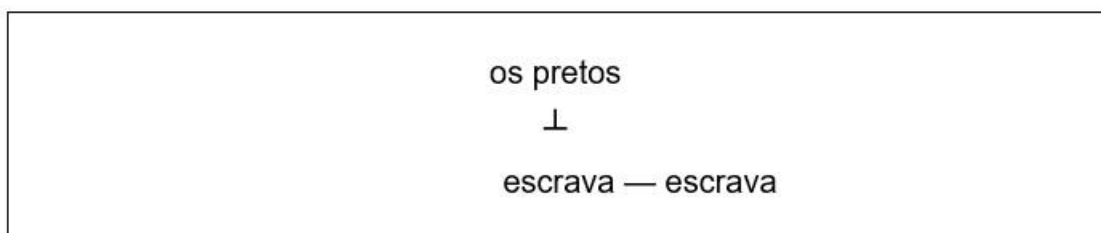
Visualizando uma das cenas enunciativas, a qual é subentendida na descrição feita pelo narrador, encontramos o Locutor Brás Cubas ocupando o lugar de menino e senhor, enquanto sua Locutária, referida por sua posição social, ocupa o lugar de escrava e cozinheira, enunciando o Locutor de um lugar de dizer individual.



Quanto às determinações de sentido envolvendo os vocábulos que significam *escravo*, encontramos a palavra *escrava* escrita duas vezes, por se tratar de uma escrava da casa de Brás, como é o caso de *mucama* no capítulo X, o vocábulo *escrava* acontece como uma reescritura de *os pretos*, em

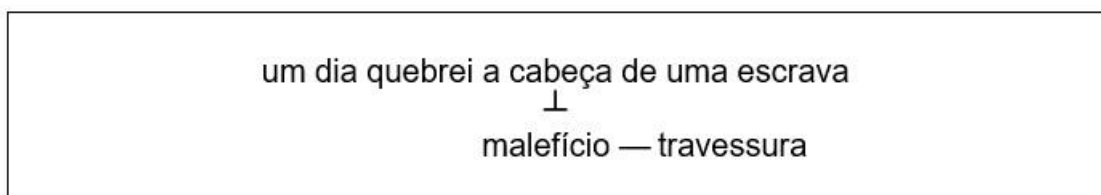
⁵³ Recorte utilizado em análise anterior, no tópico Brás Cubas.

procedimento de especificação por definição, produzindo um sentido de hiponímia em relação à expressão *os pretos*.

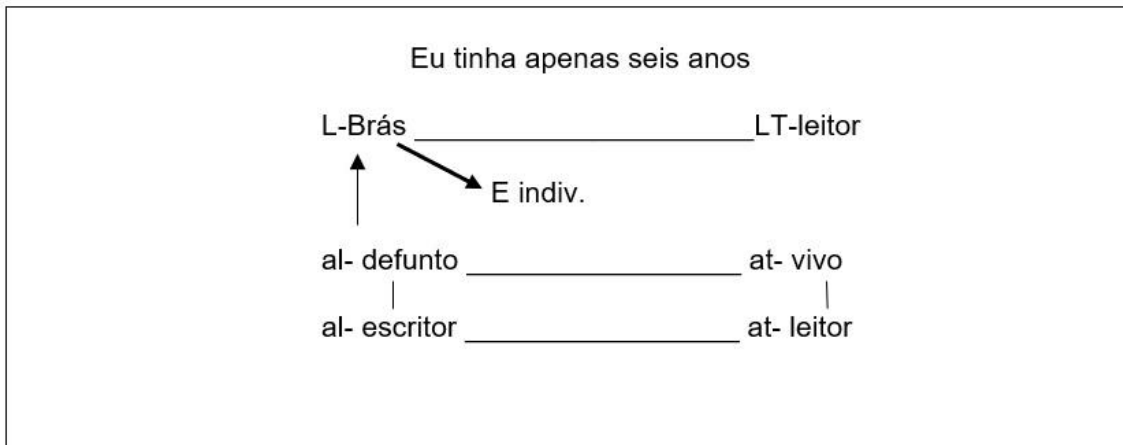


No entanto, o ponto que merece destaque neste recorte é a reescritura da sequência *um dia quebrei a cabeça de uma escrava por malefício*, pois esta indicaria a escrava como vítima das mazelas do menino, reescritura, esta, que acontece em um procedimento de condensação, significando por generalização, funcionando *malefício* como um hiperônimo da ação do menino.

Por outro lado, a reescritura de *malefício* por *travessura*, relativiza o sentido de *malefício*. Neste caso, o procedimento é o de substituição, significando por sinonímia.

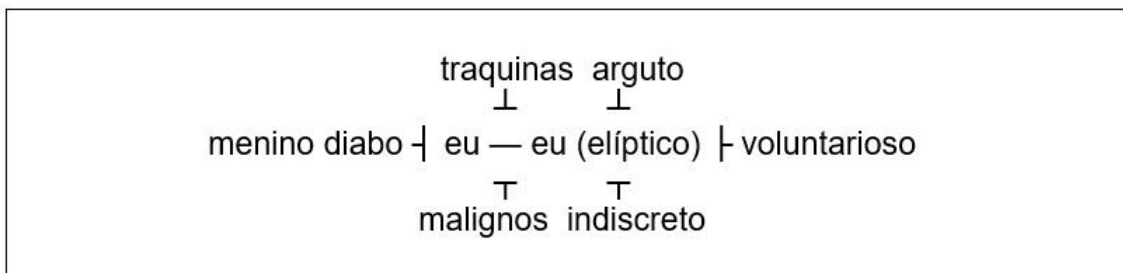


Ainda no final deste primeiro trecho, o aspecto de crueldade volta a ser apontado, quando este é amplificado pela articulação por incidência entre todo recorte, até o ponto e vírgula, com o enunciado *e eu tinha apenas seis anos*, operando o advérbio *apenas* como um marcador de argumentativa (enunciativa) do Locutor, que enuncia de um lugar de dizer individual.



Essa dualidade entre uma suposta ingenuidade da infância e alguns traços de maldade é aparente na reescritura do pronome pessoal *eu* (Brás Cubas) por *menino diabo*, a qual acontece no início do recorte, em procedimento de substituição por especificação, em que *menino diabo* é relacionado em sinonímia a *eu*.

O pronome *eu* ainda será reescrito por *eu* (elíptico), significando sinonímia, sendo este predicado pelos vocábulos *malignos* (*um dos*), *arguto*, *indiscreto*, *traquinas* e *voluntarioso*, em uma articulação coordenada, a qual significa por enumeração, cujo sentido é sinonímico.

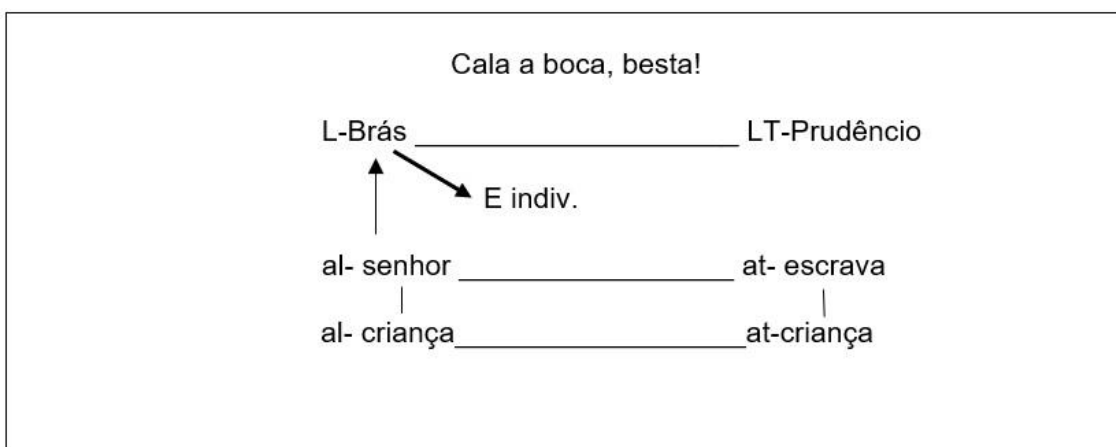


Nota-se que, em contraste à relação construída no capítulo anterior, quando acontece um indício de significação afetiva no sentido de *mucama*, há, nos DSDs vistos neste capítulo, um sentido de opressão, sendo *escrava* significada como vítima do *menino diabo*.

Esta relação opressiva é reiterada na sequência do episódio, quando o narrador rememora eventos entre ele e um menino que era um escravo da casa, o Prudêncio, personagem negro que será mais citado e desenvolvido na narração. No recorte, Brás Cubas segue na descrição de suas “travessuras”, sendo o Prudêncio a vítima da vez.

Prudêncio, um moleque de casa, era o meu cavalo de todos os dias; punha as mãos no chão, recebia um cordel nos queixos, à guisa de freio, eu trepavalhe ao dorso, com uma varinha na mão, fustigava-o, dava mil voltas a um e outro lado, e ele obedecia, — algumas vezes gemendo, — mas obedecia sem dizer palavra, ou, quando muito, um — “ai, nhonhô!” — ao que eu retorquia: — “Cala a boca, besta!” (ASSIS, 1994, p. 15)

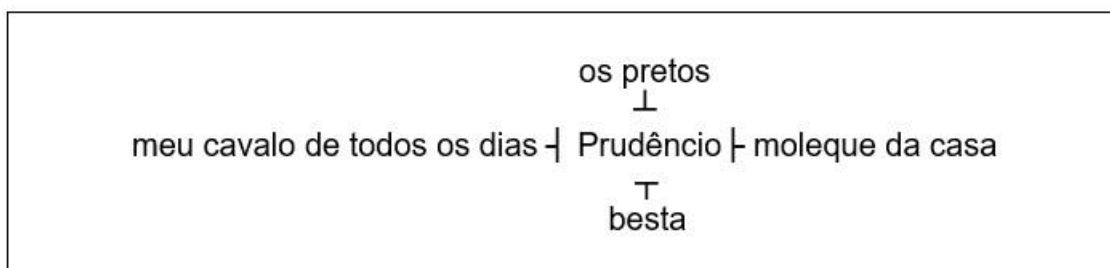
Na descrição da cena enunciativa, há uma alocação entre o Locutor Brás Cubas que fala do lugar social de senhor e criança, sendo seu Locutário Prudêncio, o qual ocupa o lugar de escravo e criança, enunciando o Locutário como enunciador individual.



Analisada sua designação, o vocábulo *Prudêncio* é reescrito por *moleque da casa* em um processo de definição que é significado por especificação, sendo redito por *meu cavalo de todos os dias* em reescritura por expansão, a qual significa por desenvolvimento, produzindo, as duas reescrituras, uma relação sinonímica. Já no final do trecho, acontece uma nova reescritura de *Prudêncio*

por *besta*, em um processo de definição que significa por especificação, também em relação sinonímica.

Além disso, no entendimento do romance como unidade, *Prudêncio* seria, também, uma reescritura de *os pretos*, por ser um dos escravos da casa, o que implica em uma reescritura em procedimento de definição, significando por especificação, sendo *Prudêncio* significado como um hipônimo de *os pretos*.



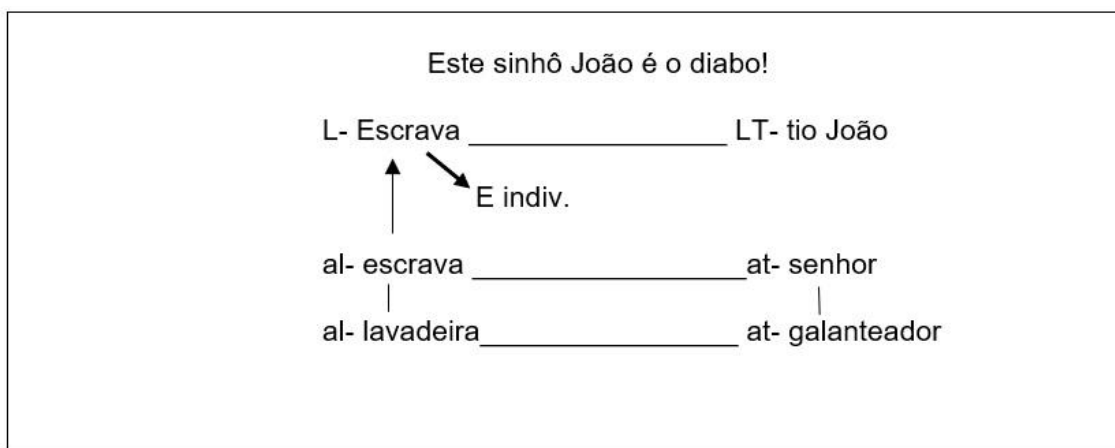
Nota-se a significação de Prudêncio como avessa à condição humana, sentido reiterado por seu silenciamento na enunciação, semelhante ao que ocorrera com a escrava na cozinha.

Ainda neste capítulo, veremos que Brás Cubas não seria o único membro da família a explorar de maneira menos habitual a condição servil dos escravos. Aparentemente, por seu comportamento, a personagem tio João teria especial interesse pelas escravas da casa, quando este seria predicado, entre outros elementos, por “vida galante”.

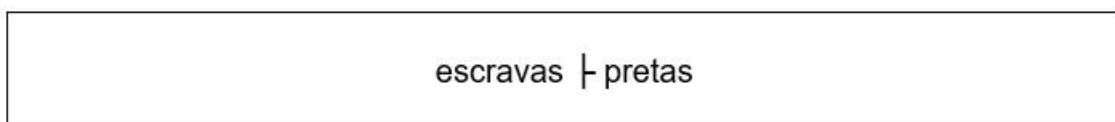
Vimos os pais; vejamos os tios. Um deles, o João, era um homem de língua solta, vida galante, conversa picaresca. Desde os onze anos entrou a admitir-me às anedotas reais ou não, eivadas todas de obscenidade ou imundície. Não me respeitava a adolescência, como não respeitava a batina do irmão; com a diferença que este fugia logo que ele enveredava por assunto escabroso. Eu não; deixava-me estar, sem entender nada, a princípio, depois entendendo, e enfim achando-lhe graça. No fim de certo tempo, quem o procurava era eu; e ele gostava muito de mim, dava-me doces, levava-me a passeio. Em casa, quando lá ia passar alguns dias, não poucas vezes me aconteceu achá-lo, no fundo da chácara, no lavadouro, a palestrar com as escravas que batiam roupa; aí é que era um desfiar de anedotas, de ditos, de perguntas, e um estalar de risadas, que ninguém podia ouvir, porque o lavadouro ficava muito longe de casa. As

pretas, com uma tanga no ventre, a arregaçar-lhes um palmo dos vestidos, umas dentro do tanque, outras fora, inclinadas sobre as peças de roupa, a batê-las, a ensaboá-las, a torcê-las, iam ouvindo e redargüindo às pilhérias do tio João, e a comentá-las de quando em quando com esta palavra: — Cruz, diabo!... Este sinhô João é o diabo! (ASSIS, 1994, p. 16)

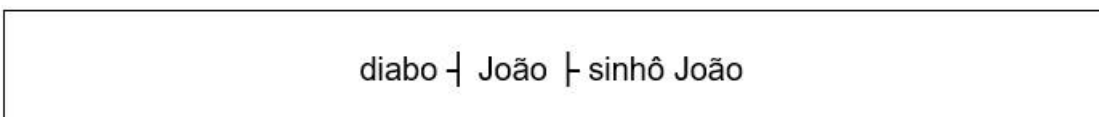
Podemos observar neste recorte, a descrição de uma alocação entre uma Locutora preta, o qual ocupa o lugar de escrava ao mesmo tempo que o de lavadeira, tendo como Locutário tio João, que além do lugar social de senhor, ocupa o lugar de galanteador, enunciando a Locutora de um lugar de dizer individual.



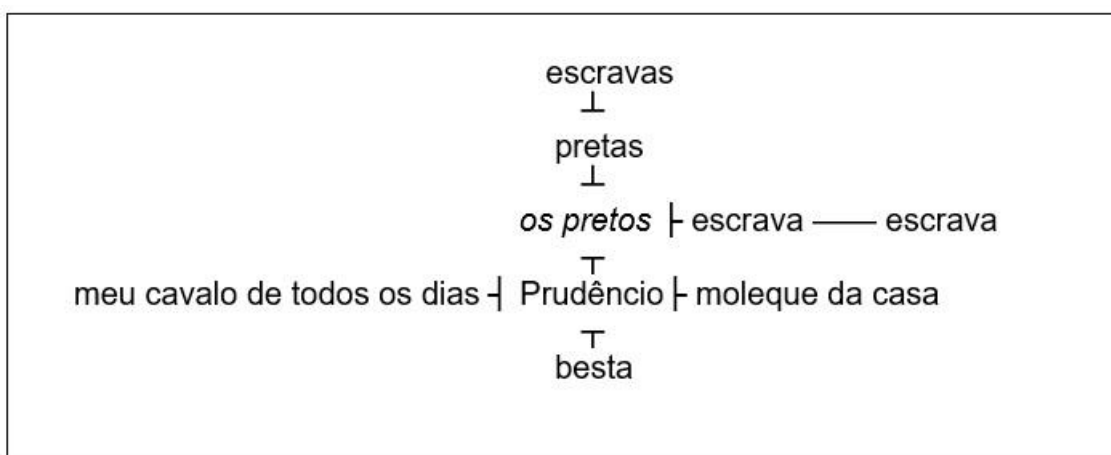
Já a reescritura de *escravas* por *pretas*, em substituição, produz um efeito de generalização, reiterando o pressuposto de que o negro seja escravo, em uma relação em que *pretas* significa como um hiperônimo de *escravas*.



Na verificação do DSD de *João*, observamos este vocábulo redito por *sinhô João* em procedimento de expansão, significando por desenvolvimento, sendo *João* ainda predicado por *diabo*, nos dois casos em relação sinonímica.



Observadas em conjunto, as reescrituras de *os pretos*⁵⁴, neste capítulo, configuram o seguinte DSD:



Um primeiro aspecto a ser considerado nestes DSDs seria a constatação da etnia africana, *pretas*, sendo determinada pela condição social, *escravas*, o que revela entre estes vocábulos um princípio de equivalência. Além disso, acirra a significação de precariedade da condição do negro as reescrituras de *Prudêncio* por *meu cavalo de todos os dias* e *besta*, quando haveria um processo de desumanização do escravo, fato reforçado na reescritura *moleque da casa*, em que a personagem é significada como propriedade da família.

Esta relação de sentidos evidencia, de alguma forma, que a perversidade imposta aos escravos não estaria limitada ao trabalho forçado, mas também às condições vexatórias as quais estes eram submetidos.

A própria designação de *Brás* e de *tio João*, designados, respectivamente, por *menino diabo* e *diabo*, revelam a oposição de sentidos entre aqueles que seriam as vítimas e os algozes.

Com isto, podemos afirmar que neste capítulo a relação brancos e negros desenvolve uma significação que remete à degradação dos escravos.

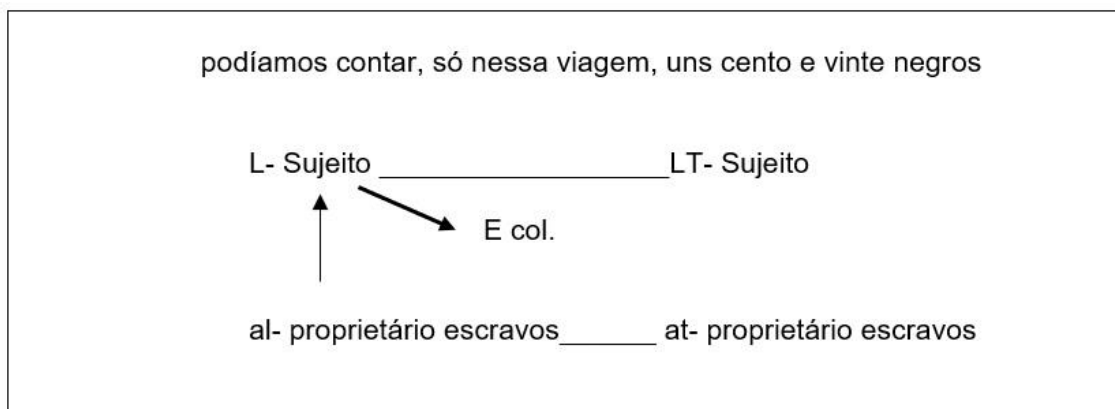
⁵⁴ Escravos da família Cubas, capítulo XLVI.

5.4 CAPÍTULO XII / UM EPISÓDIO DE 1814

O EPISÓDIO, referido no capítulo, remete, mais especificamente, a outra travessura do menino Brás; desta vez tendo como vítimas as personagens Vilaça e Dona Eusébia. Todavia, o que de fato nos interessa é a descrição de uma conversa entre dois supostos proprietários de escravos.

Um sujeito, ao pé de mim, dava a outro notícia recente dos negros novos, que estavam a vir, segundo cartas que recebera de Loanda, uma carta em que o sobrinho lhe dizia ter já negociado cerca de quarenta cabeças, e outra carta em que... Trazia as justamente na algibeira, mas não as podia ler naquela ocasião. O que afiançava é que podíamos contar, só nessa viagem, uns cento e vinte negros, pelo menos. (ASSIS, 1994, p. 19)

A cena enunciativa desta alocução, descrita por Brás, apresenta como Locutor um sujeito, que fala do lugar de proprietário de escravos, tendo como Locutário outro sujeito, que, aparentemente, também ocuparia o lugar de proprietário de escravos. Na cena enunciativa, o Locutor é agenciado em um lugar de dizer coletivo.



Nesta conversa entre proprietários, *negros novos* é reescrito por *cabeças* em procedimento de definição por generalização, em uma relação de hiperonímia, sendo *negros novos* também redito por *negros* em uma condensação que significa sinonímia.

negros – negros novos | cabeças

É importante notar que o memorável recortado pelo vocábulo *cabeça* remete à negociação de rebanhos, sendo este mais um fator que faz impositiva a significação do negro como propriedade, sentido ainda reforçado pelo vínculo com o termo *negociado*.

Outro ponto relevante seria o fato de a alocação entre os proprietários de escravos ocorrer em relação de articulação por coordenação com outro evento, descrito anteriormente, o qual aparentemente se mostra como trivial.

No meio do interesse grande e comum, agitavam-se também os pequenos e particulares. As moças falavam das modinhas que haviam de cantar ao cravo, e do minuete e do solo inglês; nem faltava matrona que promettesse bailar um oitavado de compasso, só para mostrar como folgara nos seus bons tempos de criança. (ASSIS, 1994, p. 19)

Todavia, para Schwarz, esta relação não seria coincidência. Segundo o autor, a convivência harmoniosa entre elementos oriundos do processo civilizatório europeu e a manutenção de instituições arcaicas da colônia, como o regime escravocrata, seria uma nuance da elite brasileira explorada por Machado de Assis em sua obra.

[...] a vida brasileira impunha à consciência burguesa uma série de acrobacias que escandalizam e irritam o senso crítico. Sirva de exemplo um discurso parlamentar famoso, de Bernardo Pereira de Vasconcelos, segundo o qual, ao contrário do que se pensava, a África é que civilizaria o Brasil. Diante da surpresa dos colegas da Câmara, o estadista completava: “Sim, a civilização brasileira de lá veio, porque daquele continente veio o trabalhador robusto, o único que sob este céu [...] poderia ter produzido, como produziu, as riquezas que proporcionaram a nossos pais recursos para mandar seus filhos estudar nas academias e universidades da Europa, ali adquirirem os conhecimentos de todos os ramos do saber, os princípios da Filosofia do Direito, em geral, e do Direito Público Constitucional, que impulsionaram e apressaram a Independência e presidiram à organização consagrada na Constituição e noutras leis

orgânicas, ao mesmo tempo fortalecendo a liberdade”. Nestas circunstâncias, os amigos do progresso e da cultura podem ser inimigos da escravidão? (SCHWARZ, 2000, p. 29,30)

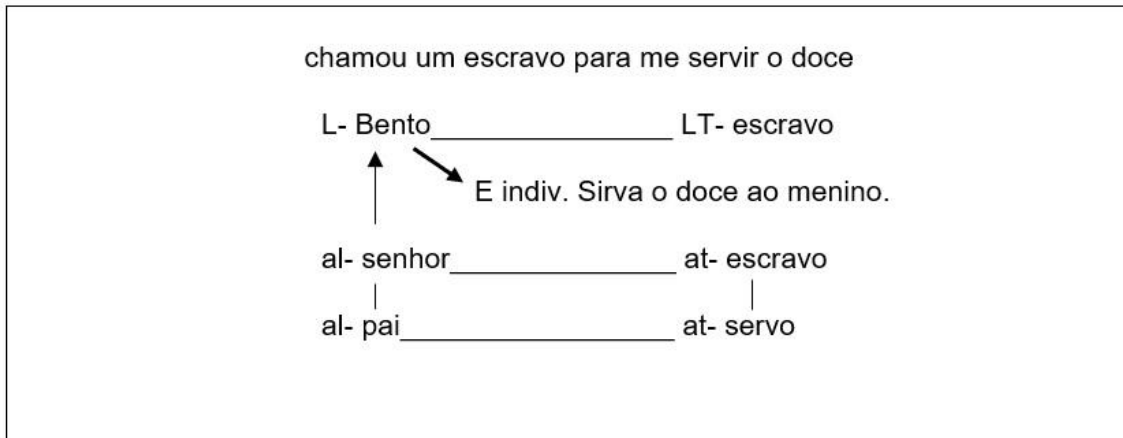
Logo, segundo Schwarz, haveria uma crítica feita por Machado a este caráter ambivalente da aristocracia brasileira, a qual se amoldava a conceitos europeus, ao mesmo tempo que os subvertia, visando atender aos seus interesses.

[...] sempre tendo em vista a natureza do humor machadiano: os setores europeizantes da sociedade brasileira participavam sim da civilização burguesa, embora de modo peculiar, semidistanciado, que levava a invocá-la e descumpri-la alternada e indefinidamente. (SCHWARZ, 2000, p. 30)

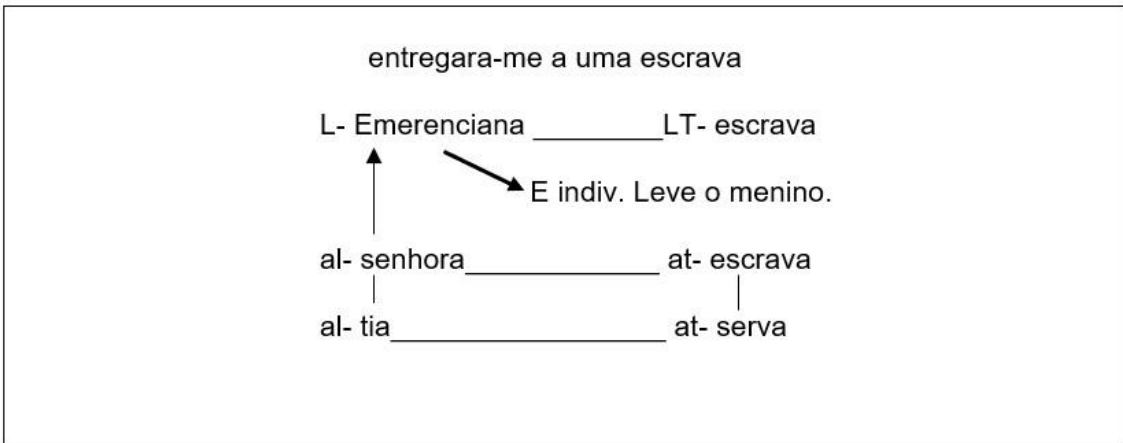
Na sequência do capítulo, há ainda a descrição de duas cenas enunciativas em que os Locutários são escravos. No primeiro caso, o pai de Brás, Bento, chama um escravo para servir o filho, enquanto, logo em seguida, a tia Emerenciana pede para que uma escrava retire o menino por este não se portar adequadamente à mesa.

Meu pai, que seria capaz de me dar o sol, se eu lho exigisse, chamou um escravo para me servir o doce; mas era tarde. A tia Emerenciana arrancara-me da cadeira e entregara-me a uma escrava, não obstante os meus gritos e repelões. (ASSIS, 1994, p. 19)

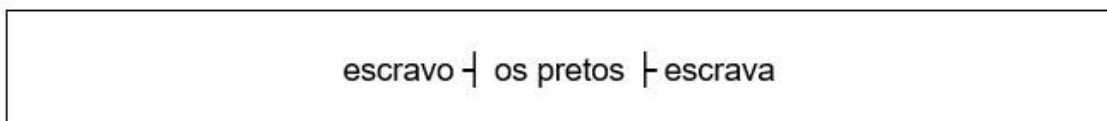
Assim, a primeira cena é configurada pelo Locutor Bento, ocupando o lugar de senhor e pai, enquanto o Locutário escravo ocuparia o lugar de servo e escravo, enunciando o Locutor de um lugar de dizer individual.



A cena posterior, de modo semelhante, tem como Locutor a tia Emerenciana, ocupando o lugar de senhora, sendo sua Locutária a escrava, a qual ocupa o lugar de serva, com a Locutora falando por meio de uma enunciação individual.



Quanto aos DSDs dos vocábulos *escravo* e *escrava*, novamente por referirem aos escravos da casa da família Cubas, seriam estes reescrituras de *os pretos*, em ambos os casos em procedimento de definição, produzindo o sentido de especificação, em uma relação de hiperonímia.

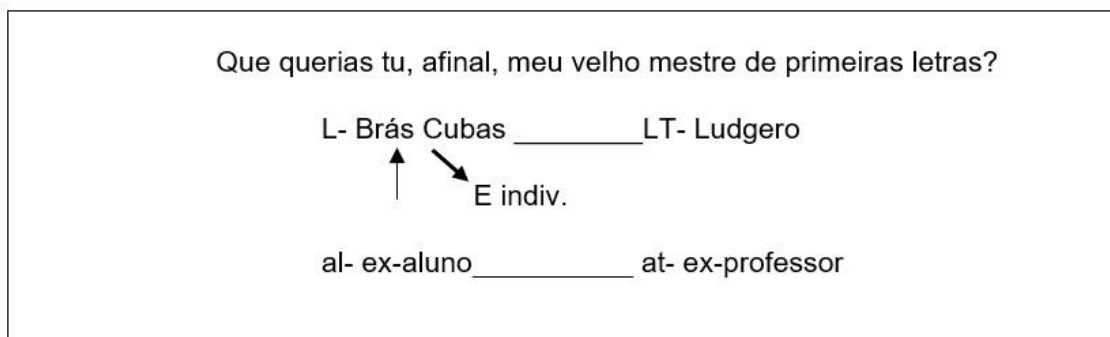


5.5 CAPÍTULO XIII / UM SALTO

No presente episódio, Brás Cubas descreve a lembrança de seu professor das primeiras letras. A passagem é objeto de nosso estudo por haver nela a citação da figura de um preto ancião que teria chorado a morte do professor.

Que querias tu, afinal, meu velho mestre de primeiras letras? Lição de cor e compostura na aula; nada mais, nada menos do que quer a vida, que é das últimas letras; com a diferença que tu, se me metias medo, nunca me meteste zanga. Vejo-te ainda agora entrar na sala, com as tuas chinelas de couro branco, capote, lenço na mão, calva à mostra, barba rapada; vejo-te sentar, bufar, grunhir, absorver uma pitada inicial, e chamar-nos depois à lição. E fizeste isto durante vinte e três anos, calado, obscuro, pontual, metido numa casinha da Rua do Piolho, sem enfadar o mundo com a tua mediocridade, até que um dia deste o grande mergulho nas trevas, e ninguém te chorou, salvo um preto velho, — ninguém, nem eu, que te devo os rudimentos da escrita. Chamava-se Ludgero o mestre; (ASSIS, 1994, p. 21)

Percebe-se no trecho uma alocação incomum entre o narrador defunto e um interlocutor, tratado por tu, que também estaria morto. Assim, a cena enunciativa teria como Locutor Brás Cubas, ocupando o lugar de ex-aluno, sendo seu Locutário o mestre Ludgero, que ocupa o lugar de ex-professor, sendo o Locutor agenciado em um lugar de dizer individual.



Haveria uma descrição desfavorável ao professor nesta lembrança, quando as ações e comportamentos do professor são reescritos por mediocridade em um procedimento de condensação em um efeito de totalização, em uma relação sinonímica.

vejo-te sentar, bufar, grunhir, absorver uma pitada inicial, e chamar-nos depois à lição. E fizeste isto durante vinte e três anos, calado, obscuro, pontual, metido numa casinha da Rua do Piolho

⊥

mediocridade

A *mediocridade*, dita pelo narrador, é articulada, em coordenação, com *ninguém te chorou*. Com isto, a expressão *salvo um **preto** velho*, que aparece entre vírgulas, aconteceria como oposição à expressão *ninguém te chorou*.

No entanto, a reescritura do trecho *ninguém te chorou, salvo um preto velho* por *ninguém*, em procedimento de condensação, produzindo sentido por sinonímia, faz com que esta oposição seja apagada.

ninguém te chorou, salvo um preto velho, — ninguém

Um aspecto curioso desta passagem seria o de revelar que o baixo prestígio social do negro não estaria necessariamente vinculado à condição de escravo, quando não é exposto se o *preto velho*, redito por *ninguém*, seria ou não um cativo.

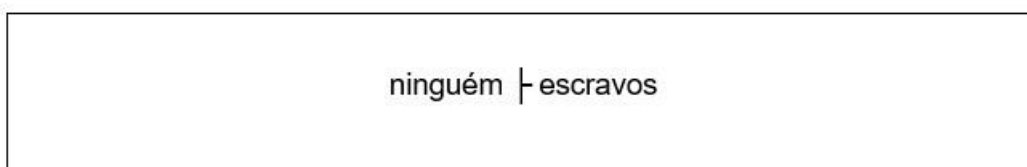
5.6 CAPÍTULO XV / MARCELA

Marcela teria sido o primeiro amor de Brás. No romance, o narrador destaca o interesse que sua primeira amada teria por joias, como apresentado na celebre passagem “Marcela amou-me durante quinze meses e onze contos de réis” (ASSIS, 1994, p. 25).

Caracterizando este apego de Marcela por seus valiosos presentes, o recorte a seguir apresenta uma referência a escravo.

Gostava muito das nossas antigas dobras de ouro, e eu levava-lhe quantas podia obter; Marcela juntava-as todas dentro de uma caixinha de ferro, cuja chave ninguém nunca jamais soube onde ficava; escondia-a por medo dos escravos. (ASSIS, 1994, p. 23)

A relação de determinação apresenta o vocábulo *ninguém* sendo reescrito por *escravos*, em procedimento de definição, significando especificação, em uma relação sinonímica.



Um aspecto a ser observado nesta reescritura é o de que, ao significá-la por especificação, é apagada a abrangência, ou totalidade, de *ninguém*, limitando a incidência de *medo* a *escravos*.

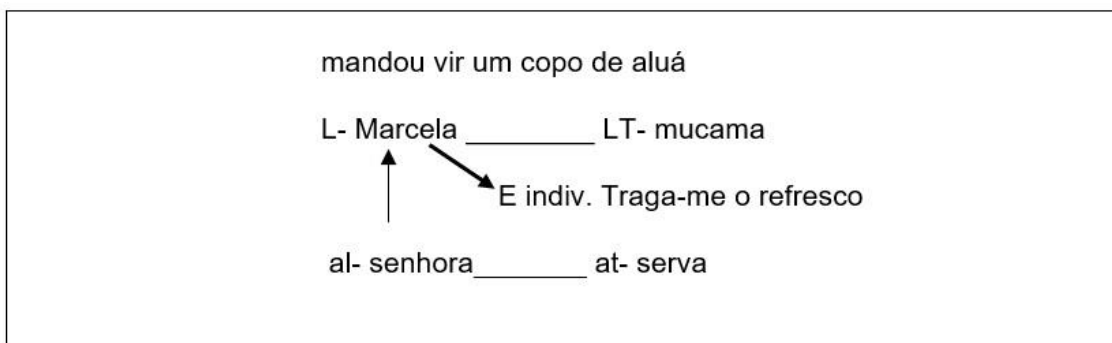
5.7 CAPÍTULO XVII / DO TRAPÉZIO E OUTRAS COISAS

No desenvolvimento do romance entre Brás e Marcela há uma discussão em razão da mesma manifestar que não o acompanharia em viagem para Europa. A viagem, planejada pelo pai do narrador, seria um modo para separar Brás de sua amante.

— Por que não? — Não posso, disse ela com ar dolente; não posso ir respirar aqueles ares, enquanto me lembrar de meu pobre pai, morto por Napoleão... — Qual deles: o hortelão ou o advogado? Marcela franziu a testa, cantarolou uma seguidilha, entre dentes; depois queixou-se do calor, e mandou vir um copo de aluá. Trouxelho a mucama, numa salva de prata, que fazia parte dos meus onze contos. (ASSIS, 1994, p. 26)

Como podemos observar, Brás descreve, neste trecho, uma alocução entre Marcela e uma mucama. Assim, teríamos uma cena enunciativa na qual

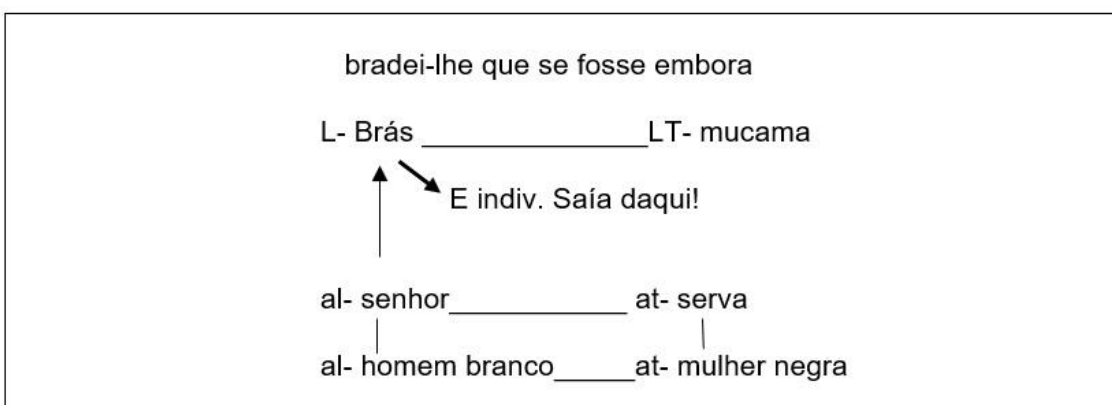
Marcela acontece como Locutora, ocupando o lugar de senhora, enquanto sua Locutária seria a mucama, que ocupa o lugar de serva, enunciando a Locutora de um lugar de dizer individual.



Na sequência, irritado, Brás derruba a bandeja que trazia o refresco, ordenando, em seguida, que a mucama se retirasse para que ele pudesse ficar a sós com Marcela.

Marcela ofereceu-me polidamente o refresco; minha resposta foi dar com a mão no copo e na salva; entornou-se-lhe o líquido no regaço, a preta deu um grito, eu bradei-lhe que se fosse embora. (ASSIS, 1994, p. 26)

Nesta passagem há a descrição de outra alocação, agora entre o Locutor Brás, que ocupa o lugar de senhor e homem branco, sendo a mucama a Locutária, a qual ocupa o lugar serva e mulher negra. Quanto ao agenciamento enunciativo, o Locutor acontece como enunciador individual.



Considerado os DSDs das palavras relacionadas a escravo, *mucama*, no primeiro recorte deste capítulo, acontece como uma reescritura de *escravos*⁵⁵, em procedimento de definição, significando especificação, em uma relação de hiponímia. Já a palavra *preta* seria uma reescritura de *mucama*, em substituição por generalização, produzindo sentido de hiperonímia.

preta | mucama | escravos

5.8 CAPÍTULO XXIII / TRISTE, MAS CURTO

Na descrição de um cenário que remete a sua infância, o narrador menciona como parte desta composição a figura do *preto do ganho*. Seria este um tipo de escravo que realizava tarefas remuneradas a terceiros, repassando parte da quantia recebida para o seu senhor.

Vim. Não nego que, ao avistar a cidade natal, tive uma sensação nova. Não era efeito da minha pátria política; era-o do lugar da infância, a rua, a torre, o chafariz da esquina, a mulher de mantilha, o preto do ganho, as coisas e cenas da meninice, buriladas na memória. Nada menos que uma renascença. (ASSIS, 1994, p. 34)

A palavra *renascença* reescreve a descrição realizada pelo narrador em procedimento de condensação por especificação, produzindo sentido de sinonímia.

⁵⁵ CAPÍTULO XV.

lugar da infância, a rua, a torre, o chafariz da esquina, a mulher de mantilha, o preto do ganho, as coisas e cenas da meninice

⊥

renascença

Essa significação é intensificada na articulação por incidência do trecho descritivo com o último enunciado, em que os marcadores “Nada menos” operam como argumento enunciativo do Locutor Brás Cubas, que, ao ver depois de muito tempo o lugar onde nasceu, ocupa um lugar social romântico, sendo seu Locutário o leitor, o qual ocuparia o mesmo lugar social de sua representação, enunciando o Locutor de um lugar de dizer individual.

Nada menos que uma renascença.

L- Brás _____ LT- leitor

↙ E indiv.

↑
al- romântico _____ at- leitor

O tom jocoso desta relação é revelado em outra reescritura, quando a descrição é redita por *lugar comum*, também em condensação por especificação, significando uma relação de antonímia com *renascença*.

Reparando bem, há aí um lugar-comum. Outro lugar-comum, tristemente comum, foi a consternação da família. (ASSIS, 1994, p. 34)

lugar da infância, a rua, a torre, o chafariz da esquina, a mulher de mantilha, o preto do ganho, as coisas e cenas da meninice

⊥

lugar-comum

Soma-se a esta significação a incidência da expressão “Reparando bem”, que opera como marcador de um argumento do Locutor, com valor opositivo à significação produzida pela reescritura do trecho por *renascença*, em uma cena enunciativa que o Locutor Brás ocupa agora um lugar social realista, quando, supostamente, vê a paisagem sem os contornos da saudade. O Locutário ainda tem como representação o leitor, ocupando o mesmo lugar social, enquanto o agenciamento é projetado em uma enunciação individual do Locutor.

Reparando bem, há aí um lugar-comum.

L- Brás _____ LT- leitor

↑ ↘ E indiv.

al- realista _____ at- leitor

5.9 CAPÍTULO XXV/ NA TIJUCA

Neste capítulo, Brás decide se isolar em razão da tristeza pela morte de sua mãe. Seu refúgio será em um sítio da família, local para onde o escravo Prudêncio também será levado.

No sétimo dia, acabada a missa fúnebre, travei de uma espingarda, alguns livros, roupa, charutos, um moleque, — o Prudêncio do capítulo XI, — e fui meter-me numa velha casa de nossa propriedade. (ASSIS, 1994, p. 36)

No primeiro recorte, observa-se a reescritura de *moleque* por *Prudêncio do capítulo XI*, em procedimento de definição por especificação, em relação de sinonímia.

moleque | Prudêncio do capítulo XI

Chama a atenção, nesta passagem, o vocábulo *moleque* acontecendo em articulação, por coordenação, com as palavras *espingarda*, *alguns livros*, *roupa* e *charutos*, o que indicaria uma objetivação do sujeito Prudêncio.

Além disso, o uso reiterado de *moleque* em diferentes acontecimentos, reescreve *moleque* como diferente de *moleque*, o que pode ser visto com mais clareza na sequência do episódio, quando *moleque* é reescrito por *moleque Prudêncio*, em procedimento de expansão por desenvolvimento, em uma relação de hiponímia.

Meti no baú o problema da vida e da morte, os hipocondríacos do poeta, as camisas, as meditações, as gravatas, e ia fechá-lo, quando o moleque Prudêncio me disse que uma pessoa do meu conhecimento se mudara na véspera para uma casa roxa, situada a duzentos passos da nossa. (ASSIS, 1994, p. 36)

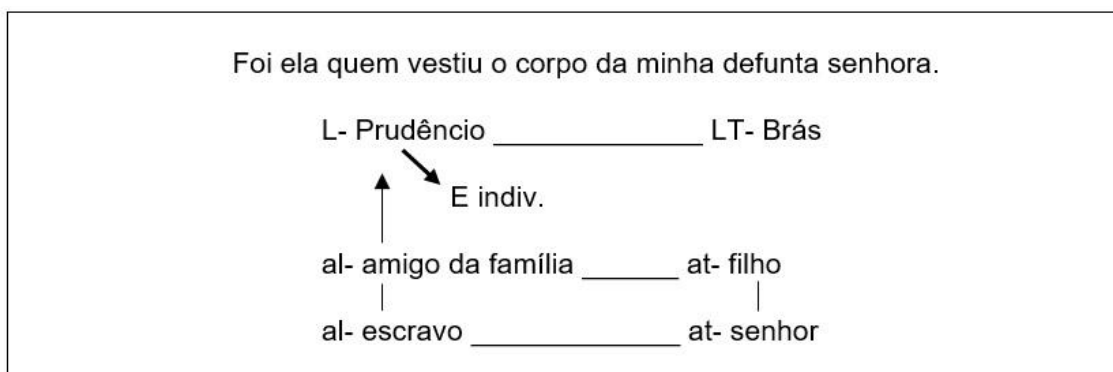
moleque | moleque Prudêncio

Na sequência, o narrador descreve uma alocução que tivera com Prudêncio. Nela, o escravo revela que dona Eusébia e sua filha haviam se mudado para uma casa ao lado da que estavam. Ao indicar uma relação afetiva com essa senhora, Prudêncio sugere que Brás faça uma visita a mesma.

— Quem? — Nhonhô talvez não se lembre mais de D. Eusébia... — Lembra-me... É ela? — Ela e a filha. Vieram ontem de manhã. — Nhonhô não vai visitar sinhá D. Eusébia?

perguntou-me o Prudêncio. Foi ela quem vestiu o corpo da minha defunta senhora. (ASSIS, 1994, p. 36)

Na configuração da cena enunciativa apresentada no recorte, Prudêncio acontece como Locutor, ocupando o lugar social de amigo da família e escravo, enquanto o Locutário Brás, ocupa o lugar de filho e senhor, enunciando o Locutor de um lugar de dizer individual.



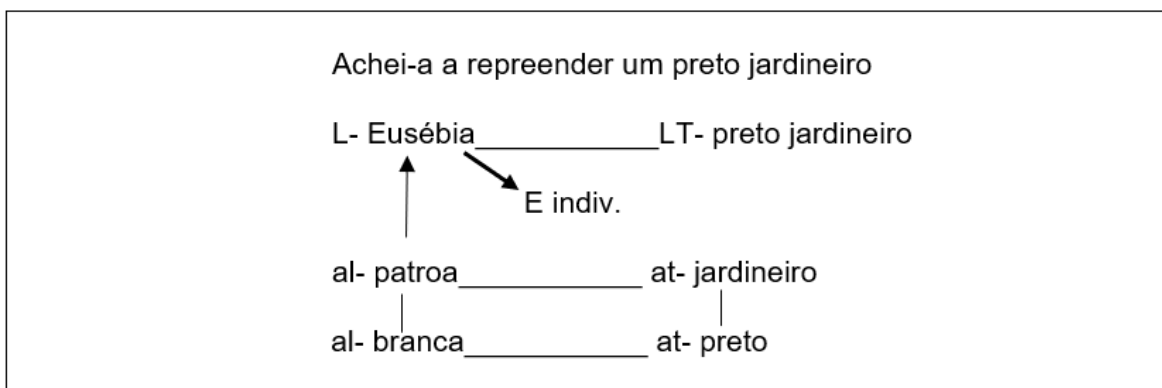
Percebe-se que embora seja escravo, Prudêncio, ao falar do lugar de amigo da família, rompe o real, afirmando seu pertencimento como parte da parte. Neste sentido, é válido destacar que, até aqui, Prudêncio é o único escravo reescrito por nome próprio. Haverá outros.

5.10 CAPÍTULO XXIX / A VISITA

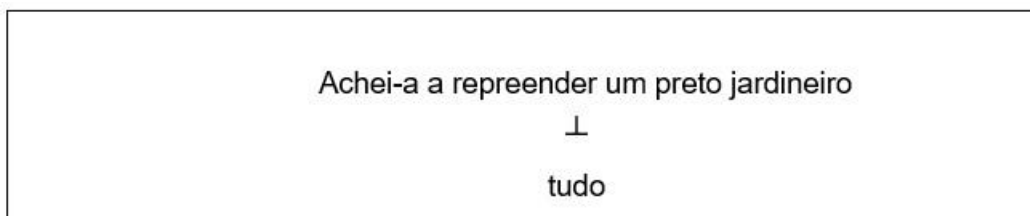
Brás Cubas vai ao encontro da antiga amiga da família, dona Eusébia. Mãe, Eusébia estaria à procura de um bom casamento para sua filha Eulália, que é manca. Solteiro e filho de uma família de posses, o jovem Brás corresponderia às expectativas de Eusébia, o que justificaria o carinho que esta demonstraria por ele. Nosso interesse por este capítulo está na referência a um preto jardineiro que estava trabalhando na casa de Eusébia quando Brás chegou.

Eu, na tarde desse mesmo dia, fui visitar D. Eusébia. Achei-a a repreender um preto jardineiro, mas deixou tudo para vir falar-me, com um alvoroço, um prazer tão sincero, que me desacanhou logo. Creio que chegou a cingir-me com o seu par de braços robustos. Fez-me sentar ao pé de si, na varanda, entre muitas exclamações de contentamento: (ASSIS, 1994, p. 41)

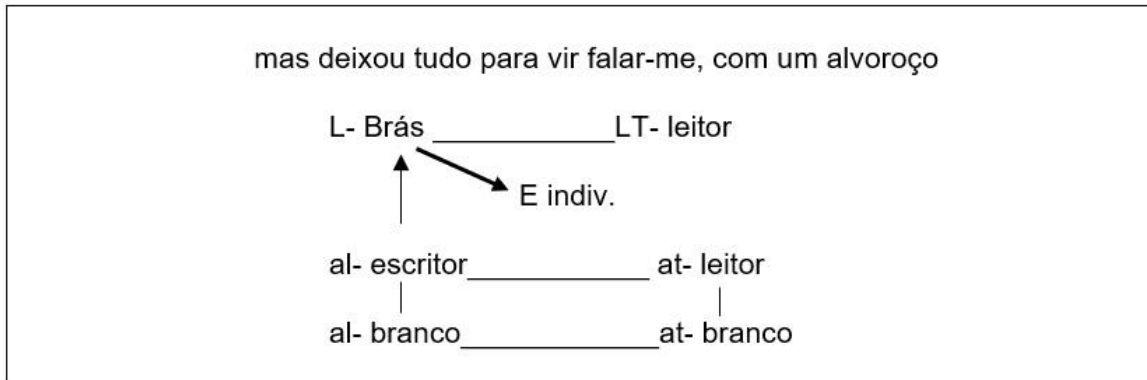
O narrador descreve uma alocução, interrompida por sua chegada, entre a Locutora Eusébia, que fala do lugar social de patroa e branca, enquanto o preto jardineiro é o Locutário, o qual ocupa o lugar social de jardineiro e preto, enunciando a Locutora de um lugar de dizer individual.



Quanto à designação envolvendo a expressão *preto jardineiro*, o trecho *Achei-a a repreender um preto jardineiro* é reescrito por *tudo*, em procedimento de condensação por generalização, em uma relação hiperonímia.



Além disso, podemos ver a conjunção *mas* incidindo sobre a dupla de enunciados *Achei-a a repreender um preto jardineiro* e *deixou tudo para vir falar-me*, funcionando, assim, como um marcador de uma operação argumentativa do Locutor Brás, o qual ocupa o lugar de escritor e branco, enquanto seu Locutário é o seu leitor, que ocupa o lugar de leitor e branco, sendo o Locutor agenciado por um lugar de dizer individual.



Percebe-se, assim, uma orientação à sobreposição do valor de Brás em relação ao preto jardineiro, em uma relação que não estaria diretamente ligada à condição de cativo, quando não é revelado se o preto jardineiro seria escravo.

5.11 CAPÍTULO XL / NA SEGE

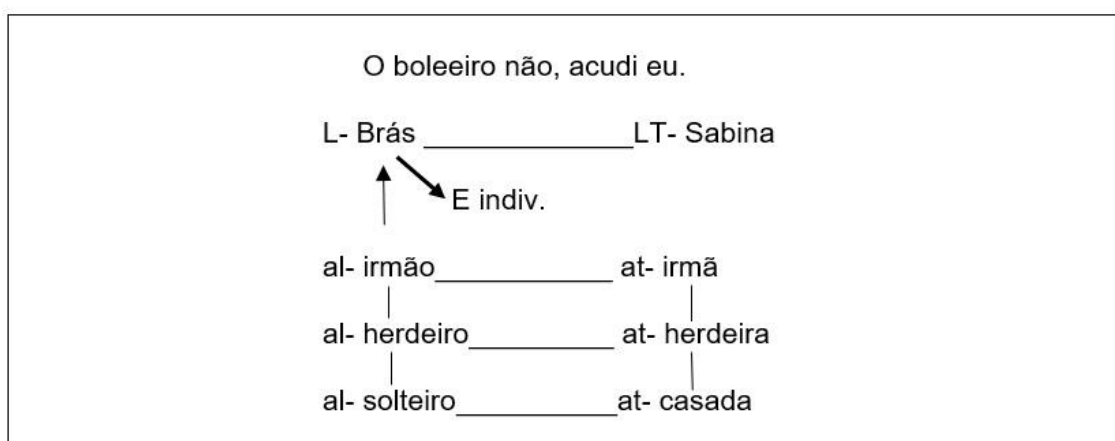
No episódio, Brás Cubas descreve uma situação após um reencontro que teria tido com Marcela, a qual, agora, estaria com a beleza arruinada pela varíola. O narrador relata uma alocução com o boleeiro João, que é um escravo da família Cubas.

Lá o deixei; meti-me às pressas na sege, que me esperava no Largo de São Francisco de Paula, e ordenei ao boleeiro que rodasse pelas ruas fora. O boleeiro atçou as bestas, a sege entrou a sacolejar-me, as molas gemiam, as rodas sulcavam rapidamente a lama que deixara a chuva recente, e tudo isso me parecia estar parado. [...] — João, bradei eu ao boleeiro. Esta sege anda ou não anda? — Uê! nhonhô! Já estamos parados na porta de sinhô conselheiro. (ASSIS, 1994, p. 50)

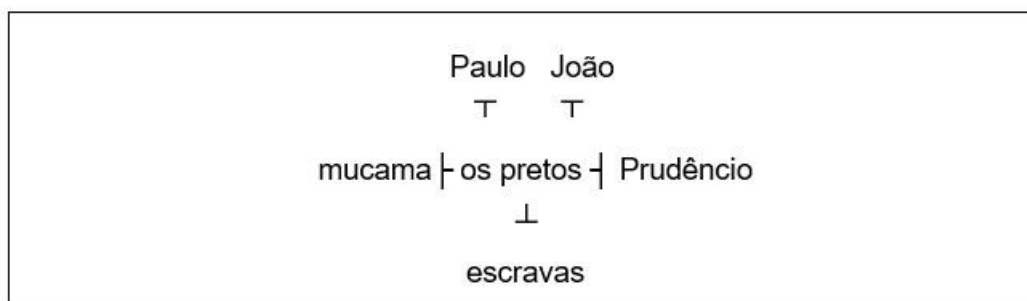
A configuração da cena enunciativa é realizada pelo Locutor Brás Cubas, o qual fala do lugar de senhor e passageiro, enquanto o Locutário João ocupa o lugar de escravo e boleeiro, enunciando o Locutor de um lugar de dizer individual.

Há dois anos. — Livre? Como seu pai arranjava estas coisas cá por casa, sem dar parte a ninguém! Está direito. Quanto à prata... creio que não libertou a prata? (ASSIS, 1994, p. 54)

A passagem apresenta uma alocução que o narrador teria tido com sua irmã. Nela, Brás é o Locutor, ocupando o lugar social de irmão, herdeiro e homem solteiro, sendo Sabina a Locutária, posicionando-se como irmã, herdeira e mulher casada, enunciando o Locutor de um lugar de dizer individual.



Quanto ao DSD, já mencionada em outros pontos da análise, a expressão *os pretos* reescreve *mucama*⁵⁶, *escravas*⁵⁷, *João*⁵⁸, *Paulo e Prudêncio*, em procedimento de condensação, significando por totalização, em uma relação de hiperonímia.



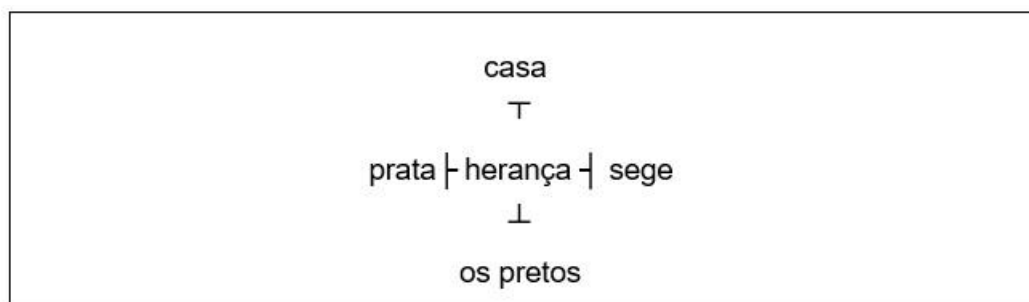
Outro reescritura importante para compreensão dos sentidos de escravo no texto é a da palavra *Herança*, no título do capítulo, sendo que esta rediz os

⁵⁶ Capítulo X.

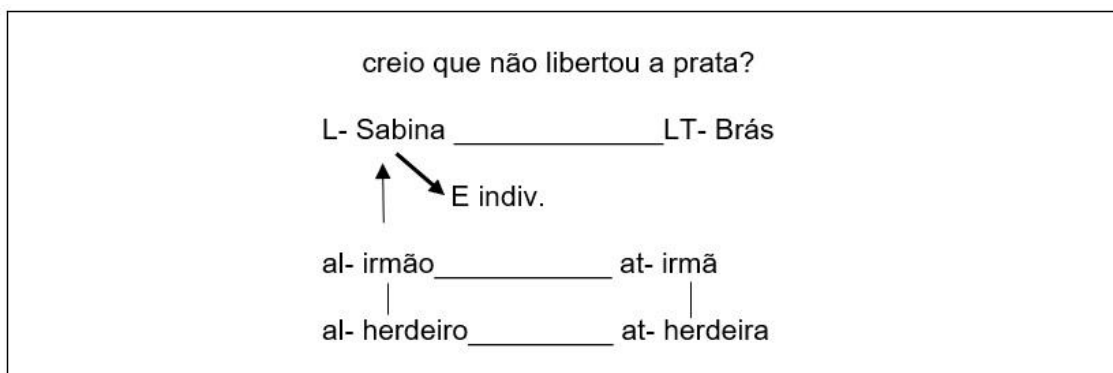
⁵⁷ Capítulo XI.

⁵⁸ Capítulo XL.

pretos, prata e outros bens da família em procedimento de condensação por totalização, em uma relação de hiperonímia.

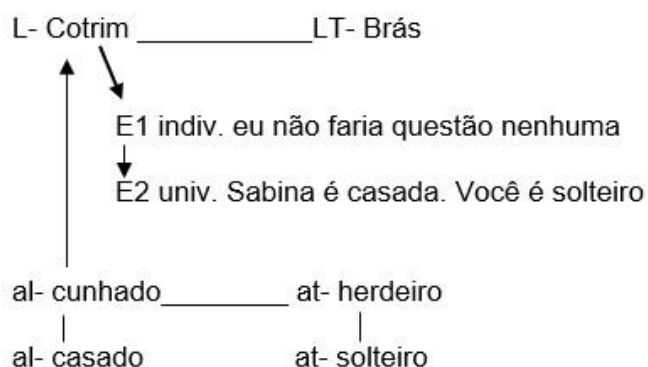


Corresponde a este sentido, a articulação do enunciado *O Prudêncio está livre* com o enunciado *creio que não libertou a prata*, quando, por uma orientação argumentativa do enunciador, o sentido do primeiro incide no segundo, em uma cena enunciativa na qual Sabina é a Locutora, ocupando o lugar social de herdeira e irmã, sendo Brás o Locutário, na posição de herdeiro e irmão. Quanto o lugar de dizer, a Locutora se manifesta em um enunciador individual.



Além da irmã de Brás, Cotrim, marido de Sabina, participa da discussão, configurando uma cena enunciativa em que o Locutor Cotrim enuncia do lugar de cunhado e casado, enquanto o Locutário Brás ocuparia o lugar de herdeiro e solteiro, em um agenciamento enunciativo em que o Locutor se apresenta em dois modos enunciativos, um individual e outro universal, funcionando o segundo como um argumento mais forte.

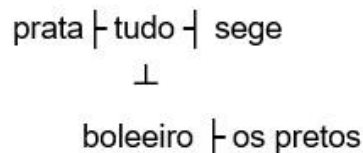
Quanto à prata, continuou Cotrim, eu não faria questão nenhuma, se não fosse o desejo que sua irmã tem de ficar com ela; e acho-lhe razão. Sabina é casada, e precisa de uma copa digna, apresentável. Você é solteiro, não recebe, não...



Na sequência do capítulo, há ainda dois trechos em que acontecem outras reescrituras que remetem aos escravos.

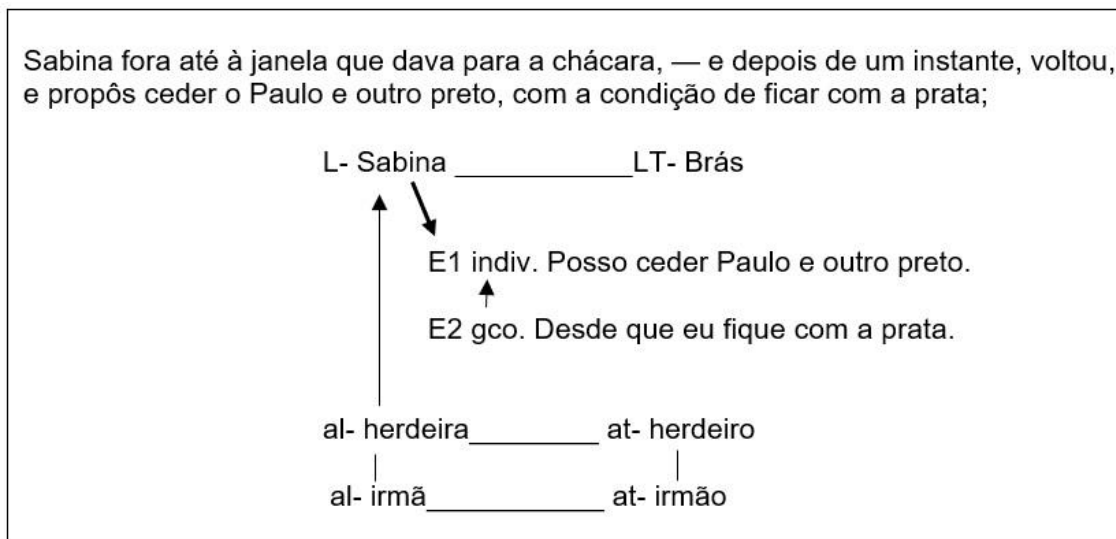
Não falta mais nada. Quer a sege, quer o boleeiro, quer a prata, quer tudo. Olhe, é muito mais sumário citar-nos a juízo e provar com testemunhas que Sabina não é sua irmã, que eu não sou seu cunhado e que Deus não é Deus. Faça isto, e não perde nada, nem uma colherinha. Ora, meu amigo, outro ofício! (ASSIS, 1994, p. 55)

Neste recorte, *boleeiro*, reescrita de *os pretos*, acontece enumerado em uma articulação por coordenação com os vocábulos *sege* e *prata*, em uma relação de sinonímia; sendo estas palavras reditas por *tudo*, em uma condensação por totalização, significando em hiperonímia.



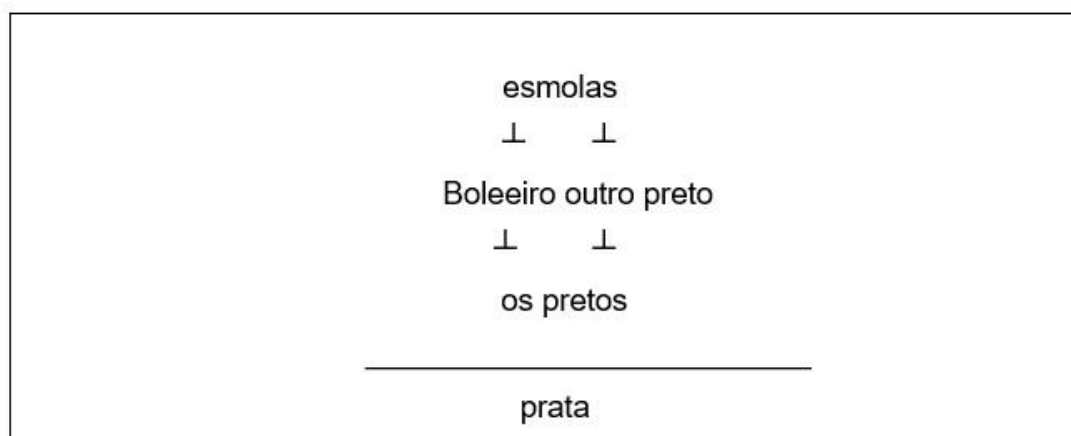
Já no trecho seguinte *Paulo* e *outro preto*, também reescrituras de *os pretos*, acontecem em articulação por incidência com o enunciado *condição de ficar com a prata*, em uma cena enunciativa configurada com a Locutora Sabina, no lugar de herdeira e irmã, tendo como Locutário Brás Cubas, que ocupa o lugar

de herdeiro e irmão. Quanto à posição enunciativa, a Locutora enuncia de modo individual em *ceder o Paulo e outro preto* e como enunciador genérico em *com a condição de ficar com a prata*.



Na sequência *Paulo e outro preto* são reescritos por *esmolas*, em procedimento de condensação por totalização, neste caso, em uma relação de antonímia com *a prata*.

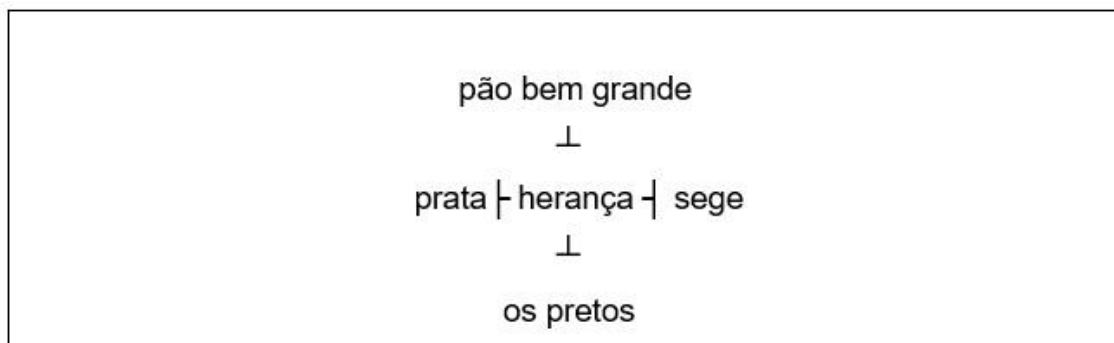
eu ia dizer que não me convinha, mas Cotrim adiantou-se e disse a mesma coisa. — Isso nunca! não faço esmolas! disse ele. (ASSIS, 1994, p. 55)



Uma última reescritura que significa *os pretos* acontecerá ainda no final do capítulo, quando, na fala do tio cônego, *pão bem grande* reescreve *herança*,

hiperônimo *de os pretos*, em procedimento de expansão, significando por desenvolvimento, em relação de sinonímia.

— Meus filhos, disse ele, lembrem-se que meu irmão deixou um pão bem grande para ser repartido por todos. (ASSIS, 1994)



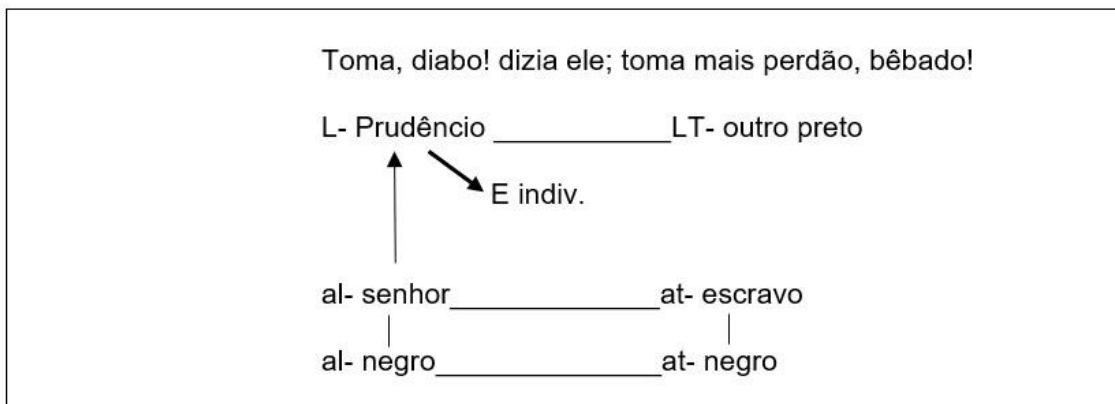
5.13 CAPÍTULO LXV / OLHEIROS E ESCUTAS

Em um momento do romance em que Brás Cubas já vive sua relação com Virgília, acontecem duas reescrituras de *escravo*. No recorte, o narrador descreve uma alocução que teria ocorrido entre sua amante e um escravo.

Interrompeu-nos o rumor de um carro na chácara. Veio um escravo dizer que era a baronesa X. Virgília consultou-me com os olhos. — Se a senhora está assim com dor de cabeça, disse eu, parece que o melhor é não receber. — Já se apeou? perguntou Virgília ao escravo. — Já se apeou; diz que precisa muito de falar com sinhá! — Que entre! A baronesa entrou daí a pouco. Não sei se contava comigo na sala; mas era impossível mostrar maior alvoroço. (ASSIS, 1994, p. 73)

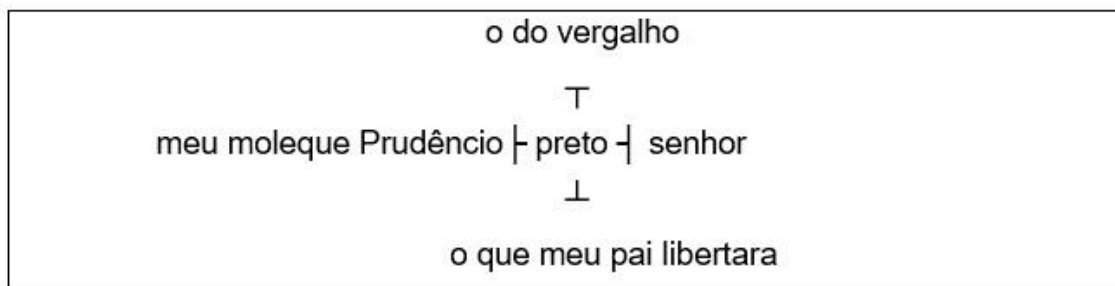
A cena enunciativa, em questão, é configurada pela Locutora Virgília, a qual enuncia do lugar de senhora e dona da casa, enquanto o Locutário escravo ocupa o mesmo lugar de referência e criado, enunciando a Locutora de um lugar de dizer individual.

Inicialmente, observada a configuração de uma das cenas enunciativas, descritas pelo narrador no recorte, encontramos o Locutor Prudêncio enunciando do lugar de senhor e negro, enquanto o Locutário *outro preto* ocupa o lugar de escravo e negro, enunciando o Locutor de um lugar de dizer individual.

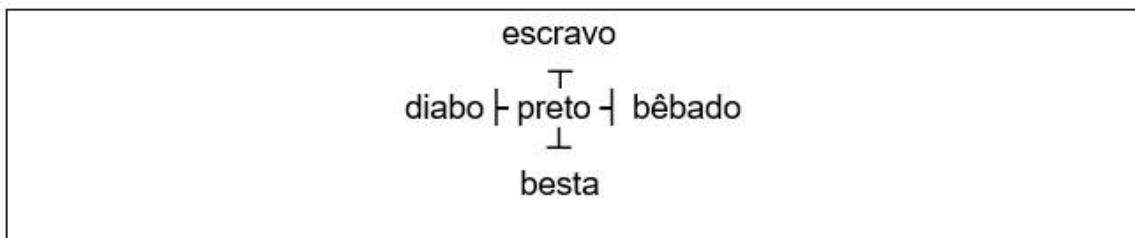


Em princípio, a cena enunciativa apresentada aponta para uma possível ruptura na normativa que, ao longo do romance, escreveu *preto* em sinonímia com *escravo*, ruptura, esta, que seria confirmada pela contradição que há na realização de *preto* reescrito como diferente de *preto*.

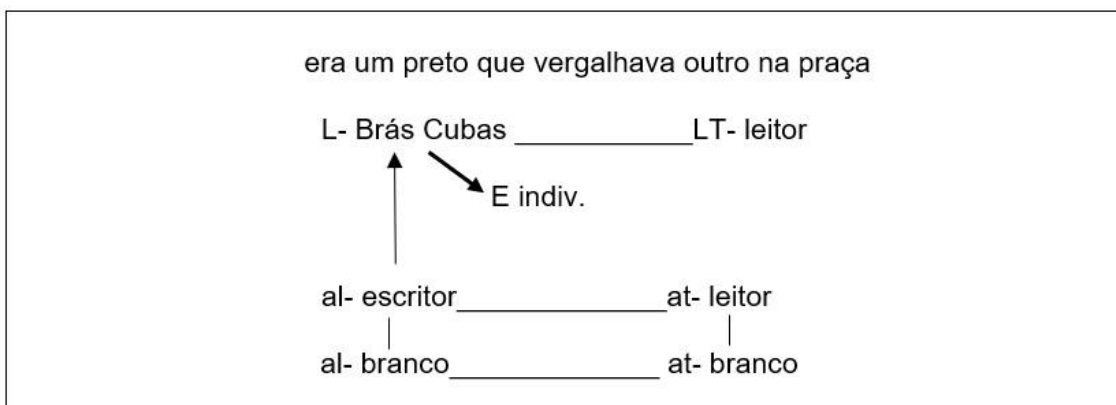
Em um caso *preto* é reescrito por *senhor*, *o do vergalho*, *meu moleque Prudêncio* e por *o que meu pai libertara* em procedimentos de substituição, significando por especificação, em uma relação de sinonímia.



Já o vocábulo *outro*, reescritura de *preto* em elipse, rediz *preto* por *diabo*, *bêbado*, *besta* e *escravo*, em procedimentos de substituição, significando por definição, também em relação de sinonímia.



No entanto, é necessário observar que estas reescrituras acontecem dentro de uma cena enunciativa em que o Locutor Brás, ocupando o lugar social de escritor e branco, fala para o Locutário leitor, o qual ocupa o lugar de leitor e branco, enunciando o Locutor de um lugar de dizer individual.



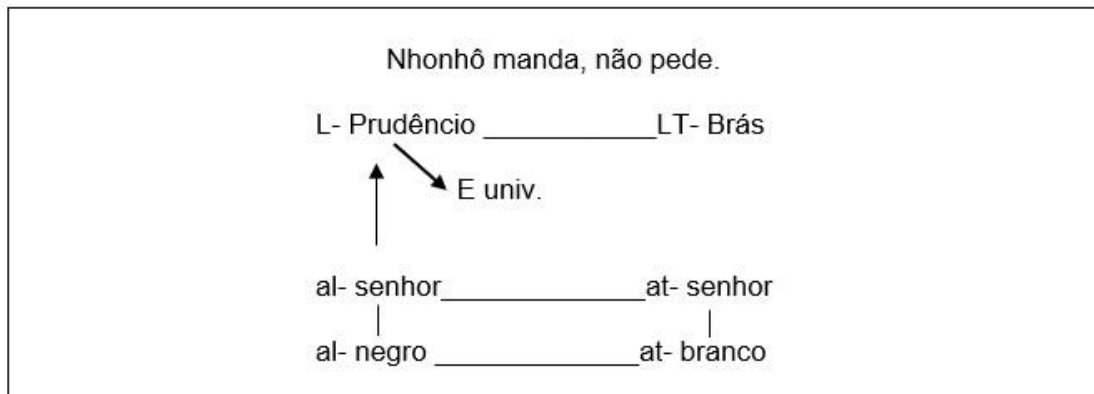
Assim, ainda que em um recorte específico *preto*, ao ser reescrito por *senhor*, seja diferente de *preto*, quando reescrito por *escravo*, no que seria uma relação de antonímia, há uma manutenção da normatividade que sobrepõe o branco em relação ao negro, quando estas reescrituras são consideradas dentro do processo enunciativo.

Esta normatividade será reafirmada na sequência em uma alocação entre Prudêncio e Brás, na qual, após um pedido do protagonista em benefício do escravo açoitado, Prudêncio afirma *Nhonhô manda, não pede*.

Cheguei-me; ele deteve-se logo e pediu-me a bênção; perguntei-lhe se aquele preto era escravo dele. — É, sim, nhonhô. — Fez-te alguma coisa? — É um vadio e um bêbado muito grande. Ainda hoje deixei ele na quitanda, enquanto eu ia lá embaixo na cidade, e ele deixou a quitanda para ir na venda beber. — Está bom, perdoa-lhe, disse eu. — Pois não,

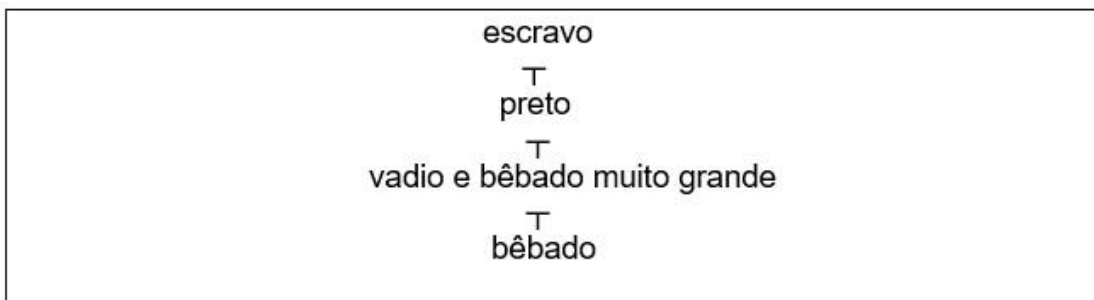
nhonhô. Nhonhô manda, não pede. Entra para casa, bêbado!
(ASSIS, 1994, p. 76)

Nesta cena enunciativa, o Locutor Prudêncio enuncia do lugar de senhor e negro, enquanto o Locutário Brás Cubas ocupa o lugar de senhor e branco, enunciando o Locutor de um lugar de dizer universal.



Percebe-se que, mesmo livre e com a possibilidade de comprar um escravo, Prudêncio, por ser negro, ocupa um lugar social diferente de Brás Cubas, sendo *senhor* reescrito como diferente de *senhor*.

Já as relações de determinação, neste trecho, apresentam *preto* em uma articulação de dependência, sendo predicado por *escravo*, em uma relação de hiponímia; ao mesmo tempo que é reescrito por *vadio* e *bêbado muito grande* em procedimento de expansão, significando por enumeração, em uma relação de sinonímia. Em seguida, a sequência *vadio e bêbado muito grande* é reescrita por *bêbado*, em procedimento de condensação, significando por totalização, também em relação de sinonímia.



Além disso, é interessante observar a reescritura de Brás Cubas por *nhonhô*, em procedimento de substituição, significando por especificação, em relação de sinonímia.

| |
|---------------------|
| Brás Cubas nhonhô |
|---------------------|

As configurações das cenas enunciativas, juntamente com a análise das relações entre as palavras acima, evidenciam que os sentidos de *escravo* não se limitariam à condição de cativo, quando haveria, também, neste vocábulo uma significação étnica, vista nas reescrituras de *escravo* por *preto*, em relação de hiperonímia.

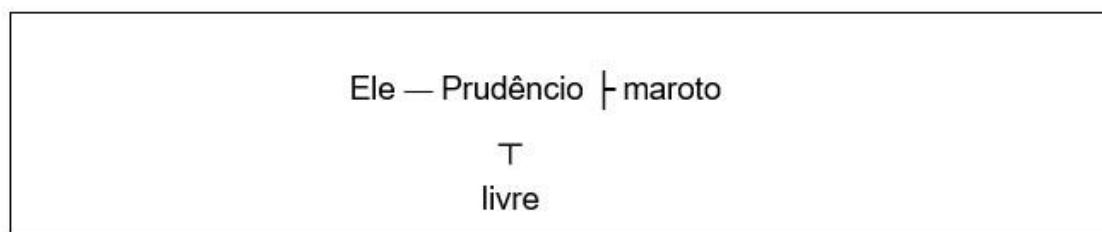
Neste sentido, um espaço enunciativo onde há a afirmação de não pertencimento do escravo resulta, em consequência, na afirmação de não pertencimento do negro. Por esta razão, a situação de liberdade não seria o suficiente para eliminar os sentidos de escravo no vocábulo *preto*, quando o negro, mesmo liberto, ainda falaria de um lugar de exclusão social.

Isto demonstra que a uma realidade jurídica não corresponde, necessariamente, uma realidade enunciativa. Assim, mesmo que a lei garanta tanto a Brás como a Prudêncio o direito à propriedade de escravos, estes ocupariam lugares sociais distintos, como visto na configuração da cena enunciativa, pelo fato de Prudêncio ocupar o lugar social determinado por sua etnia.

Ainda no final do capítulo, quando o narrador faz uma reflexão sobre quais seriam as motivações das agressões cometidas por Prudêncio, há outras importantes reescrituras e articulações que serão decisivas para o entendimento dos sentidos de escravo no texto.

Era um modo que o Prudêncio tinha de se desfazer das pancadas recebidas, — transmitindo-as a outro. Eu, em criança, montava-o, punha-lhe um freio na boca, e desancava-o sem compaixão; ele gemia e sofria. Agora, porém, que era livre, dispunha de si mesmo, dos braços, das pernas, podia trabalhar, folgar, dormir, desagrilhoado da antiga condição, agora é que ele se desbancava: comprou um escravo, e ia lhe pagando, com alto juro, as quantias que de mim recebera. Vejam as sutilezas do maroto! (ASSIS, 1994, p. 76)

Prudêncio é reescrito em uma sequência descritiva que o retoma pelos pronomes pessoais oblíquos *o*, *lhe* e *si*, além do pronome pessoal do caso reto *ele*, algumas vezes elíptico, em procedimento de substituição, significando por sinonímia e sendo predicado por livre, em relação de sinonímia. No último enunciado, *Prudêncio* será redito ainda por *maroto*, em procedimento de definição por desenvolvimento, também em relação de sinonímia.



Além disso, é interessante observar a reescritura da sequência (a) *Era um modo que o Prudêncio tinha de se desfazer das pancadas recebidas, — transmitindo-as a outro*, em procedimento de expansão por desenvolvimento, pelas sequências (b) *Eu, em criança, montava-o, punha-lhe um freio na boca, e desancava-o sem compaixão; ele gemia e sofria* e sequência (c) *Agora, porém, que era livre, dispunha de si mesmo, dos braços, das pernas, podia trabalhar, folgar, dormir, desagrilhoado da antiga condição, agora é que ele se desbancava: comprou um escravo, e ia lhe pagando, com alto juro, as quantias que de mim recebera*, em relação de sinonímia; havendo entre (b) e (c) uma relação na qual

o uso do *porém* incide nestes enunciados, configurando esta conjunção como marca de uma operação argumentativa (enunciativa) do Locutor.⁶⁰

Ainda no mesmo trecho, o ato de comprar um escravo e castigá-lo será reescrito por *sutilezas do maroto*, em procedimento de condensação, significando especificação, em uma relação de sinonímia.

comprou um escravo, e ia lhe pagando, com alto juro, as quantias que de mim recebera.

T

sutilezas do maroto

O fato de Prudêncio ter e maltratar um escravo será desenvolvido ainda no próximo capítulo, quando, por estas atitudes, o ex-escravo seria comparado a um conhecido de Brás, o qual seria louco.

5.15 CAPÍTULO LXIX / UM GRÃO DE SANDICE

Neste curto episódio, caracterizado pelo aspecto digressivo, Brás Cubas estabelece um paralelo entre o caso do vergalho e a loucura de Romualdo, que se dizia Tamerlão em decorrência de ter tomado tártaro.

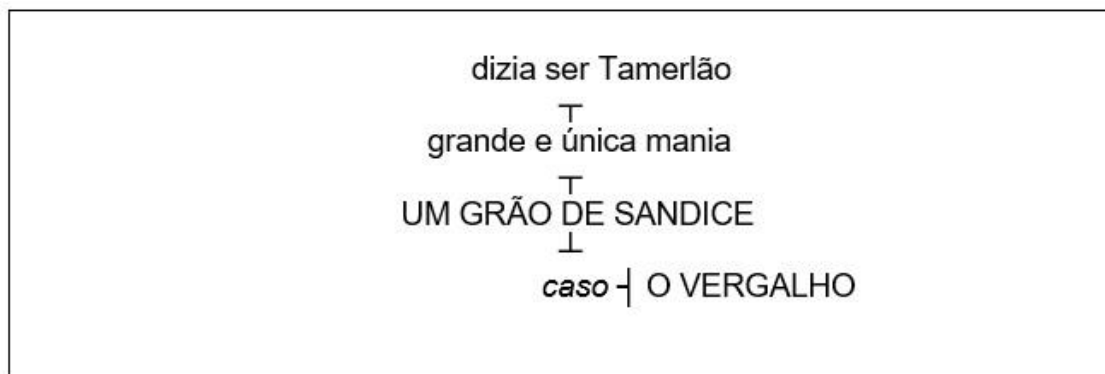
Este caso faz-me lembrar um doido que conheci. Chamava-se Romualdo e dizia ser Tamerlão. Era a sua grande e única mania, e tinha uma curiosa maneira de a explicar. — Eu sou o ilustre Tamerlão, dizia ele. Outrora fui Romualdo, mas adoeci, e tomei tanto tártaro, tanto tártaro, tanto tártaro, que fiquei Tártaro, e até rei dos Tártaros. O tártaro tem a virtude de fazer Tártaros. Pobre Romualdo! A gente ria da resposta, mas é provável que o leitor não se ria, e com razão; eu não lhe acho graça nenhuma. Ouvida, tinha algum chiste; mas assim contada, no papel, e a propósito de um vergalho recebido e transferido, força é

⁶⁰ Brás Cubas.

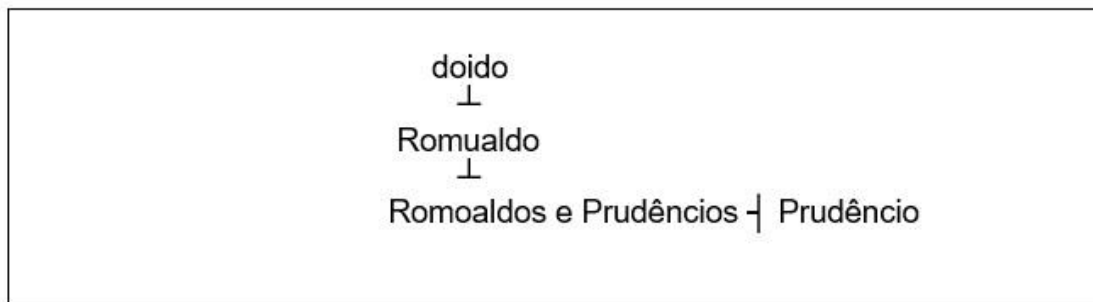
confessar que é muito melhor voltar à casinha da Gamboa; deixemos os Romualdos e Prudências. (ASSIS, 1994, p. 77)

Logo no início do capítulo, acontece uma reescritura de *O Vergalho*, título do episódio anterior, por *caso*, em procedimento de condensação, significando generalização, em relação hiperonímica. Na sequência, a frase *dizia ser Tamerlão* é reescrita por *grande e única mania*, em procedimento de definição por especificação, em uma relação de sinonímia.

A relação de predicação entre (a) *Este caso* e (b) *lembrar um doido que conheci*, estabelece uma relação de definição em que (b) define (a), em relação de hiperonímia; sendo *UM GRÃO DE SANDICE* uma reescritura de *caso* e *grande e única mania*, em procedimento de definição, significando por totalização, também em relação de hiperonímia.



Em um aspecto mais específico, *Prudêncio* é reescrito por *Prudências*, em substituição por generalização, em uma relação de hiperonímia; sendo decisivo para o sentido desta palavra a articulação em coordenação com *Romoaldos*, reescritura de *Romoaldo*, em substituição por generalização, também em relação de hiperonímia, a qual é redita por *doido*, em procedimento de substituição, significando por definição, em uma relação de sinonímia.



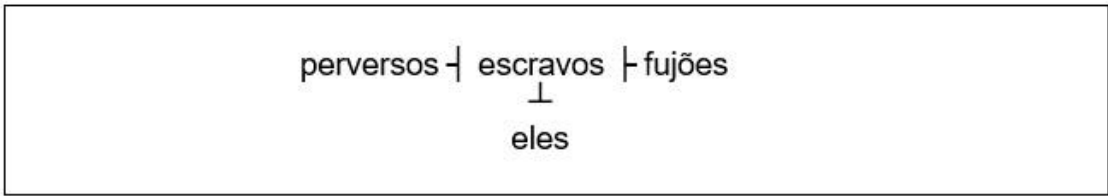
Percebe-se, nas relações apresentadas neste capítulo, que o gesto de Prudêncio, alforriado que bate em um escravo, é significado como loucura.

5.16 CAPÍTULO CXXIII / O VERDADEIRO COTRIM

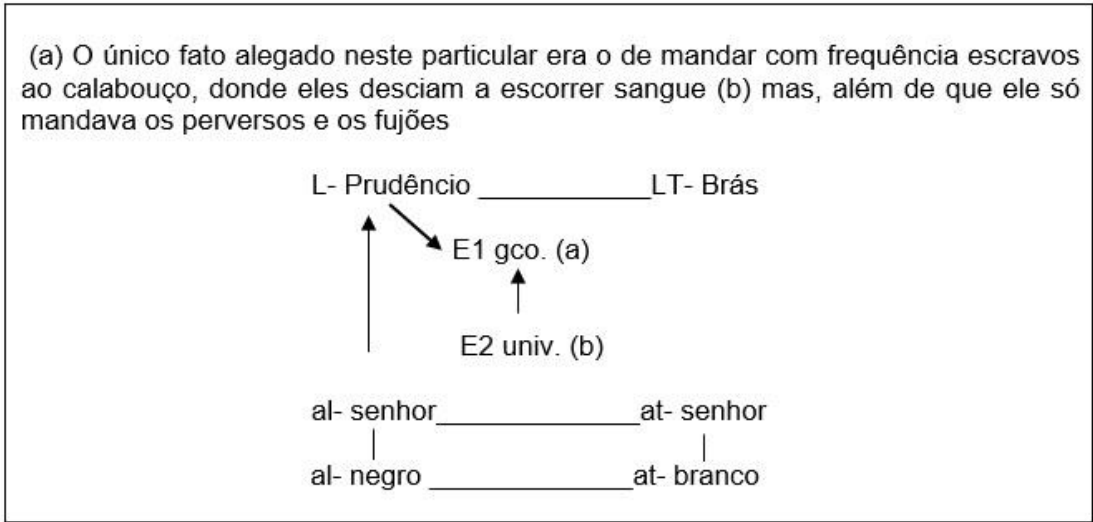
Brás Cubas irá descrever, neste episódio, características da personalidade de seu cunhado Cotrim. Para nós, a relevância deste capítulo está no fato de Cotrim ter, supostamente, o hábito de ser perverso com seus escravos.

Como era muito seco de maneiras tinha inimigos, que chegavam a acusá-lo de bárbaro. O único fato alegado neste particular era o de mandar com frequência escravos ao calabouço, donde eles desciam a escorrer sangue; mas, além de que ele só mandava os perversos e os fujões, ocorre que, tendo longamente contrabandeado em escravos, habituara-se de certo modo ao trato um pouco mais duro que esse gênero de negócio requeria, e não se pode honestamente atribuir à índole original de um homem o que é puro efeito de relações sociais. A prova de que o Cotrim tinha sentimentos pios encontrava-se no seu amor aos filhos, e na dor que padeceu quando lhe morreu Sara, dali a alguns meses; prova irrefutável, acho eu, e não única. (ASSIS, 1994, p. 118)

Observa-se no texto *escravos* sendo reescrito pelo pronome pessoal *eles*, em procedimento de substituição por sinonímia, sendo *escravos* redito em elipse por sinonímia e predicado por *perversos* e *fujões*, em uma relação de hiponímia.



Incide nestas significações a orientação argumentativa do Locutor, vista na articulação de (a) *O único fato alegado neste particular era o de mandar com frequência escravos ao calabouço, donde eles desciam a escorrer sangue* e (b) *mas, além de que ele só mandava os perversos e os fujões*, sendo o *mas* o marcador desta operação argumentativa, que acontece em uma configuração enunciativa em que o Locutor Brás Cubas, ocupa o lugar de escritor e cunhado, enquanto seu Locutário, o leitor, ocupa o lugar de leitor e desconhecido. Quanto ao agenciamento, o Locutor ocupa um lugar de dizer genérico em E1- (a) e um lugar de dizer universal em E2- (b), funcionando, este, como contra-argumento.



Há ainda a reescritura de (a) por *trato um pouco mais duro*, em procedimento de condensação por generalização, em uma relação de hiperonímia; correspondendo, assim, ao direcionamento dado pelo Locutor, quando a generalização do sentido de violência funciona como um modo polido de referência.

mandar com frequência escravos ao calabouço, donde eles desciam a escorrer sangue

⊥

trato um pouco mais duro

Na sequência, há semelhante processo, quando *contrabandeado em escravos* é reescrito por *gênero de negócio*, em procedimento de definição, significando por generalização, em uma relação de hiperonímia.

contrabandeado em escravos

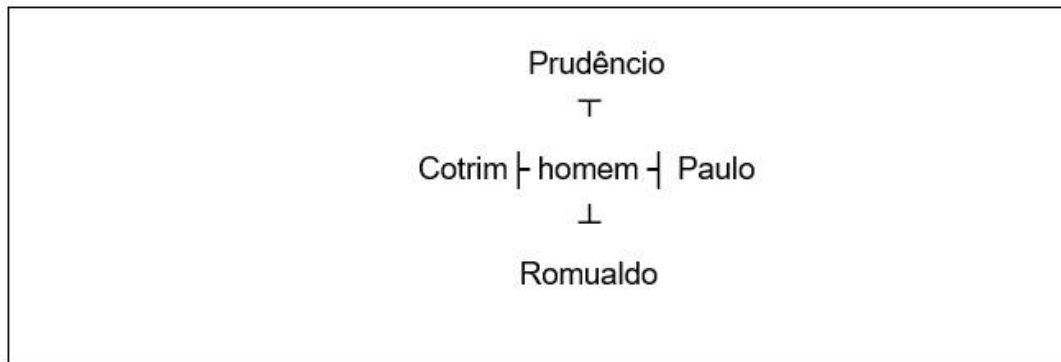
⊥

gênero de negócio

Porém, o ponto a ser destacado neste capítulo acontece na reescritura de *Cotrim* por *homem* e *puro efeito de relações sociais* por (a) *mandar com frequência escravos ao calabouço...*, pois é por meio destas reescrituras que veremos como o fato de um branco escravizar um negro é significado, no texto, como diferente de um negro escravizar outro negro. Estas reescrituras acontecem no seguinte recorte: *não se pode honestamente atribuir à índole original de um homem o que é puro efeito de relações sociais*. (ASSIS, 1994, p. 118)

Nota-se, neste trecho, uma relação de dependência entre os enunciados (c) *não se pode honestamente atribuir à índole original de um homem* e (d) *o que é puro efeito de relações sociais*.

Quanto a reescritura de *Cotrim* por *homem*, a mesma acontece em procedimento definição por totalização, em uma relação de hiperonímia. Desta forma, *homem* não seria só uma reescritura de *Cotrim*, mas de todas as personagens do romance.



Com isto, de acordo com o texto seriam equivalentes os seguintes enunciados:

- | |
|---|
| <p>1- <i>Não se pode atribuir a Cotrim o que é puro efeito das relações sociais</i></p> <p>2- <i>Não se pode atribuir a Prudêncio o que é puro efeito das relações sociais.</i></p> |
|---|

Já a expressão *puro efeito de relações sociais* seria uma reescritura do enunciado (a) *mandar com frequência escravos ao calabouço....* em procedimento definição por generalização, em uma relação de hiperonímia. Por outro lado, ao significar por generalização, em hiperonímia, *puro efeito das relações sociais* seria também uma reescritura de outras relações sociais apresentadas no texto, como a que acontece no enunciado *comprou um escravo, e ia lhe pagando, com alto juro, as quantias que de mim recebera*⁶¹.

⁶¹ O Vergalho.

mandar com frequência escravos ao calabouço, donde eles desciam a escorrer

T

puro efeito das relações sociais

⊥

comprou um escravo, e ia lhe pagando, com alto juro, as quantias que de mim recebera

No entanto é evidenciada uma contradição no dizer quando (a) *mandar com frequência escravos ao calabouço, donde eles desciam a escorrer* é reescrito por **trato um pouco mais duro**, em relação de hiperonímia; enquanto o enunciado *comprou um escravo, e ia lhe pagando, com alto juro, as quantias que de mim recebera*, é reescrito por **UM GRÃO DE SANDICE**, também em relação de hiperonímia.

trato um pouco mais duro

⊥

mandar com frequência escravos ao calabouço, donde eles desciam a escorrer

T

puro efeito das relações sociais

⊥

comprou um escravo, e ia lhe pagando, com alto juro, as quantias que de mim recebera

T

UM GRÃO DE SANDICE

Deste modo, enquanto, para um branco, escravizar e agredir um negro seria significado como *trato um pouco mais duro*, para um negro, escravizar e agredir um negro significa *UM GRÃO DE SANDICE*. Ou seja, ainda que aconteçam reescritos por um mesmo enunciado, os eventos envolvendo os maus tratos aos escravos são significados de modo distinto no texto, correspondendo a uma normatividade que opõe o negro ao branco.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o objetivo de verificar os sentidos de *escravo* no romance *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, nos propusemos à realização de uma análise enunciativa focada nas passagens onde as relações linguísticas resultem em um efeito que interfira na significação deste termo no texto.

Assim, um primeiro aspecto a ser destacado é a reescritura dos escravos da família Cubas por *pretos*, que acontece no CAPÍTULO XLVI / A HERANÇA, pois, esta relação de determinação acaba por atribuir sentido de *preto* sobre *escravo*, produzindo um sentido de *preto* como hiperônimo de *escravo*.

Essa relação de hiperonímia é reiterada no CAPÍTULO XI / O MENINO É PAI DO HOMEM, quando a palavra *escravas* é redita por *pretas*, do mesmo modo que, em direção inversa, a palavra *mucama*⁶², nesta relação, significará como hipônimo de *pretos*.

No entanto, a relação de determinação entre a palavra *escravo* e *preto* não será limitada aos escravos da família Cubas, quando a palavra *preto* é usado em substituição do termo *escravo* na menção da figura *preto do ganho*⁶³ no CAPÍTULO XXIII / TRISTE, MAS CURTO, substituição que produz, no caso, um sentido de sinonímia entre as palavras *preto* e *escravo*.

Este funcionamento, no texto, que produz um efeito de sentido que significa *escravo* e *preto* em sinonímia (também por hiponímia e hiperonímia) afeta o sentido de *preto* mesmo em situações nas quais não seria evidente que *preto* acontecesse como reescritura de *escravo*, caso dos capítulos XIII / UM SALTO e XXIX / A VISITA, quando, respectivamente, são descritas as

⁶² CAPÍTULO X / NAQUELE DIA.

⁶³ O termo usado, formalmente, para essa categoria de escravo é *escravo de ganho*.

personagens, periféricas, *preto velho* e *preto jardineiro*. Assim, observadas no acontecimento enunciativo, estas duas personagens significam em oposição às personagens brancas, quando *preto velho* é reescrito por *ninguém*, em relação de *sinonímia*, enquanto *preto jardineiro* é relacionado em antonímia à *Brás Cubas*.

Além disso, reforça a significação de baixo prestígio social de *escravo* outras relações de predicação que acontecem no texto, nas quais o sentido de *escravo* é relacionado à animal, caso dos capítulos XI / O MENINO É PAI DO HOMEM e XII / UM EPISÓDIO DE 1814. Em XI, Prudêncio, que significa como hipônimo de *pretos*⁶⁴, é redito, em efeito de *sinonímia*, por *cavalo de todos os dias*, enquanto, em XII, *negros novos* é reescrito por *cabeças*, o que recorta o memorável de rebanho, em relação de *hiperonímia*.

Outra predicação importante para o sentido de *escravo* acontece na relação de *sinonímia* entre esta palavra e outras que indicam objetos, o que pode ser visto nos capítulos XXV / NA TIJUCA e XLVI / A HERANÇA.

Em XXV, *moleque Prudêncio*, reescritura de *os pretos*, em relação de *hiponímia*, acontece em articulação, por coordenação, com as palavras *espingarda*, *alguns livros*, *roupa* e *charutos*, determinando uma relação em *sinonímia* entre o *escravo* e os objetos descritos. Já em XLVI, a relação de *hiponímia* estabelecida na reescritura de *herança* por *os pretos*, coloca os mesmos em relação de *sinonímia* com outros bens deixados como espólio, chegando no mesmo capítulo a se relacionar em antonímia com os outros bens, quando *Boleiro* e *outro preto*, que significam como hipônimos de *os pretos*, são reescritos por *esmolas*.

⁶⁴ XLVI / A HERANÇA.

Como afirma Guimarães (2018), o processo de reescrituração promove a ligação de pontos de um texto com outros pontos do mesmo texto, ao passo que esta retomada da palavra *escravo* por outras produz novos sentidos para as mesmas.

Dito isso, é possível afirmar, pelas reescrituras de *escravo* em *Brás Cubas*, que há uma relação que significa as personagens brancas em antonímia às personagens negras, o que pode ser observado nas análises das cenas enunciativas, em que é revelado um espaço enunciativo onde a normatividade é falar do lugar de branco, enquanto ocupar o lugar de negro é ocupar um lugar de exclusão.

Neste sentido, a hipótese de deslocamento da ordem de oposição branco e negro para outra em que a normatividade se daria em uma oposição homem (livre) versus homem (escravo), o que indicaria uma afirmação de pertencimento do negro, em nossa perspectiva de análise, não pôde ser confirmada.

Assim, há divergência significativa entre o resultado apresentado em nosso estudo e o entendimento de autores, citados nesta tese, que consideram a possibilidade de uma resignificação que universaliza o sentido de escravo na passagem em que um alforriado agride um cativo, no CAPÍTULO LXVIII / O VERGALHO.

Estas diferentes compreensões se dão, principalmente, pelo fato de nosso procedimento metodológico não analisar o caso do vergalho isoladamente, tornando possível, por meio da verificação das reescrituras do mesmo, a visualização de que enquanto a ação de um branco escravizar é suavizada, o mesmo ato praticado por um negro é significado por desvio, confirmando, assim,

a normatividade opositiva branco / negro, em detrimento da interpretação do vergalho como uma relação homem *versus* homem.

Neste sentido, embora reconheçamos a consideração de Schwarz (2000) sobre uma característica estilística de Machado que significa o narrador como alheio a uma posição social, pôde se verificar na análise das cenas enunciativas que, em situações nas quais foi descrita a escravidão, Brás Cubas ocupou o lugar social de branco.

Com isto, visto os resultados da análise, é possível afirmar que, em relação aos sentidos de escravo no texto, considerado o político⁶⁵ na linguagem, prevalece um discurso de desigualdade racial em *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, o que, em hipótese alguma, pode servir como argumento para indicar que o narrador, menos ainda o autor da obra, seja considerado racista.

⁶⁵ (GUIMARÃES, 2005).

Referências

- ABL. A liderança de Machado de Assis. **Academia Brasileira de Letras**, 15 junho 2018. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/a-historia-da-abl/a-lideranca-de-machado-de-assis>>. Acesso em: 12 jul. 2019.
- ABREU, J. C. H. **Ensaio e estudos: crítica e história**. 4ª. ed. Brasília/ Rio de Janeiro: Civilização Brasileira , 1976.
- ALENCAR, J. **Sonhos D´oro**. 2ª. ed. São Paulo: Ática, 1998.
- ALVARENGA, T. Cultura. **O Globo**, 29 junho 2018. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/cultura/livros/suposta-ultima-foto-de-machado-de-assis-encontrada-por-pesquisador-de-belem-22836523>>. Acesso em: 13 jun. 2019.
- ANDRADE, M. **Aspectos da Literatura Brasileira**. 5ª. ed. São Paulo: Livraria Martins Editora S.A., 1972.
- ANDRADE, M. **Macunaíma**. Brasília: Edições Câmara, 2017.
- ANDRADE, O. **Um homem sem profissão**. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
- ARRIVÉ, M. **Em busca de Ferdinand de Saussure**. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.
- ASSIS, M. **Bons dias!** São Paulo/Campinas: Hucitec/Editora da UNICAMP, 1990.
- ASSIS, M. **Crítica Teatral**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, v. III, 1994.
- ASSIS, M. **Dom Casmurro**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, v. I, 1994.
- ASSIS, M. **Esaú e Jacó**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, v. I, 1994.
- ASSIS, M. **Helena**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, v. I, 1994.
- ASSIS, M. **História de Quinze Dias**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, v. III, 1994.
- ASSIS, M. **Memórias Póstumas de Brás Cubas**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, v. I, 1994.
- ASSIS, M. **Notícia da atual literatura brasileira: Instinto de nacionalidade**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, v. III, 1994.
- ASSIS, M. **Quincas Borba**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, v. I, 1994.
- ASSIS, M. **A Semana (1892-1900)**. São Paulo: LL Library, v. XII, 2015.
- ASSIS, M. Literafro. **Fale- Faculdade de Letras UFMG**, 30 jan. 2018. Disponível em: <<http://www.letas.ufmg.br/literafro/autores/11-textos-dos-autores/796-machado-de-assis-sabina>>. Acesso em: 03 jul. 2019.

ASSIS, M. Mariana. **UFSC**, 13 jul. 2018. Disponível em: <<http://machadodeassis.ufsc.br/obras/contos/avulsos/CONTO,%20Mariana,%201871.htm>>. Acesso em: 02 jul. 2019.

ASSIS, M. Pareceres de Machado de Assis a diversas peças teatrais. **Domínio Público / Fundação Biblioteca Nacional**, 04 jul. 2018. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_acion=&co_obra=2165>. Acesso em: 02 jul. 2019.

AUSTIN, J. L. **Quando dizer é fazer - Palavras e Ação**. Tradução de Danilo Marcondes Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

AZEVEDO, A. **O Mulato**. São Paulo: Moderna, 2019.

BAKHTIN, M. **Problemas da poética de Dostoiévski**. Tradução de Paulo Bezerra. 5ª. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

BAKHTIN, M. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 12ª. ed. São Paulo: HUCITEC, 2006.

BENVENISTE, É. **Problemas de Linguística Geral I**. Tradução de Maria da Glória e Maria Luisa Néri. 2ª. ed. Campinas: Pontes, v. I, 1988.

BENVENISTE, É. **Problemas de Linguística Geral II**. Tradução de Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri. 2ª. ed. São Paulo: Pontes, v. II, 1989.

BERNARDELLI, H. Retrato Machado de Assis. **Wikipédia**, 2008. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Retrato_de_Machado_de_Assis_\(1905\),_por_H._Bernardelli.jpg](https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Retrato_de_Machado_de_Assis_(1905),_por_H._Bernardelli.jpg)>. Acesso em: 02 jul. 2019.

BORDINI, M. G. et al. **As Pedras e o Arco. Fontes Primárias, Teoria e História da Literatura**. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

BOUQUET, S. De um pseudo-saussure aos textos saussurianos originais. **Letras & Letras**, Uberlândia, v. 25, n. 1, p. 161 - 175, dez. 2009. Tradução Roberto Leiser Baronas & Vanice Maria de Oliveira Sargentini.

CANDIDO, A. **Esquema Machado de Assis: Vários Escritos**. 3ª. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1995.

CANDIDO, A. **Iniciação à Literatura Brasileira**. 3ª. ed. São Paulo: FFLCH/USP, 1999.

CANDIDO, A. **Formação da Literatura Brasileira**. 9ª. ed. Belo Horizonte - Rio de Janeiro: Itatiaia, v. II, 2000.

CANDIDO, A. **Textos de intervenção**. São Paulo: 34/Duas Cidades, 2002.

CHAULHOUD, S. **Machado de Assis historiador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

COLOMBO, S. Machado divertia-se a cada página. **Folha.UOL**, São Paulo, 27 janeiro 2008. Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs2701200808.htm>>. Acesso em: 07 jul. 2019.

CUNHA, E. **Os Sertões**. São Paulo: Editora Brasiliense S.A., 1985.

DATAFOLHA. Datafolha Instituto de Pesquisas. **uol**, 08 jul. 2019. Disponível em: <<http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2019/07/1988217-33-aprovam-governo-bolsonaro.shtml>>. Acesso em: 12 jul. 2019.

DEBRET, J.-B. Cotidiano. **Folha de São Paulo/UOL**, 25 julho 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/07/exposicao-de-tela-sobre-tortura-a-escravos-provoca-crise-em-orgao-paulista.shtml>>. Acesso em: 08 jul. 2019.

DUARTE, E. A. **Machado de Assis afro-descendente – escritos de caramujo (antologia)**. Rio de Janeiro / Belo Horizonte: Pallas / Crisálida, 2007.

DUCROT, O. Enunciação. In: GIL, F. **Enciclopédia Einaudi: Linguagem e Enunciação v2**. Tradução de Eduardo Guimarães. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, v. II, 1984. p. 368-393.

DUCROT, O. **O dizer e o dito**. Tradução de Eduardo Guimarães. Campinas: Pontes, 1987.

FACULDADE ZUMBI DOS PALMARES. machadodeassisreal. **Machado de Assis de Real**, 13 jul. 2018. Disponível em: <<http://www.machadodeassisreal.com.br/>>. Acesso em: 02 jul. 2019.

FAORO, R. **Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974.

FIORIN, J. L.; FLORES, V. D. N.; BARBISAN, L. B. (.). **Saussure: a invenção da linguística**. São Paulo: Contexto, 2013.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 26ª. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

FREGE, F. L. G. Sobre o Sentido e a Referência. **FUNDAMENTO Revista de Pesquisa em Filosofia**, Ouro Preto, v. I, n. 3, p. 22-44, AGOSTO 2011.

FREYRE, G. **Sobrados e Mucambos**. 1ª edição digital. ed. Saõ Paulo: Global, 2013.

G1. Economia/Negócios. **G1**, 19 set. 2011. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/2011/09/caixa-tira-do-ar-progaganda-que-mostra-machado-de-assis-branco.html>>. Acesso em: 04 jul. 2019.

G1. POP & ARTE. **G1**, 01 maio 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pop-arte/noticia/2019/05/01/campanha-recria-foto-classica-de-machado-de-assis-e-mostra-escritor-negro-racismo-escondeu-quem-ele-era.ghtml>>. Acesso em: 12 jul. 2019.

G1, S. P. Economia/Negócios. **G1**, 21 set. 2011. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/2011/09/caixa-tira-do-ar>>

progaganda-que-mostra-machado-de-assis-branco.html>. Acesso em: 04 jul. 2019.

GLEDSON, J. **Machado de Assis: ficção e história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

GUIMARÃES, B. **Escrava Isaura**. São Paulo: FTD, 2011.

GUIMARÃES, E. **Semântica do Acontecimento**. 2ª. ed. Campinas: Pontes, 2005.

GUIMARÃES, E. Domínio Semântico de Determinação. In: GUIMARÃES, E.; MOLLICA, M. C. **A Palavra: Forma e Sentido**. Campinas: Pontes/ RG , 2007. p. 77 - 96.

GUIMARÃES, E. A Enumeração, Funcionamento Enunciativo e Sentido. **Cad. Est. Ling.**, Campinas, v. 51, n. 1, p. 49-68, Jan./Jun. 2009.

GUIMARÃES, E. ESPAÇO DE ENUNCIÇÃO, CENA ENUNCIATIVA, DESIGNAÇÃO. **Fragmentum**, Santa Maria, n. 40, p. 49-68, Jan/Mar 2014.

GUIMARÃES, E. **Semântica Enunciação e Sentido**. Campinas: Pontes, 2018.

GUIMARÃES, F. T. B.; GOMES, N. M. T. Argumentação em “Óbito do autor”: primeira parte do livro Memórias Póstumas de Brás Cubas. **Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 15, p. 71-83, jul. 2018.

GUIMARÃES, H. S. **Machado de Assis, o escritor que nos lê**. São Paulo: Unesp, 2017.

HOFBAUER, A. **História de branqueamento ou o negro em questão**. São Paulo: Unesp, 2010.

IMS, E. BLOG : IMS. **Brasiliana Fotográfica**, 5 junho 2017. Disponível em: <<https://blogdoims.com.br/a-foto-em-foco/>>. Acesso em: 02 jul. 2019.

LAURETTI, P. Notícias. **Jornal da Unicamp edição web**, 24 abr. 2019. Disponível em: <<https://www.unicamp.br/unicamp/ju/noticias/2019/04/24/livro-revela-papel-de-intelectuais-negros-contr-o-racismo-e-pela-cidadania>>. Acesso em: 02 jul. 2019.

LEITE, F. B. A Crítica de Mikhail M. Bakhtin ao Signo, Conforme Propôs Ferdinand de Saussure. **Revista Magistro**, Duque de Caxias, v. II, n. 1, p. 96-105, 2012.

LUCIA, M. Notas. **MDL**, 2 agosto 2018. Disponível em: <<http://marisadelucia.com.br/notas.asp?iDCat=23&iDTxt=573>>. Acesso em: 10 jul. 2019.

MACHADO, U. **Dicionário de Machado de Assis**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2008.

MARQUESE, R. B. A dinâmica da escravidão no Brasil: resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX. **Novos estudos CEBRAP [online]**, São Paulo, n. 74, p. 107-123, mar 2006.

MEIRELES, M. Painel das Letras: Foto de Machado de Assis na missa da Abolição é montagem, diz historiadora. **Folha de São Paulo/UOL**, 27 maio 2017a. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/mauricio-meireles/2017/05/1887767-foto-de-machado-de-assis-na-missa-da-abolicao-e-montagem-diz-historiadora.shtml>>. Acesso em: 02 jul. 2019.

MEIRELES, M. painel das letras: Outro Lado. **Folha de São Paulo/UOL**, 03 junho 2017b. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/mauricio-meireles/2017/06/1889975-cartas-ineditas-de-pedro-nava-e-drummond-serao-publicadas.shtml>>. Acesso em: 03 jul. 2019.

MELO, F. A. F. Martírio de Tiradentes. **megaphone**, 21 abr. 2016. Disponível em: <<https://megaphoneadv.blogspot.com/2016/04/liberdade-liberdade-tiradentes-e-o.html>>. Acesso em: 02 jul. 2019.

MOSER, B. Books. **The New Yorker**, 16 julho 2018. Disponível em: <<https://www.newyorker.com/magazine/2018/07/09/hes-one-of-brazils-greatest-writers-why-isnt-machado-de-assis-more-widely-read>>. Acesso em: 02 jul. 2019.

ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio no movimento dos sentidos**. 3ª. ed. Campinas: Unicamp, 1995.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 5ª. ed. Campinas: Pontes, 2003.

PÊCHEUX, M. **Por uma Análise Automática do Discurso- uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Tradução de Eni. P. Orlandi. 3ª. ed. Campinas: Unicamp, 1990.

PÊCHEUX, M. **O discurso: estrutura ou acontecimento?** Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. 7ª. ed. Campinas: Pontes, 2006.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. 5ª. ed. Campinas: Unicamp, 2014.

PÊCHEUX, M. **O papel da memória**. Tradução de José Horta Nunes. 4ª. ed. Campinas: Pontes, 2015.

PEREIRA, L. M. **Machado de Assis: estudo crítico e biográfico**. 6ª. ed. Belo Horizonte; Itatiaia: São Paulo; Edusp, 1988.

PEREIRA, O. D. S. Certidão de Óbito. **Wikipédia**, 2 maio 2018. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Certid%C3%A3o_de_%C3%B3bito>. Acesso em: 02 jul. 2019.

PIRES, R. Semântica. In: MUSSALIN, F.; BENTES, A. C. (. **Introdução à Linguística: domínios e fronteiras**. São Paulo: Cortez, v. II, 2012. p. 55-79.

PIZA, D. Armazém Literário. **Observatório da Imprensa**, 19 dezembro 2005. Disponível em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/armazem-literario/o-bruxo-do-cosme-velho/>>. Acesso em: 02 jul. 2019.

PIZA, D. **Machado de assis: um gênio brasileiro**. 2ª. ed. São Paulo: Imprensa Oficial - SP, 2006.

PLANTIN, C. **A Argumentação: história, teorias, perspectivas**. São Paulo: Parábola, 2008.

RANCIÈRE, J. **O Desentendimento**. Tradução de Angela Leite Lopes. São Paulo: 34, 1996.

SAUSSURE, F. **Curso de Linguística Geral**. Tradução de José Paulo Paes e Izidoro Blikstein Antônio Chelini. 26ª. ed. São Paulo: Cultrix, 1995.

SAUSSURE, F. **Escritos de linguística geral**. Tradução de Ana Lucia Franco e Carlos Augusto Leuba Salum. São Paulo: Cultrix, 2004.

SCHREIBER, S. M. **ARGUMENTAÇÃO E INTERDISCURSIVIDADE O SENTIDO DO COMO SE NA LEI E NA JURISPRUDÊNCIA: O CASO DO CONCUBINATO**. Campinas: Unicamp, 1988.

SCHWARCZ, L. M. **Lima Barreto- Triste Visionário**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SCHWARZ, R. Mesa redonda sobre Machado de Assis. In: BOSI, A. **Machado de Assis: Antologia e Estudos**. São Paulo: Ática, v. I, 1982. p. 310-343.

SCHWARZ, R. **Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis**. 4ª. ed. São Paulo: 34, 2000.

SCLIAR, M. **Eu vos abraço, milhões**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SEARLE, J. **Speech Acts: An Essay in the Philosophy of Language**. Cambridge: Cambridge University Press, 1969.

SILVA, D. diplomatzando. **diplomatzando**, 9 junho 2019. Disponível em: <<http://diplomatzando.blogspot.com/2019/06/machado-de-assis-um-escriptor-universal.html>>. Acesso em: 02 jul. 2019.

SILVA, L. N. **O Conservatório Dramático brasileiro e os ideais de arte, moralidade e civilidade no século: Tese (doutorado)**. Niterói: UFF, 2006.

SOUZA, S. C. M. **As noites do Ginásio: teatro e tensões culturais na corte (1832-1868) Tese (doutorado)**. Campinas: Unicamp, 2002.

TEZZA, C. Colunas e Blogs. **Folha de São Paulo/UOL**, 15 julho 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/cristovao-tezza/2018/07/machado-branco-machado-preto.shtml>>. Acesso em: 02 jul. 2019.

TRÍPOLI, M. J. **Imagens, máscaras e mitos: o negro na literatura**. Campinas: Unicamp, 2006.

WANDERLEY, A. Missa Campal de 17 de maio de 1888. **Brasiana Fotográfica**, 18 maio 2015. Disponível em: <http://brasilianafotografica.bn.br/?page_id=736>. Acesso em: 02 jul. 2019.

WERLANG, A. K. N. **A vaidade por trás das sutilezas: Brás Cubas e o Eclesiastes** (Monografia). Brasília: Universidade de Brasília, 2013.

WITTGENSTEIN, L. **Investigações Filosóficas**. Tradução de José Carlos Bruni. 3ª. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

WOOD, M. Um mestre entre ruínas. **Teresa: Revista de Literatura Brasileira**, n. 6-7, p. 503-510, 2006.

XAVIER, G. Historiadora reflete sobre o engajamento de intelectuais negros e classes populares na abolição. **O Globo**, 13 maio 2018. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/ela/gente/historiadora-reflete-sobre-engajamento-de-intelectuais-negros-classes-populares-na-abolicao-22675009>>. Acesso em: 02 jul. 2019.

ZERO HORA. Moacyr Scliar celebra a utopia comunista em novo romance. **Diário Catarinense**, 15 agosto 2010. Disponível em: <<https://www.nsctotal.com.br/noticias/moacyr-scliar-celebra-a-utopia-comunista-em-novo-romance>>. Acesso em: 02 jul. 2019.

ZILBERMAN, R. Brás Cubas viajante. **Organon: Revista do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, v. 17, n. 34, p. 117-131, 2003.

ZIZZI, E. **A Réplica de Capitu na Academia Brasileira de Letras**. Joinville: Clube dos Autores, 2015.